



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CFCH - INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

Borboletas, de que lado vocês estão?
O paradoxo da conservação da biodiversidade na fronteira franco-
brasileira

Claudia Horta de Almeida

Rio de Janeiro

2013

Claudia Horta de Almeida

Borboletas, de que lado vocês estão?
**O paradoxo da conservação da biodiversidade na fronteira franco
brasileira**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de doutora.

Orientadora: Dra. Marta de Azevedo Irving

Rio de Janeiro

2013

Horta, Claudia

Borboletas, de que lado vocês estão? O paradoxo da conservação da biodiversidade na fronteira franco brasileira/ Claudia Horta. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. 274 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, 2013.

Orientadora: Marta de Azevedo Irving

1. Conservação 2. Biodiversidade 3. Fronteira Franco Brasileira 3. Política pública. I. Irving, Marta de Azevedo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD:

Dedico este trabalho:

Aos meus pais, *in memoriun*

Agradecimentos

A Marta de Azevedo Irving, pela compreensão, competência, comprometimento, confiança e respeito com os quais me apoiou ao longo desse caminho.

Ao Professor Philippe Marie Lenà, pelas enriquecedoras discussões sobre a questão da fronteira e inestimável apoio durante todo o processo do doutorado.

As instituições que apoiaram minha formação até aqui. O CNPq em primeiro lugar pelas bolsas de Iniciação Científica e Aperfeiçoamento Profissional. Ao L'Institut de Recherche pour le Developpement (IRD) e ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED/CNPq), devo o apoio a minha pesquisa de campo.

Ao Programa EICOS/IP/UFRJ, pelo espaço acadêmico necessário para a realização desta tese.

Ao Ricardo Fernandes, da Secretaria do EICOS, pelo humor no atendimento aos meus inúmeros pedidos.

Aos membros da banca do exame de qualificação pelas contribuições e pela participação da banca examinadora da defesa, pelas sugestões e discussões.

A todos os atores sociais entrevistados no Amapá (Macapá e Oiapoque), em Saint George e Caiena (Guiana Francesa), Amazônia (Manaus) e em Brasília (Distrito Federal) pela disponibilidade e generosidade em compartilhar seu tempo e conhecimentos. Sem a participação de vocês, este trabalho não seria possível.

Ao Christopher Jaster e Ricardo Mota, chefes dos Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange, agradeço a possibilidade de interlocução e pelo apoio logístico em Macapá e Oiapoque.

Aos interlocutores franceses pelas informações concedidos e pela disponibilização de materiais.

A Uaci de Moraes Caldas e sua linda família, meu muito obrigado por continuar a me receber em Macapá com carinho.

A Kelly Bonach (e agora Murilo) pela acolhida em Oiapoque.

Por fim, não posso deixar de agradecer a todos os amigos da Pós Graduação (mestrado e doutorado), em especial ao Gustavo, companheiro de todas as horas, pelas inúmeras conversas e discussões no campinho.

A Maria Fernanda Alegria, Sultane Mussi e Elizabete Oliveira pelos papos animados em nossos cafés no final das tardes.

Esses são os amigos que continuam seguindo comigo na vida.

"(...) a fronteira, esse produto de um ato jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta: basta pensar na ação do sistema escolar em matéria de língua para

ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito"
(BOURDIEU, 1989, p.115).

Resumo

HORTA, C. Borboletas, de que lado vocês estão? O paradoxo da conservação da biodiversidade na fronteira franco brasileira Rio de Janeiro. 2013. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A conservação da biodiversidade em áreas fronteiriças requer o conhecimento da dinâmica regional, o que representa um ponto fundamental em políticas públicas de conservação da biodiversidade. A presente pesquisa tem o objetivo de investigar e analisar os desafios para a conservação da biodiversidade no contexto amazônico da fronteira franco-brasileira, a partir do foco nos Parques Nacionais brasileiros em suas interfaces com as questões de desenvolvimento, pela perspectiva institucional. Complementarmente, busca-se investigar **se** e **como** as questões da soberania e das políticas públicas em curso influenciam as estratégias para a conservação da biodiversidade na faixa de fronteira. A abordagem metodológica utilizada tem caráter de pesquisa aplicada e exploratório, e base na pesquisa qualitativa, aliada à estratégia participante. Como método de abordagem é utilizado a categoria Estudo de Caso.

A pesquisa indica a necessidade de maior conhecimento e harmonização das legislações ambientais do Brasil e da França e a cooperação entre estes países para a gestão colaborativa dos parques nacionais fronteiriços. Além da necessidade de formulação e implementação de políticas públicas de proteção da natureza, para a conservação da biodiversidade, considerando-se as especificidades regionais. Assim, a pesquisa traz como recomendação para a gestão pública a necessidade de se considerar a influência das políticas de desenvolvimento, vigentes na região para o planejamento de ações e políticas para a gestão da biodiversidade na faixa de fronteira.

Palavras chave: Conservação; Biodiversidade; Fronteira Franco Brasileira; Política pública.

Abstract

HORTA, C. Borboletas, de que lado vocês estão? O paradoxo da conservação da biodiversidade na fronteira franco brasileira Rio de Janeiro. 2013. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

The biodiversity conservation on border areas requires regional dynamics knowledge, which represents a fundamental point in public policies of biodiversity conservation. The research here shown has as its objective to investigate and analyze the challenges in the biodiversity conservation on the French Brazilian amazon border context, by focusing on the Brazilian National Parks and how they interface with development issues from an institutional perspective. Complementarity, it investigates **if** and **how** sovereignty and public policy issues at hand have influenced in the strategies designed to preserve the biodiversity in the border area. The methodological approach has the character of applied research and exploratory and based on qualitative research, combined with participant strategy. The method is used to approach the category Case Study. The research indicates the need for greater knowledge and harmonization in both Brazil's and France's environmental legislations and the cooperation between both countries for the collaborative management of border national parks. Furthermore it indicates the need for new enforceable nature protection public policy, for biodiversity conservation, taking into account each regional trait. As such, this research makes a recommendation to public management as to the need to consider the influence of development politics, now in effect on the region, for the planning of actions and public policy for the management of biodiversity in the border area.

Key Words: Conservation; Biodiversity; French Brazilian Border; Public Policy.

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACoC - Associação da Colônia do Carnot
ADAP - Agência de Desenvolvimento do Amapá
AER - Avaliação Ecológica Rápida
AFD - Agence Française de Développement
ALCMS - Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
AMAZONATUR - Empresa Estadual de Turismo do Amazonas
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AP – Amapá
APL - Arranjos Produtivos Locais
ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ATFC - Área Transfronteira de Conservação
BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR – Brasil
CDB - Convenção Sobre Diversidade Biológica
CDIF - Comissão Permanente para o Desenvolvimento e, a Integração da Faixa de Fronteira
CDN - Conselho de Defesa Nacional
CENSIPAM - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CFBBA - Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica
CI - Conservation International
CIDES - Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONPARNA - Conselho Consultivo do Parque Nacional do Cabo Orange
COP - Conferência das Partes
CPMT - Conselho Consultivo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
CTG - Comitê de Turismo da Guiana
DAP-MMA - Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente
DELEMAPH - Delegacia de Repressão a crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico
DELINST - Delegacia de Defesa Institucional
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
EICOS - Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
END - Estratégia Nacional de Defesa
ENIDs - Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs)
FAB - Forças Armadas Brasileiras
FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FFEM - Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial
FFT - Fiduciário das Florestas Tropicais
FLOTA-AP - Floresta Estadual do Amapá

FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente
FR – França
FRONTUR - Programa de Turismo de Fronteira
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNCAB - Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt
GAPIS/UFRJ - Grupo de Pesquisa Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro
GRET - Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (Agência Alemã de Cooperação Técnica)
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF –AP - Instituto Estadual de Florestas do Amapá
IEPA - Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
IIRSA - Iniciativa para Integração Regional da América do Sul
IMAP - Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá
IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCT- PPE/CNPq - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento
INSEE - Institut national de la statistique et des études économique
IP/UFRJ – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
IRD - Institut de Recherche pour le Developpement
ISA - Instituto Socioambiental
ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza
MAB - Man and Biosphere
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MD - Ministério da Defesa
MEDS - Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MMA - Ministérios do Meio Ambiente
MNHN – Museu Nacional de História Natural e Paris
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MRE - Ministério das Relações Exteriores
NFAP - Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira do Amapá
OEA - Organização dos Estados Americanos
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONGs - Organizações não governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OPP - Oficina de Planejamento Participativo
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PA - Projeto de Assentamento
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAG - Parc Amazonien de Guyane
PARATUR - Companhia Paraense de Turismo
PARNAS – Parques Nacionais
PAS - Plano Amazônia Sustentável
PAS - Plano Amazônia Sustentável
PCN - Programa Calha Norte
PDFF - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PDFF - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

PDIFF - Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Amapá
PDN - Plano de Integração Nacional
PDN - Política de Defesa Nacional
PEDITS - Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PEF - Plano Estratégico de Fronteira
PGAI - Projeto de Gestão Ambiental Integrada
PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNB - Política Nacional de Biodiversidade
PNCO - Parque Nacional do Cabo Orange
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNMT - Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PNRG - Parc Naturel Régional de la Guyane
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PPBio - Programa de Pesquisa em Biodiversidade
PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPGBio - Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical
PROBIO - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
PRONABIO - Programa Nacional de Diversidade Biológica
PTCA - Produto Turístico Combinado Amazônia
RADAM - Radar na Amazônia
RAMSAR - Programa Mundial de Conservação de Áreas Úmidas
RN 2- ROUTE 2
RURAP - Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SARA - Sociedade Anônima da Refinaria das Antilhas
SECEX - Secretaria do Comércio Exterior
SEICOM-AP - Secretaria Estadual da Indústria e Comércio do Amapá
SEMA-AP - Secretaria de Meio Ambiente do Amapá
SEMMA-OIAP - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Oiapoque
SEPI - Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas
SEPLAN - Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro
SETUR-AP - Secretaria de Estado de Turismo do Amapá
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SISDABRA - Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SISFRON - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SISGAAZ - Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPI - Serviço de Proteção ao Índio
STF - Suriname Tourism Foundation
TCA - Tratado de Cooperação Amazônico
TEC - Tarifa Externa Comum
TIs - Terras Indígenas
34° BIS - 34° Batalhão de Infantaria de Selva
UC - Unidade de Conservação
UE - União Europeia
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFAP - Universidade Federal do Amapá
WWF - World Wide Fund for Nature (Fundo Mundial para a Natureza)
ZAE - Zona de Atividade Econômica
ZEE - Zoneamento Econômico Ecológico
ZFIE - Zona Franca Industrial de Exportação

Lista de Apêndices

Apêndice A. Perfil dos entrevistados.

Apêndice B. Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada.

Apêndice C. Termo de Consentimento Informado.

Apêndice D. Histórico da aproximação transfronteiriça entre Amapá e Guiana.

Apêndice E. Corredor de Biodiversidade do Amapá.

Apêndice F. Aspectos socioeconômicos e culturais dos municípios abrangidos pelo Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Lista de Anexos

Anexo 1. Decreto de criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Anexo 2. Portaria de criação do Conselho Gestor do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Anexo 3. Decreto de criação do Conselho Gestor do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Anexo 4. Portaria de aprovação do Plano de Manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Anexo 5. Decreto de criação do Parque Nacional do Cabo Orange

Anexo 6. Portaria de criação do Conselho Gestor do Parque Nacional do Cabo Orange

Anexo 7. Portaria de Aprovação do Plano de Manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Anexo 8. Lei de criação da Floresta Estadual do Amapá

Anexo 9. Informações sobre as Terras Indígenas Brasileiras

Anexo 10. Áreas Protegidas da Guiana Francesa

Anexo 11. Lei de regulamentação de Parques Nacionais franceses

Anexo 12. Decreto de criação do Parc Amazonien de Guyane

Anexo 13. Localização do Parc Amazonien de Guyane

Anexo 14. Zona central (zone cœur) e Zona periférica do Parc Amazonien de Guyane

Anexo 15. Criação do Conselho Administrativo do Parc Amazonien de Guyane

Anexo 16. Decreto de criação de Parques Naturais Regionais

Anexo 17. Código do Meio Ambiente francês

Anexo 18. Código Rural francês

Anexo 19. Decreto de criação de Parques Naturais Regionais

Lista de Figuras

Figura 1. Mosaico do Oeste do Amapá e Norte do Pará

Figura 2 – Localização do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Figura 3 – Núcleo populacional de Vila Brasil, no interior do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Figura 4 – Núcleo populacional de Ilha Bela no interior do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Figura 5 – Núcleo populacional de Lourenço no entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Figura 6ª e 6b – Terra Indígena Wajãpi e Terra Indígena Parque do Tumucumaque

Figura 7 – Localização do Parque Nacional do Cabo Orange

Figura 8 – Vista aérea da Vila de Cunani no interior do PNCO

Figura 9. Sobreposição do PARNA Cabo Orange e a Vila de Cunani

Figura 10 – Vista aérea da Vila Taperebá no interior do PNCO

Figura 11. Sobreposição do PARNA Cabo Orange e a Terra Indígena Uaçá

Figura 12. Localização do PARNA Cabo Orange e as Terras Indígenas Juminã e Galibi do Oiapoque

Figura 13 – Estrada de acesso ao PA Carnot no entorno do PNCO

Figura 14 – Vila Velha do Cassiporé no entorno do PNCO

Figura 15 – Localização da Floresta Estadual do Amapá

Figura 16. Localização das Terras Indígenas do Amapá

Figura 17. Áreas Protegidas da Guiana Francesa

Figura 18 – Localização do Parc Amazonien de Guyane

Figura 19. Localização do Parc Naturel Régional de la Guyane

Lista de Quadros

Quadro 1 - Composição do Conselho Consultivo do PNMT após a Renovação (Mandato 2008 – 2010)

Quadro 2 - Quadro-síntese das atividades realizadas para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Quadro 3 - Composição do Conselho Consultivo do PNCO após a Renovação (Mandato 2008 – 2010)

Quadro 4 - Etapas do processo de elaboração do Plano de Manejo do PN do Cabo Orange.

Quadro 5 – Terras Indígenas brasileiras Faixa de Fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Quadro 6 - Área dos núcleos populacionais (zona central e zona periférica) do Parc Amazonien de Guyane

Quadro 7 - Composição do Conselho Administrativo do Parc Amazonien de Guyane

Quadro 8 - Núcleos Populacionais pertencentes ou associados ao Parc Naturel Régional de la Guyane

Quadro 9 - Composição do Sindicato Misto do Parc Naturel Régional de la Guyane

Quadro 10 – Povos Indígenas da Guiana Francesa

Quadros 11 – Objetivos do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, previstos no Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Francesa e o Governo da República Federativa do Brasil.

Sumário

Apresentação.....	01
Capítulo I. A Amazônia: Entre desenvolvimento e conservação da biodiversidade.....	..05
1.1. Soberania Nacional na Amazônia: Uma questão estratégica para a conservação da biodiversidade na fronteira franco brasileira	06
1.2. Fronteiras na Amazônia: As significações para a Conservação da Biodiversidade na Fronteira Franco Brasileira	09
1.3. Políticas Públicas Nacionais na Amazônia: Para Entender a Fronteira Franco Brasileira	12
1.3.1. Políticas de Desenvolvimento	15
1.3.2 Políticas de Defesa Nacional	25

1.3.3 Políticas de Proteção da Natureza	33
1.4. A Cooperação Brasil-França na Fronteira: Para Entender a Questão da Biodiversidade	41
Capítulo II. Abordagem Metodológica da Pesquisa	47
2.1 Etapas da Pesquisa	48
2.1.1 Pesquisa Bibliográfica.....	48
2.1.2 Pesquisa Documental.....	49
2.1.3 Fase Preliminar de Campo.....	49
2.1.4 Elaboração de Instrumentos de Pesquisa.....	52
2.1.5 Pesquisa de Campo.....	53
2.1.6 Sistematização e Análise das informações de pesquisa.....	55
Capítulo III. Estudo de Caso: Os Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange e sua região de inserção.....	57
3.1. Os Parques Brasileiros	61
3.1.1. Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.....	64

3.1.2. Parque Nacional do Cabo Orange.....	80
3.2. Demais Áreas Protegidas Brasileiras	104
3.2.1. Floresta Estadual do Amapá.....	105
3.2.2. As Terras Indígenas Brasileiras.....	109
3.3. O Contexto das áreas protegidas na perspectiva da fronteira francesa	113
3.4. A Questão dos Indígenas Franceses.....	129
Capítulo IV. Desafios para a Conservação da Biodiversidade na Fronteira Franco Brasileira	132
4.1. O Processo de Desenvolvimento	133
4.2. Dinâmica Atual da Conservação da Biodiversidade.....	155
4.3. Desafios para a Cooperação entre Brasil e França para Conservação da Biodiversidade	175
4.4. Cenários Futuros para a Conservação da Biodiversidade	191

Capítulo V. Considerações Finais.....	198
Referências Bibliográficas	205
Apêndices	
Anexos	

APRESENTAÇÃO

A preocupação com a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade tem levado a maioria dos países a desenvolver um olhar estratégico em relação ao patrimônio natural, e também à criação de medidas legais para proteger ou regular o seu uso. Essas medidas incluem, entre outras, a criação de áreas protegidas, entre os quais, os parques nacionais, que têm como objetivo central, a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica (BRASIL, 2000). Além do desafio que representa a criação e áreas protegidas para conservação do patrimônio natural, outra questão em políticas públicas se dirige à sua gestão.

O Brasil é considerado um dos maiores países em megadiversidade, em termos mundiais, tanto em diversidade de espécies quanto em níveis de endemismo. Dispomos da maior faixa contínua de florestas tropicais, que são consideradas os ecossistemas mais ricos em biodiversidade. Neste contexto, a região Amazônica é particularmente

importante, por seu valor na proteção da biodiversidade global e, no cenário econômico e estratégico para o desenvolvimento do país, uma vez que representa a maior extensão de floresta tropical úmida contínua em uma nação, caracterizada por uma notável riqueza de espécies e altos índices de endemismos.

Nesta região ocorrem 19 parques nacionais (Parnas), sendo 5 destes, na região de fronteira: Parna da Serra do Divisor, Parna do Pico da Neblina, Parna Monte Roraima, Parna do Cabo Orange, Parna Montanhas de Tumucumaque, sendo os dois últimos, focos de pesquisa deste trabalho na fronteira com a Guiana Francesa.

Segundo Irving (2006), os Parnas Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange estão inseridos em uma região de grande impacto no imaginário coletivo, representando um atrativo patrimonial e simbólico e por serem parques de fronteira, qualquer ação do Governo Federal deve levar em consideração uma iniciativa clara e transparente de cooperação para a gestão da biodiversidade e desenvolvimento regional com os países vizinhos.

No contexto geopolítico e estratégico de cooperação entre Brasil e França, esta mesma autora ressalta a importância do momento político atual para importantes avanços com este objetivo:

“Não menos significativo é o momento político-institucional atual, em que França e Brasil se mobilizam para operacionalizar as suas políticas de biodiversidade e suas estratégias globais para a gestão dos espaços protegidos, sendo que ambas as políticas se sustentam na lógica da gestão da biodiversidade com o enfoque de desenvolvimento regional e uso sustentável dos recursos renováveis”.

Nesse sentido, um olhar sobre a interpretação de patrimônio natural e do papel dos atores institucionais para gestão da biodiversidade regional é de extrema importância para a reflexão e formulação de políticas públicas de proteção da natureza.

O presente trabalho tem o objetivo de realizar o mapeamento dos atores institucionais envolvidos na gestão dos parques nacionais de fronteira, com foco nos Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque (PNMT) e Cabo Orange (PNCO) e, através deste mapeamento, verificar a interpretação que os mesmos têm do patrimônio natural e do seu papel para a gestão destas áreas protegidas. A partir deste trabalho,

espera-se contribuir para a interpretação da dinâmica institucional para a gestão da biodiversidade regional e, para a formulação de diretrizes para políticas públicas, que incidam sobre parques nacionais de fronteira na Amazônia.

A escolha dos Parques Nacionais Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange, focos deste trabalho, se deve a vários fatores. Em primeiro lugar, o fato de os mesmos, fazerem parte de um mosaico de áreas protegidas (incluindo unidades federais e estaduais, e terras indígenas). Este mosaico, conhecido como “Corredor de Biodiversidade do Amapá”, constitui-se em uma unidade maior e mais restritiva, de modo a funcionar como banco de reposição genética e a conectividade entre as diferentes áreas protegidas facilita o fluxo genético, garantindo a viabilidade e a efetividade do mosaico¹. Localiza-se entre o escudo das Guianas² e o estuário do Rio Amazonas e cobre uma área de cerca de 11 milhões de hectares, o equivalente a mais da metade do Estado. Segundo Jaster, (2006), o mesmo foi criado para promover a ligação entre as diversas áreas preservadas, aumentando a chance de manutenção da biodiversidade, com a livre circulação das espécies³.

Em segundo, por serem parques de fronteira, estas áreas protegidas tem importância geopolítica e estratégica. Sendo assim, o olhar sobre a gestão envolve, direto ou indiretamente, questões referentes à soberania nacional e políticas de desenvolvimento que transcendem o olhar nacional (Irving, 2004). Por último, a escolha do PNCO e PNMT justifica-se também pela necessidade da compreensão da dinâmica da gestão da biodiversidade nesses espaços protegidos de fronteira, já que a implementação do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)⁴ depende também deste

¹ Disponível em <http://www.ibama.gov.br/siucweb/guiadechefe/guia/anexos/anexo> (Acesso em 15/03/2006)

² Escudos antigos ou maciços cristalinos: São blocos imensos de rochas antigas. Estes escudos são constituídos por rochas cristalinas (magmático-plutônicas), formadas em eras pré-cambrianas, ou por rochas metamórficas (material sedimentar) do Paleozóico, são resistentes, estáveis, porém bastante desgastadas. Correspondem a 36% da área territorial e dividem-se em duas grandes porções: o Escudo das Guianas (norte da Planície Amazônica) e o Escudo Brasileiro (porção centro oriental brasileira). (AmbienteBrasil, 2006)

³ Segundo o gerente do Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque, o engenheiro florestal Christoph Jaster, “dependemos de uma cooperação binacional de instrumentos oficiais para operar nesse tipo de situação, abrindo outros horizontes na questão da política ambiental, que envolveria tratados internacionais, parcerias técnicas e políticas na condução da gestão de uma área fronteiriça”.

⁴ Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) é um instrumento de planejamento e gestão, dinâmico e flexível, de uma política para conservação da biodiversidade em áreas naturais protegidas.

olhar em sintonia com os compromissos assumidos pelo País no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA)⁵, que prevê o estabelecimento e o fortalecimento de redes de colaboração, através das fronteiras nacionais, entre unidades de conservação e demais áreas protegidas contíguas ou próximas.

Desta forma, a interpretação que os atores institucionais envolvidos na gestão de parques nacionais de fronteira têm do patrimônio natural e de seu papel na gestão, é de fundamental importância para que se possa compreender melhor a dinâmica regional para a proteção da biodiversidade.

Finalmente, o trabalho aqui proposto insere-se e apóia o projeto de pesquisa [“Planejamento , Implementação e Avaliação de Projetos Ambientais”](#) vinculado ao grupo “Áreas Protegidas e Inclusão Social” (CNPq/Lattes), do Programa de Pós-Graduação de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em cooperação com instituições governamentais como a Diretoria de Áreas Protegidas (DAP) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que se articula com o Ministério de Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França, desde 2004, para a elaboração de um plano de cooperação internacional para a região.

A estrutura desse trabalho está dividida em capítulos, apresentados da seguinte forma:

O primeiro dedica-se a apresentar a origem de Parques Nacionais no Brasil e a sua importância para biodiversidade local, contextualizando o conceito de fronteira Amazônica.

No segundo capítulo contemplamos a base teórica central da pesquisa. Ele é dividido em duas partes. Na primeira, realiza-se uma discussão sobre o conceito de patrimônio natural e apresenta as áreas protegidas como os principais instrumentos para

⁵ O Tratado de Cooperação Amazônica é um instrumento jurídico assinado em 1978 por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Amazônica mediante atividades multilaterais ou conjuntas entre os países envolvidos. Esse documento firmado em Brasília em 3 de julho de 1978, foi internalizado através do Decreto Legislativo nº 69, de 18 de outubro de 1978 e promulgado pelo Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980 (Apud Irving, 2004).

a conservação e o manejo da biodiversidade, representando uma estratégia de proteção do patrimônio natural. A segunda parte aborda o conceito de gestão e a importância do olhar institucional para entender a complexidade de valores, significados e símbolos em relação ao patrimônio natural e aos papéis assumidos por estes atores institucionais ligados à gestão de parque de fronteira na Amazônia

O terceiro capítulo descreve a abordagem metodológica, caracterizando as etapas da pesquisa.

O quarto capítulo faz uma descrição dos Parques nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange, principal objeto da pesquisa.

No quinto e sexto capítulos, apresentamos os resultados da pesquisa e as considerações finais com as recomendações para políticas públicas.

1. ORIGEM E CONTEXTO DOS PARNAS DE FRONTEIRA NA AMAZONIA

1.1 ORIGEM DOS PARNAS NO BRASIL

Parques Nacionais constituem uma categoria de manejo de áreas protegidas e, atualmente tem grande importância no âmbito do compromisso da construção da diversidade biológica, segundo Oliveira (2005).

No Brasil, a primeira iniciativa para a criação de um parque nacional ocorreu em 1876, como sugestão do engenheiro André Rebouças (inspirado na criação do Parque de Yellowstone)⁶ de se criar dois parques nacionais: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal (Pádua, 1983).

A proposta de criação de parques nacionais no Brasil, defendida por Rebouças, deveria trazer benefício para as sociedades locais, como um importante agente para a promoção regional.

⁶ O parque de Yellowstone, criado em finais do século XIX, situa-se nas Montanhas Rochosas, Oeste dos Estados Unidos, ocupando uma área de 890 mil hectares.

Somente em 1934, o Art. 9º do Código Florestal definiu parques nacionais, estaduais e municipais como “monumentos públicos naturais, que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, o merecem” (Quintão, 1983). Assim, a primeira categoria de manejo federal oficialmente estabelecida no Brasil foi a de parque nacional.

Em 1937, a Constituição endossou o artigo do Código Florestal de 1934, afirmando que “constitui o patrimônio histórico e artístico nacional, equiparando-o aos monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenha sido dotado pela natureza ou agenciado pela indústria humana” (Pádua *op. cit.*). E neste mesmo ano, criou-se o Parque Nacional de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de se resguardar amostras de ecossistemas naturais.

Segundo Medeiros *et. al.* (2004): “com a incorporação na Constituição de 1934 de um ideário que outorgava à natureza um novo valor, ela passa a ser considerada como **Patrimônio Nacional** a ser preservado, sua proteção ganha um novo status na política nacional”. E através do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, instituiu-se a proteção legal ao patrimônio histórico e artístico nacional, onde estão sujeitos à tombamentos os **monumentos naturais**, bem como os sítios e paisagens que impliquem em compromisso de conservação⁷

Em 1939 foram criados os Parques Nacionais de Iguaçu (PR) e Serra dos Órgãos (RJ) e, somente em 1959, houve a criação de novos parques nacionais (Parnas Ubajara – CE, Aparados da Serra – RS e Araguaia – TO). Segundo Pádua (*op. cit.*), “neste período o Brasil passava por uma crise institucional e não havia prioridade para as questões ambientais”.

A criação de Parnas refletiu durante as décadas de 60 e 70, o iniciou, de forma sistemática, o processo de industrialização e, o desenvolvimento do país dependia do planejamento estatal, realizado por uma elite tecnocrática, e da capacidade do Estado

⁷ Dados obtido em <http://www.senado.gov.br> (Acesso em 12/02/2007)

de impor, de cima para baixo, seus planos, programas e projetos ao conjunto da sociedade (Pádua, *op. cit.*). O desenvolvimento, na época, era pensado em termos nacionais, sendo conduzido preferencialmente pelos governos centrais, que não estavam sujeitos aos interesses particulares de grupos políticos regionais ou locais (Camargo, 2004). Durante este período foram criados 11 parques nacionais por todo território nacional.

Somente em 1982, após a criação da primeira Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), foi implantada uma legislação ambiental que, ao contrário do que acontecia no regime militar, concebia um sistema descentralizado de políticas públicas, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Estes fatos possibilitaram um aumento significativo na criação de parques nacionais. Nas décadas de 80 e 90 foram criados 20 parques nacionais, a maioria na região da Amazônia.

Medeiros *et. al.* (*op. cit.*) afirma que esse sistema mais integrado para criação e o gerenciamento das áreas protegidas, só se efetivou aproximadamente 20 anos mais tarde, em 2000, com a aprovação da Lei 9985/2000 (SNUC).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC instituído pela Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 institui critérios para normatizar a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. (BRASIL, 2000).

As unidades de conservação no Brasil, segundo o SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Uso Sustentável⁸ e Unidades de Proteção Integral⁹, nas quais se inserem os parques nacionais.

Os parques nacionais, no caso brasileiro, foram inicialmente estabelecidos pela Lei no 4.771, de 15/09/1965 (Código Florestal) Seus objetivos básicos, segundo o SNUC, são: “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento

⁸ O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

⁹ O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. (BRASIL, 2000).

de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”.

No caso específico da Amazônia, os parques nacionais têm uma importância ainda maior sob a ótica da gestão da biodiversidade por ser um tema estratégico que ultrapassa as discussões sobre espaços de soberania e geopolítica, necessitando de reflexões de inúmeras áreas do conhecimento.

1.2 A IMPORTÂNCIA DOS PARNAS PARA BIODIVERSIDADE LOCAL

As questões relacionadas à biodiversidade vem sendo discutidas desde 1972, quando a "Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano" (Conferência de Estocolmo, 1972), resultou na "Declaração sobre o Meio Ambiente Humano", contendo uma série de princípios de comportamento e responsabilidade, e no "Plano de Ação", convocando os atores internacionais (governos, iniciativa privada e organizações não governamentais) a cooperarem na busca de soluções para uma série de problemas ambientais (SMA, 1996a).

Outro momento importante relacionado à discussão da biodiversidade foi a Rio 92 (realizada no Rio de Janeiro em 1992), que representou um desdobramento de discussões que já vinham sendo mantidas nos órgãos internacionais ligados ao tema da biodiversidade, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)¹⁰ e a União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN)¹¹.

Em relação à União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN), Barreto Filho (2001) argumenta que dois conjuntos de iniciativas mantidas pela União podem

¹⁰ O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA foi resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano realizada em 1972, em Estocolmo. Esta foi a primeira vez que representantes dos países industrializados e em desenvolvimento se reuniram para discutir, exclusiva e sistematicamente, a questão meio ambiente global e o desenvolvimento do planeta.

¹¹ União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), é uma organização internacional dedicada à conservação dos recursos naturais. Fundada em 1948 sua missão é influenciar, encorajar e assistir sociedades em todo o mundo na conservação da integridade e biodiversidade da natureza, e assegurar que todo e qualquer uso dos recursos naturais seja equitativo e ecologicamente sustentável. Em 1960 a IUCN estabeleceu uma Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas para a promoção, o monitoramento e a orientação para o manejo de tais áreas.

ser relacionados às articulações institucionais, sociológicas e ideológicas em torno de Unidades de Conservação (UC)¹² como instrumentos de proteção da natureza, globalmente. O primeiro está ligado ao esforço de sistematização de dados e experiências de conservação. Nesse sentido, a IUCN elaborou, pela primeira vez, e tem mantido atualizada a listagem mundial dos parques nacionais¹³. O segundo está relacionado com a iniciativa de introdução de inovações na gestão de unidades de conservação, conforme discutido durante o acordo de Durban, no V Congresso Mundial de Parques (IUCN, 2003). Esta iniciativa reconhece a importância das áreas protegidas, entre as quais aquelas dirigidas à proteção de patrimônio natural, mas reforça enfaticamente o compromisso de inclusão social, de estratégias adaptativas, de colaboração e gestão conjunta.

Os dois parques nacionais existentes no Amapá, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e o Parque Nacional do Cabo Orange representam importantes focos de estudo a respeito da biodiversidade local considerando a relevância que possuem para o Estado, e de uma forma mais ampla, para a região amazônica.

Do ponto de vista local, representam um desafio, pois fazem parte de um processo de interpretação e aplicação de leis e instrumentos, ambos em processo de elaboração, para cumprir com o objetivo da conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Considerando que o Brasil é signatário da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)¹⁴ e que é país de megadiversidade, proteger a biodiversidade e cumprir os objetivos traçados ao longo das discussões globais se constitui desafio estratégico nacional. Em termos de biodiversidade, o Brasil tem uma responsabilidade

¹² Unidade de Conservação são espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção pela Lei 9985/2000 (Brasil, 2000).

¹³ A primeira edição foi publicada em 1962, sendo que a partir de 1982 passou a ser conhecida como United Nations List of National Parks and Protected Areas. Ela foi preparada à pedido da Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução de dezembro de 1962, sobre “Desenvolvimento Econômico e Conservação da Natureza”, que endossou uma Resolução anterior (nº 713, da 27ª Sessão do ECOSOC, de 1959) e reconheceu os parques nacionais e reservas equivalentes como importante fator no uso racional (sábio) dos recursos naturais.

¹⁴ Documento assinado pelo governo brasileiro durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD (Rio 92), no Rio de Janeiro. Ratificado em 1994: A CDB estabelece normas e princípios que devem reger o uso e a proteção da diversidade biológica em cada país signatário.

muito especial no que diz respeito à Convenção, por ser “portador da maior diversidade biológica do mundo, e considerado patrimônio mundial”. (MMA, 2002, pg.4).

Além da importância para a manutenção da qualidade de vida no país, esse patrimônio “pode vir a tornar-se uma vantagem comparativa do país no âmbito da geopolítica global”. (ALBAGLI, op.cit, pg.06) Um exemplo disso é que a diversidade biológica é percebida de distintas formas por diferentes grupos de interesse. Dentre os valores que biodiversidade possui há o ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético.

Assim, os parques nacionais de fronteira na Amazônia brasileira constituem um tema estratégico em pesquisa do patrimônio natural ligada à gestão da biodiversidade nos planos local e global.

1.3 HISTORICIZANDO O TEMA NA AMAZONIA

O primeiro parque nacional criado na Amazônia foi o Parna de Araguaia, em 1959, e, somente em 1974, o Parna da Amazônia (Tapajós) foi criado como parte do plano de desenvolvimento do chamado “Polígono de Altamira”¹⁵, entre os rios Xingu e Tapajós. O Polígono de Altamira foi estabelecido, em 1971, e entregue ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como resultado do Plano de Integração Nacional (PIN)¹⁵, que incluiu também resoluções determinando a construção das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica. Até 1974, a bacia central do rio Amazonas constituía uma das maiores lacunas na cobertura de parques e reservas do continente sul americano, segundo (WATTERBERG, 1981; WATTERBERG *et. al.* 1976).

A criação do Parna da Amazônia (1974) representou, portanto um marco a partir do qual se intensificou a criação de UC's na região.

¹⁵ Em 1970, no governo do general Emílio Garrastazu Médici, foi lançado o Plano de Integração Nacional (PIN) com o objetivo de ocupar e povoar os imensos espaços vazios da região que recebeu, num primeiro momento, retirantes nordestinos fugindo da seca e da miséria crônicas do Nordeste em busca das riquezas da floresta, que representava uma espécie de "Eldorado amazônico".

Segundo Watterberg *et al.* (1981), “A chamada década de progresso para os parques nacionais sul americanos (1974 – 1984), coincide com o período em que mais se criou UC’s de proteção integral no Brasil e, na região Amazônica, em particular.

Dados obtidos a partir da WWF/Central Independent Television (1991) demonstram que este período se relaciona, por um lado, com o período de expansão das fronteiras econômicas internas do país para a Amazônia e implementação das políticas de desenvolvimento e de integração nacionais, nos anos 70; e, por outro, com a chamada “década da destruição” (anos 80), na história da floresta tropical úmida da Amazônia.

Neste contexto a crise do planejamento excludente, centralizado, pretensamente racional e de feição hegemonicamente econômica é o quadro mais amplo da crise do “padrão de gestão” segundo Brito (1995) das UC’s de proteção integral na Amazônia.

A partir de 1976, uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia, foi realizada através do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF), para o estabelecimento de unidades de conservação de uso indireto (Wetterberg *et al.*, *op. cit.*; MA-IBDF/FBCN 1979, 1982). Este projeto gerou um documento que propôs criação de UC’s em 30 áreas prioritárias na Amazônia, identificadas a partir de uma análise de locais propostos como refúgios pleistocênicos para certos grupos taxonômicos de borboletas, lagartos, aves e plantas. Esses chamados “refúgios” foram identificados por seu alto grau de endemismo nos grupos estudados. Porém, foi fundamental, para a escolha dessas áreas, a consideração de tipos de vegetação na Amazônia (Pires, 1974) e as regiões fitogeográficas identificadas por Ducke & Black (1953) e Prance (1973, 1977).

As áreas prioritárias identificadas por Wetterberg *et al.* (*op. cit.*) incluíram 23 refúgios, reconhecidos para mais do que um grupo taxonômico (primeira prioridade), e sete áreas (segunda prioridade), reconhecidas para somente um grupo taxonômico, mas importantes à proteção de tipos de vegetação. Estes mesmos autores também listaram áreas sugeridas por outras agências governamentais (especialmente pelo Projeto

Radam)¹⁶, e outras organizações. Todo este processo resultou na proposta da criação de 48 unidades de conservação na Amazônia.

Os seguintes Parques Nacionais foram criados como resultado dessa proposta: Parna Pico da Neblina (1979), Parna Pacaás Novos (1979), Parna do Cabo Orange (1980), foco deste trabalho, Parna Jaú (1980), e Parna Serra do Divisor (1989).

O Parna Monte Roraima foi decretado em 1989 para proteger parte da Serra Pacaraima e Monte Roraima, sendo de uma significância ímpar em termos biológicos e geológicos.

Em 1994, visando à implementação da CDB, o Governo Brasileiro criou o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), por meio do Decreto 1.354, de 29 de dezembro de 1994, e iniciou negociações com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)¹⁷ para execução do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO)¹⁸.

Desde então, o objetivo do PROBIO tem sido identificar ações prioritárias, estimulando subprojetos que promovam parcerias entre os setores públicos e privados, gerando e divulgando informações e conhecimentos na área de biodiversidade, como por exemplo, o Corredor de Biodiversidade do Amapá compreende mais de 10 milhões de hectares.

Neste contexto, os Parnas Serra da Mocidade e Viruá, foram criados em 1998, por força da Convenção da Biodiversidade (CDB), da qual o Brasil é signatário, que prevê a proteção de 10% dos ecossistemas existentes sob a forma de Unidades de Conservação²².

Dentro da lógica de proteger 10% dos ecossistemas brasileiros, em 1999, foi realizado um Seminário em Macapá (AP), para identificar áreas prioritárias para a

¹⁶ O projeto RADAM (Radar na Amazônia), criado em 1970, foi inicialmente concebido para realizar o levantamento integrado dos recursos naturais de uma área de 1.500.000 km² localizada na faixa de influência da rodovia Transamazônica, utilizando como sensor o Radar de Visada Lateral (SLAR=Side Looking Airbone Radar). Com o sucesso obtido nesta etapa, sua abrangência foi gradativamente aumentada para toda a Amazônia Legal, até atingir, em 1975, a totalidade do território nacional, quando passou a se denominar projeto RADAMBRASIL

¹⁷ O Governo Brasileiro e o BIRD assinaram um Acordo de Doação para o Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF) e com recursos do tesouro nacional iniciaram a execução do PROBIO em 1996.

¹⁸ Dados obtido em www.mma.gov.br (Acesso em 10/03/2006)

conservação da Floresta Amazônica Brasileira. Na ocasião, um grupo de cientistas considerou a região onde atualmente se encontra o Parna Montanhas do Tumucumaque, como área de alto significado para a conservação da diversidade biológica.¹⁹

Em continuidade a meta de proteção da Floresta Amazônica, em 2001 a ONG WWF-Brasil doou US\$ 11,5 milhões para o governo brasileiro implementar o Programa ARPA - Áreas Protegidas da Amazônia. O Programa tem por finalidade expandir e consolidar a totalidade de áreas protegidas no bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa. O Programa foi criado para proteger 500 mil km² (ou 50 milhões de hectares) representativos das 23 ecoregiões do bioma Amazônia, incluindo os vários tipos de paisagens e recursos genéticos, bem como a diversidade das comunidades locais.²⁰

Neste mesmo ano foi criado o Parna Serra da Cutia (RO), primeiro parque nacional criado com apoio do Programa ARPA²¹.

Em 2002, durante a RIO+10 em Johannesburgo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou oficialmente o Programa ARPA.

Com o apoio do Programa ARPA, neste mesmo ano, foi realizados um Seminário em Paramaribo, no Suriname, com o objetivo de selecionar áreas prioritárias para a conservação em toda a região do Platô das Guianas. Na ocasião, um grupo de cientistas de diferentes países apresentou estudos sobre a biodiversidade da região, e reafirmou a área do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque como uma das mais importantes do Escudo das Guianas²² para a conservação permanente da biodiversidade.²³

¹⁹ Dados obtidos em <http://www.conservation.org.br/onde/amazonia>. (Acesso em 11/03/2006)

²⁰ Dados obtidos em <http://www.conservation.org.br/onde/amazonia>. (Acesso em 11/03/2006)

²¹ Dados obtidos em <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias>. (Acesso em 11/03/2006)

²² Escudos antigos ou maciços cristalinos: São blocos imensos de rochas antigas. Estes escudos são constituídos por rochas cristalinas (magmático-plutônicas), formadas em eras pré-cambrianas, ou por rochas metamórficas (material sedimentar) do Paleozóico, são resistentes, estáveis, porém bastante desgastadas. Corresponderem a 36% da área territorial e dividem-se em duas grandes porções: o Escudo das Guianas (norte da Planície Amazônica) e o Escudo Brasileiro (porção centro oriental brasileira). (AmbienteBrasil, 2006)

²³ Dados obtido em <http://www.conservation.org.br/onde/amazonia>. (Acesso em 11/03/2006)

A proposta de criação do parque foi elaborada pelo Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e discutida em três audiências públicas, realizadas em junho, nos municípios amapaenses envolvidos.

Em agosto de 2002, o Parna Montanhas do Tumucumaque (PNMT) foi criado através de Decreto sem número, publicado no Diário Oficial, do dia 23 de agosto de 2002, com 3.877.393 ha.²⁴.

1.4 O SIGNIFICADO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Os parques nacionais de fronteira estão situados nos limites geopolíticos do país, sendo considerada faixa de fronteira pela Lei Nº 6.634, de 02/05/79, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26/08/80 com extensão de 730,4 km.

Atualmente, como já foi mencionado anteriormente, existem cinco parques nacionais na Região Amazônica: Monte Roraima no Estado de Roraima, Pico da Neblina no Amazonas, Serra do Divisor no Acre, Cabo Orange e Montanhas de Tumucumaque, ambos no Amapá, focos deste trabalho.

A faixa de fronteira da região amazônica se caracteriza por uma dinâmica socioeconômica complexa, composta por grupos populacionais diversos, tais como povos indígenas localizados em reservas indígenas, grupos religiosos presentes historicamente na região, militares situados em destacamentos de fronteira em pontos considerados estratégicos para a segurança nacional, grupos de apoio social ou de cunho ambiental pertencentes a instituições governamentais (FUNAI, IBAMA, FUNASA, entre outros) e núcleos de garimpeiros. As relações entre estes grupos podem ser descritas como conflitivas (Melo, comunicação pessoal). Os problemas decorrentes do contato cada vez mais freqüente entre os povos indígenas e os diferentes grupos populacionais na área de fronteira têm sido sistematicamente relatados por organizações ambientalistas (Instituto Socioambiental, 2000).

Segundo Coelho (1992), a história na faixa de fronteira Amazônica data de 1955, quando a Lei 2597/55 abriu um precedente para criação de colônias militares, uma

política, aliás, bastante antiga e incidente em varias regiões do Brasil, desde o século XIX. Em seu artigo 5º, a Lei 2597 estabelecia: "(...) *cabe ao Poder Executivo a criação de colônias agrícolas e núcleos rurais de recuperação do elemento humano nacional onde se tornar necessário bem como estabelecer, por proposta e nos locais indicados pelo Conselho de Segurança Nacional, colônias militares com o mesmo objetivo.*"

Quatro anos após desta lei, o regulamento das colônias militares de fronteira na Amazônia foi aprovado. Estas colônias deveriam ser implantadas junto à fronteira, e demandariam algumas modificações estruturais para se transformarem em centros de produção e subsistência para a população local, sem, no entanto, perderem sua missão de prover "segurança". No artigo 2º do regulamento das colônias militares, que trata das finalidades das mesmas, fica clara a preocupação com os países vizinhos e com as vias de acesso ao território nacional: "criar e fixar núcleos de população nacional nos trechos das fronteiras, situadas nas zonas ou localidades prósperas do país vizinho, bem como nos daqueles onde haja vias ou facilidades de comunicações (rios navegáveis, estradas ou campos) que dêem franco acesso ao território nacional". A estratégia de implantação das colônias militares também transparece no artigo 3º da mesma lei, que estabelece que teriam que ser atribuídos meios e condições para assegurar a permanência e sobrevivência destes militares na fronteira. Para isso, se faria necessário contribuir "ao desenvolvimento adequado demográfico, social e econômico das imensas áreas que medeiam entre os centros de maior expressão da região amazônica e a linha de fronteira, particularmente nos vales dos rios navegáveis de penetração". (Coelho, *op. cit.*)

Com este enfoque, foram então criadas, pelo menos no plano teórico, dois tipos de colônias militares: tipo A, se instalada na própria linha de fronteira ou nas suas proximidades imediatas; tipo B, se localizada dentro da faixa de fronteira, mas não sobre a linha de fronteira ou suas proximidades (art. 9º).

As condições dos sítios em que seriam instaladas foram minuciosamente descritas no regulamento: área, ângulos, frente em relação à fronteira, seca ou úmida, bem como

áreas a serem desmatadas e conservadas, as normas de exploração agrícolas das colônias a serem instaladas na planície sedimentar e fora dela, nos solos cristalinos, etc.

Na prática, apenas duas colônias militares do tipo A foram criadas: Oiapoque (1964-1980), no Amapá, e Tabatinga (1967-1984), no Amazonas.

Assim, enquanto na linha de fronteira, isto é, nas colônias de tipo A, não seriam aceitos, em hipótese alguma, colonos estrangeiros, nas de tipo B, estes eram aceitos até 10% da população brasileira da colônia.

A Constituição Federal de 1967 não faz qualquer menção à faixa de fronteira, limitando-se a designar a tarefa de segurança das fronteiras à Polícia Federal. A responsabilidade tornava-se de inteira competência do Conselho de Segurança Nacional e, a faixa de fronteira continuava, portanto, a ser regida pela Lei nº 2597/55.

Em maio de 1979, a Lei nº 2597/55 foi revogada, pela entrada em vigor da Lei nº 6634, a qual determinava que não caberia mais à Comissão Especial da Faixa de Fronteira - CEFF (extinta pela Lei nº 6559/78) providenciar a consignação, no Orçamento Nacional, dos recursos para os projetos na faixa, e sim à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (Steiman, 2002)

Em maio de 1985, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, propôs a formação de um Grupo de Trabalho Interministerial que deveria, mediante a realização de estudos, propor medidas para atender as carências mais sérias da região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, garantindo a sua integridade territorial e a soberania brasileira (Steiman, *op. cit.*). Destes estudos realizado, três zonas distintas foram identificadas: a) a "faixa de fronteira", com 150 Km de largura, entre as cidades de Tabatinga (AM) e Oiapoque (AP); b) a "orla ribeirinha" dos rios Solimões e Amazonas e seus principais afluentes; c) a "hinterlândia", constituída dos espaços interiores limitados pelos dois primeiros. A reduzida presença brasileira nas áreas limítrofes, tanto institucional, quanto populacional, e todos os problemas daí decorrentes pesaram na escolha da faixa como área prioritária e preferencial para ação

imediate do governo. Foi criado, então, o Programa Calha Norte (PCN)²⁵, sob o controle do Exército, com várias outras vertentes de atuação de caráter sócio-econômico.

O apoio às comunidades da Região da Calha Norte visava contribuir para a sua fixação na região e o desenvolvimento local, evitando seu êxodo em busca de melhores condições de vida, com o conseqüente esvaziamento demográfico da área e imigração para países vizinhos, o que poderia ocasionar problemas de soberania e integridade territorial e a exploração desordenada do patrimônio natural.

Assim, diferentemente de regiões distantes de áreas de fronteira geopolítica, a interpretação de patrimônio natural em faixa de fronteira nacional (material e simbólica), é de extrema importância para a conservação da biodiversidade, havendo necessidade de se investigar as formas como os atores sociais que vivem em um contexto sócio-histórico e geográfico analisam o próprio contexto (Soares, 1995).

Os Parques Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange compõem, junto com outras UC' o Corredor da Biodiversidade do Amapá²⁶. Segundo Porto (2005): “ *é importante ressaltar que o patrimônio natural protegido pelo Corredor de Biodiversidade do Amapá, é de grande valor para a proteção da biodiversidade do Brasil e do mundo*”.

Por fazerem parte do Corredor da Biodiversidade do Amapá e serem os únicos parques de fronteira em contato direto com a União Européia, na Amazônia, é necessário pensar na proteção do patrimônio natural em uma região de cenários de desenvolvimento distintos.

2. INSTITUIÇÕES E PATRIMÔNIO NATURAL

²⁵ Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985, pelo Governo Federal, para atender à necessidade de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais.

²⁶ O Corredor da Biodiversidade do Amapá compreende mais de 10 milhões de hectares, protegendo vários tipos diferentes de ecossistemas - mangues, cerrados, florestas tropicais, florestas de altitude e terras alagadas.

Segundo Becker (2006) *“a verdadeira chave para o desenvolvimento é a organização econômica eficiente, implicando no estabelecimento de arranjos institucionais e direitos de propriedade que criam incentivos para canalizar esforços individuais para atividades rentáveis em nível privado e coletivo; Inovação, economias de escala, educação, acúmulo de capital, etc., não são causas do crescimento: eles são o crescimento”*.

Baseada nessa afirmação da autora pode-se afirmar que as instituições representam o principal patrimônio de uma sociedade. A eficiência e a equidade de uma ordem social dependem, sobretudo de seu sistema institucional e, secundariamente, da qualidade de suas organizações. E quanto maior as fraquezas institucionais, maiores as incertezas, revelando que a otimização das decisões e ações está relacionada à capacidade de coordenação política das instituições.

Pensando na Amazônia como Patrimônio Mundial, uma lógica institucional articulada remete ao reconhecimento das diferenças entre instituições visando complementaridades, e mesmo a gestão deste patrimônio.

2.1 PATRIMÔNIO COMO TEMA CENTRAL

O termo patrimônio tem vários significados, como discute Barreto (2001). Segundo a autora, o significado mais comum é “conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem”.

Esta autora classifica patrimônio em: a) cultural (imaterial), transmitido de geração em geração e, constantemente, recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana;

b) natural (material), composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; artes

aplicadas²⁷. Estes bens culturais estão divididos em bens imóveis, como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e, móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

O patrimônio paisagístico ou natural, segundo Rodrigues *in* Funari & Pinsky (2001), pode ser interpretado sob dois pontos de vista: pelo poder público, que busca a valorização dos bens como mercadorias culturais e, pela sociedade, que o compreende como fator de qualidade de vida.

Segundo Pellegrini Filho (2001), no final da década de 60, as sociedades contemporâneas começaram a tomar consciência da maneira pela qual se utilizavam deste patrimônio natural, a fim de possibilitar o crescimento econômico. Os recursos naturais sempre foram utilizados para sobrevivência humana, com base na concepção de inesgotabilidade dos recursos naturais.

Este mesmo autor afirma que, “os excessos na utilização do patrimônio natural e o aumento populacional ocorrido nos séculos XIX e XX transformaram a maneira de visualizar a utilização dos recursos provenientes da natureza”.

Em 1972 a Unesco adotou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural²⁸, para apoiar a conservação e a proteção do patrimônio universal²⁹. Este foi um marco nas discussões sobre a proteção do patrimônio e segundo Azevedo (1998), “a UNESCO admitira, a partir de então, a expressão “paisagem cultural”, que integra as percepções de sociedade e natureza”. Segundo este autor, os bens patrimoniais naturais são consumidos muito mais rapidamente do que são repostos, porém, o seu uso inadequado compromete a sua condição de proteção. Choay (2001) ressalta que, “cabe a toda a coletividade internacional colaborar com a preservação do patrimônio natural. É através da consciência coletiva que se alcança um sucesso para a

²⁷ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br> (Acesso em 04/05/2006).

²⁸ A Convenção concernente à proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural foi adotada em 1972 pela Conferência Geral da UNESCO, em consonância com a ICOMOS - International Council for Monuments and Sites, com o objetivo de preservar os testemunhos irremovíveis de civilizações passadas e as paisagens naturais.

²⁹ Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br> (Acesso em 12/03/2006)

proteção deste patrimônio, assim, cabe ao poder público grande parcela da responsabilidade na sua proteção, e a maneira pela qual o poder público procura alcançar esse objetivo é elaborando uma legislação que busque a preservação e a conservação³⁰ de todo e qualquer tipo de patrimônio”.

No Brasil, o olhar central dirigido à proteção e conservação da natureza, em se pensando patrimônio natural, “se congrega essencialmente em torno do referencial de área protegida (Medeiros *et al*, 2004)”.

As áreas protegidas são os principais instrumentos para a conservação e o manejo da biodiversidade e representam uma das melhores estratégias de proteção do patrimônio natural. Nestas áreas protegidas, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, o que tende a garantir a manutenção do estoque da biodiversidade.³¹ No caso de algumas categorias de áreas protegidas, estas também representam uma oportunidade de desenvolvimento de modelos de utilização sustentável dos recursos naturais.

A partir da criação do SNUC, em 2000, os objetivos de manejo das diversas categorias de manejo de unidades de conservação passaram a ser diferenciados em Uso Sustentável e Proteção Integral, embora todas contribuam para que os objetivos nacionais de conservação sejam atingidos. Desta forma o SNUC visa garantir a manutenção dos processos ecológicos, representados em amostras dos diferentes ecossistemas do país e, portanto, tem valor fundamental para a proteção de patrimônio não material.

Com a criação do SNUC, o Brasil, país com elevada biodiversidade e que enfrenta graves problemas ambientais, passou a ter uma opção maior de categorias de

³⁰ Quando a autora cita preservação e conservação, ressalta que há uma diferença conceitual, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): “Preservação é um conjunto de métodos procedimentos e políticas que visem a proteção em logo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos [...] prevenindo a simplificação dos sistemas naturais”. E conservação é o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para produzir o maior benefício, em bases sustentáveis as atuais gerações, mantendo o seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras [...]”.

³¹

Dados obtido em <http://www.ibama.br>. (Acesso em 12/04/2006).

proteção. Este desenvolvimento de estratégias que promovam a proteção e o engajamento ambiental, como forma de integração social e política, é essencial para manutenção da integridade ecológica e conseqüentemente do patrimônio natural (GAUDIANO, 2003; MARIN *et al.*, 2003; BARBOSA *et al.*, 2004). Desta forma, constituem importantes ferramentas para a conservação do patrimônio natural estudos de interpretação do ambiente natural (Marin *op. cit.*).

Uma das dificuldades para a proteção do ambiente natural está na existência de diferenças nas percepções e interpretações dos valores, e da importância dos mesmos, entre indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócio-econômicos que desempenham funções distintas, no plano social (Okamoto, 1996). O estudo da percepção ambiental na arquitetura, comunicação e geografia, aborda questões sobre o comportamento humano, colocando-o como resultante de um processo perceptivo no qual o ambiente possui um papel fundamental (Okamoto, *op. cit.*). Desta forma a percepção que o indivíduo tem de patrimônio natural está relacionado diretamente com a proteção deste patrimônio.

Faggionato (2006)³², neste sentido interpreta a percepção ambiental “*como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo*”.

Através da percepção ambiental, nela incluída a interpretação de patrimônio natural, são estabelecidas as relações de afetividade do indivíduo para com o ambiente. A partir da formação de laços afetivos positivos, pode acontecer a modificação dos valores atribuídos pelas pessoas para cada lugar em seu entorno, conforme discute Lima (2003).

Alirol (2001) reforça esta idéia ao dizer que “*diferentes atores não vêem os problemas ambientais e de desenvolvimento da mesma maneira(...). O sentimento de responsabilidade, ou a idéia que dele se faz, varia enormemente, conforme a categoria social ou profissional à qual se pertence.*”

³²

Disponível em <http://educar.sc.usp.br>. (Acesso em 11/03/2006).

Addison (2003) verificou em seus estudos que, um aspecto importante para o desenvolvimento de uma relação com o ambiente, é o senso de lugar caracterizado. O olhar individual também predomina na concepção do espaço e senso de lugar, uma vez que permeia a consciência individual na inter-relação ambiental. Este lugar, pode aparecer como um espaço virtual que não é concebido geograficamente, mas na realidade o é, pois é concebido por aspectos subjetivos de classificação da percepção.

Segundo Tuan (1980), “a percepção é a resposta dos sentidos aos estímulos ambientais (percepção sensorial) e a atividade mental resultante da relação com o ambiente (percepção cognitiva). Esta percepção traz, ao indivíduo, novos dados para compreensão de seu entorno ao estabelecer relações com o ambiente no qual está inserido.”

De acordo com Tuan (*op. cit.*) as relações entre o homem e o ambiente constituem o que ele define como primariamente “**postura cultural, uma postura que se toma em relação ao mundo**” (grifo nosso).

Pensando sob esta ótica e considerando o momento atual de movimento de políticas públicas para a cooperação Brasil-França, para a temática de gestão da biodiversidade e desenvolvimento sustentável regional, através do Memorando de Entendimento³³, a leitura de patrimônio natural e a interpretação dos atores institucionais para o processo de busca de uma aproximação para a ação concreta em nível regional, com o objetivo de promover o intercâmbio de suas reflexões sobre as questões ambientais globais é de extrema importância.

Assim, pensando nos parques nacionais de fronteira da Amazônia, a interpretação do patrimônio natural pelos atores institucionais envolvidos em sua gestão, constitui assim, elemento-chave para o longo processo iniciado com o Memorando de Entendimento.

2.2 A GESTÃO E A IMPORTANCIA DO OLHAR INSTITUCIONAL

³³ Memorando de Entendimento assinado entre o Ministério de Meio Ambiente do Brasil e o Ministério de Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França em outubro de 2004 (MMA, 2004 b)

Como afirma Conceição (2002), definir o que são instituições é tarefa complexa, uma vez que, tal interpretação envolve várias escolas de pensamento, que, na essência, vêm pesquisando este tema, possibilitando estabelecer campos de convergência altamente promissores à ciência econômica, cujo elemento articulador é a própria noção de instituição.

Um grande interesse e a conseqüente expansão de estudos, desde meados dos anos 60, avançou no meio acadêmico na área que ficou conhecida como “Nova Economia Institucional” (NEI). Os principais autores que deram suporte a essa análise foram Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North. Para esses autores, as instituições, ao se constituírem em mecanismos de ação coletiva, teriam como fim dar “ordem” ao conflito e aumentar a eficiência. A maior contribuição da economia institucional era a explicação da importância da ação coletiva, cujo grau de cooperação exigido para se lograr eficiência surgia não de uma pressuposta harmonia de interesses, mas da invenção de instituições, que colocariam ordem no conflito, entendendo-a como um conjunto de “normas funcionais de ação coletiva, onde a lei é um caso especial” (Commons, 1934, *apud* Williamson, 1991a, p. 19).

Fundamentalmente, o que distingue as várias abordagens institucionalistas³⁴ é a própria definição de instituição. O termo encobre uma grande variedade que vai desde normas, leis, comportamentos até organizações, firmas e o próprio mercado. A “velha” tradição define instituição para referir-se ao que os teóricos da evolução cultural chamam de “cultura”, ou aos aspectos da cultura que afetam a ação humana e organizacional.

Sob esta perspectiva, as instituições “referem-se à complexidade de valores, normas, crenças, significados, símbolos, costumes e padrões socialmente aprendidos e compartilhados, que delineiam o elenco de comportamento esperado e aceito em um

³⁴ A abordagem institucionalista é abordada por Peter Hall (1996) como institucionalismo histórico, da escolha racional e o sociológico. A relação entre instituições e comportamento dos atores em termos amplos, vale dizer, incorpora tanto a noção de eficiência quanto a de legitimidade social (abordagem institucionalista sociológica).

contexto particular. Esta visão de instituições está viva e bem viva na moderna sociologia” (Nelson, 1995, p. 80).

Desta forma, entender esta complexidade de valores, significados e símbolos em relação ao patrimônio natural e aos papéis assumidos pelos atores institucionais ligados à gestão de parque de fronteira na Amazônia é de extrema relevância para entender os desafios para gestão da biodiversidade em áreas de fronteira.

Os atores institucionais ligados à gestão de parques nacionais estão em tese, representados no Conselho Consultivo da UC. No caso específico da proteção de um bioma estratégico como a Amazônia, que envolve um grande número de atores com interesses distintos, o estabelecimento de arranjos institucionais adequados na atividade de gestão é fundamental para promover o uso dos recursos naturais.

O processo de gestão de áreas protegidas deve promover discussões e contribuir para o gerenciamento dos conflitos, com o desafio de integrar os diversos interesses e de inserir a dimensão da proteção da biodiversidade em processos decisórios, bem como nas políticas governamentais. Neste processo, é importante decodificar informações e conhecimentos que possibilitem a construção de uma nova visão de mundo, capaz de orientar ações no sentido de integrar gestão e sustentabilidade.

Porém, segundo Irving (1999), “são raras as publicações ou dados sistematizados sobre as unidades de conservação (UC’s) no Brasil e, há carência de pessoal que atue como ”decodificador” de informação técnica e de busca de “parceiros” no processo de busca de conhecimento”.

Desta forma, no sentido de aprimorar a sistematização dos dados das UC’s, e viabilizar as parcerias necessárias, a gestão destas unidades de conservação precisa estar sintonizada com os desafios do desenvolvimento da região, no sentido de obter reconhecimento público da UC, para que seus gestores possam construir alianças a seu favor (IUCN, 1993).

Assim, o processo de gestão tende a ser aprimorado, na medida em que a participação social favorece o conhecimento e o consenso em torno das normas e

instituições que regulam as decisões coletivas, bem como o controle mais estreito da comunidade sobre a conduta e as ações dos dirigentes e demais atores sociais (Costa & Cunha, 2004).

Costa & Cunha (*op. cit.*) ressaltam que o papel ativo dos gestores públicos, na promoção do processo participativo é essencial em países como o Brasil, em que muitos anos de ausência da participação da sociedade, acabaram por concentrar, em parcelas restritas da população, as informações e os conhecimentos necessários à preparação de projetos coletivos.

Estes mesmo autores ressaltam que os atores institucionais ligados à gestão de parques nacionais precisam estar em constante diálogo para que haja uma melhor administração do patrimônio natural protegido por estes espaços.

Assim como “a gestão pública demandada por este novo modelo requer pluralidade de centros decisórios, autonomia, diferenciação de estruturas, métodos e processos flexíveis, desconcentração e descentralização, abertura externa, velocidade, maleabilidade e porosidade, atributos que permitem responder à aceleração das mudanças nas condições socioeconômicas, sóciopolíticos e culturais” (Costa e Cunha *op. cit.*, pg 10).

Desta forma, dos governantes e gestores exige-se, cada vez mais, que disponham de habilidades para negociar conflitos e incentivar a construção de acordos consensuais, pensar estrategicamente, circular com desenvoltura em diferentes espaços de sociabilidade e criar e gerenciar equipes de trabalho (Costa & Cunha, *op. cit.*).

Além disso, vários trabalhos têm demonstrado que a gestão ganha velocidade e consistência quando os diferentes setores da administração pública colaboram entre si nas questões ambientais e nos planos econômicos e sociais (Camargo, 2004.).

Outra questão importante a ser pensada em termos de gestão é o conceito de governança³⁵, pois é importante para a discussão da perspectiva de gestão em UC's de

³⁵ Expressão bastante controversa na literatura internacional e, ainda por incorporar-se ao vocabulário da língua portuguesa, governança constitui o desafio essencial para a gestão do presente e do futuro da humanidade. Seu alcance abrange do micro ao macro (povoados, municipalidades, cidades, estruturas

proteção integral, mais especificamente em Parques Nacionais, porque, conforme Maria Gohn *in* Santos Jr. *et. al.*, 2004, p.19):

“O uso da noção de governança nos parece útil para problematizar as dificuldades e desafios colocados à construção de arranjos institucionais da interação entre governo e sociedade que respondam às mudanças sociais e econômicas em curso em nossa sociedade, cujo traço principal é a necessidade de coordenação entre governo, mercado e sociedade, mas ao mesmo tempo garantem a concretização da democratização dos processos decisórios dos governos.”

Ainda segundo Irving *et. al.* (2006), “*para a avaliação e orientação dos processos de gestão em Unidades de Conservação, a visão de governança em uma abordagem democrático-participativa, parece inspiradora para o desenho e implementação de políticas públicas, no caso brasileiro*”. Mas para a construção de governança democrática, a interpretação do valor de patrimônio e a consciência do papel de cada um dos atores institucionais na gestão são essenciais.

Desta forma, o conhecimento sobre a interpretação de patrimônio natural pelos atores institucionais e a leitura dos papéis que estes se atribuem para a gestão, pode facilitar a compreensão da dinâmica das relações institucionais para gestão, e sua maneira de lidar com o local.

Neste contexto, a interpretação de patrimônio natural pelos atores institucionais envolvidos na gestão das UC's e a compreensão da dinâmica de conflitos, talvez represente o primeiro passo para a conservação da biodiversidade regional.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa teve caráter exploratório, e foi baseada em abordagem qualitativa, tendo em vista suas principais características: ter no social a principal fonte de dados e, o pesquisador como instrumento-chave; possuir caráter descritivo, e ter como foco

nacionais, transnacionais e planetárias). Governança global não significa governo mundial, mas uma ação coletiva envolvendo múltiplos atores com a finalidade de gerir problemas comuns, que melhorem as condições de vida no planeta. Dentre as iniciativas mundiais está a Agenda 21 e a Nossa Comunidade Global (1996).

principal da abordagem o processo e não o resultado ou produto, e não requerer uso de técnicas e métodos estatísticos.

Quanto à natureza, o trabalho teve enfoque de pesquisa aplicada, tendo em vista a produção de conhecimento, que visa contribuir para políticas públicas relacionadas à implantação, gestão e gerenciamento de parques nacionais na Amazônia.

A justificativa da escolha da modalidade “estudo de caso” baseou-se em Bruyne *et. al.* (1977), que afirma que esta permite aprofundar casos particulares a partir de informações detalhadas, buscando delimitar a sua compreensão e extensão em sua complexidade.

3.1 ETAPAS DA PESQUISA

3.1.1 Pesquisa Bibliográfica e Documental

A primeira etapa do trabalho consistiu no levantamento e na leitura e sistematização de todo o material bibliográfico, assim como documentos oficiais e relatórios de importância para o tema pesquisado.

Esta etapa considerou o acervo disponível em bibliotecas, instituições, Internet, bancos de pesquisa, teses e dissertações, inclusive no Estado do Amapá, durante o trabalho de campo, em julho de 2006.

Através da pesquisa bibliográfica e documental, realizada de março de 2005 a julho de 2006, foi possível gerar e sistematizar um conjunto de informações capazes de:

- reunir e interpretar referências das diferentes áreas do conhecimento com base no diálogo entre teóricos que se dedicam ao tema;
- reunir e interpretar informações a respeito dos programas de governo voltados à questão dos parques nacionais no Brasil (e na Amazônia em particular);
- sistematizar informações de base sobre o Estudo de Caso, tendo em vista o contexto global da gestão dos parques nacionais na região amazônica.

3.1.2 Contatos Institucionais e Perfil

Nesta etapa foram realizados contatos com os órgãos governamentais como o IBAMA para obtenção de Licença para Pesquisa em Unidade de Conservação (Anexo 1) e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá, entidades de pesquisa e fundações de atuação na área da pesquisa, e especialmente com as chefias dos Parques Nacionais, objetos do estudo, para discussão e organização de apoio logístico para a pesquisa de campo e para mapeamento preliminar dos atores institucionais a serem considerados.

Os atores institucionais, sujeitos da pesquisa foram selecionados considerando-se sua relevância para gestão da biodiversidade local. Tendo como base os membros que compõem o Conselho Consultivo dos Parnas Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange (Apêndice A)

Três grupos de atores institucionais foram considerados na pesquisa (ApendiceB):

1. Atores institucionais federais, com atribuição direta na gestão do PNMT e PNCO - Parna Montanhas do Tumucumaque, Parna Cabo Orange, Superintendência do IBAMA – AMAPÁ.
2. Atores institucionais federais, estaduais e municipais com atribuição indireta na gestão do PNMT e PNCO - Exército (Comando de Fronteira do Oiapoque e de Macapá), Polícia Federal de Oiapoque, Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), FUNAI, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), Secretaria de Aquicultura e Pesca (SEAP), Secretaria de Estado de Tecnologia e Ciência (SETEC), Secretaria de Estado do Meio Ambiente(SEMA), Secretaria. de Estado de Turismo (SETUR), Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico (SEDE), Secretaria de Estado de Agricultura,Pesca, Florestas e Abastecimento (SEAF), Agencia de Desenvolvimento do Estado do Amapá (ADAP), Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá (IEPA), Secretaria Municipal de Meio Ambiente de

Oiapoque (SEMMA), Prefeitura de Serra do Navio e Prefeitura de Laranjal do Jarí.

3. Atores institucionais representados por Sociedade Civil Organizada, com atribuição indireta na gestão do PNMT e PNCO - Conselho das Aldeias Wajapi (APINA), Associação dos povos Indígenas do Tumucumaque (APITU), Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO), Associação Indígena Galibi-Marworno (AGM), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Amapá (FETAGRI), Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA).
4. Atores institucionais representados por Órgãos Internacionais - Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da Guiana Francesa, Amazônia Conservation Team (ACT), Conservation International (CI-Brasil), Cooperação Brasil-Alemanha (GTZ) e Fundação Mundial para Vida Selvagem (WWF-Brasil).

Os atores institucionais entrevistados, por parque nacional, estão caracterizados no Quadro (1).

Quadro 1 – Perfil dos Atores Institucionais ligados à gestão dos Parques.

INSTITUIÇÃO	Ano de Criação	Missão
Governamentais		
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	23/08/2002	Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, para uma melhor administração do Parque Nacional.
Parque Nacional do Cabo Orange	15/07/1980	Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, para uma melhor administração do Parque Nacional.
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	22/02/1989	Executar o controle e a fiscalização ambiental nos âmbitos regional e nacional.
Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da Guiana Francesa	1993	Pesquisar e elaborar um desenho de criação do Parque Amazônico da Guiana
Ministério da Defesa - Comando de Fronteira do Macapá	10/06/1999	Defesa do território brasileiro na região de fronteira internacional.
Ministério da Defesa-Comando de Fronteira do Oiapoque	10/06/1999	Patrulhar as fronteiras brasileiras, proporcionar atendimento médico e dentário aos índios, ensinando-lhes noções básicas de higiene
Ministério da Justiça - Polícia Federal de Oiapoque	25/02/67	Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas.
Departamento Nacional de Pesquisas Minerais	08/03/1934	Assegurar as condições e ambientes favoráveis à inserção e exercício do direito de cidadania integral na dimensão econômica mineral de uma democracia ecológico-social.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	09/07/1970	Realizar a Reforma Agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.
Fundação Nacional do Índio	05/12/1967	Estabelecer as diretrizes da política indigenista e garantir o seu cumprimento.
Universidade Federal do Amapá	10/04/1987	Proporcionar ensino, pesquisa e extensão, regendo-se pelo seu Estatuto nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Regimento Geral e demais legislação em vigor.
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá	16/04/1997	Apoiar tecnicamente as atividades rurais, agropecuárias, agroextrativistas e de indústria rural em todas as fases e manifestações; Gerar e adaptar as tecnologias agrícolas às pecuárias; Controlar a produção e o comércio de produtos e insumos alimentares; Promover o desenvolvimento auto-sustentável, direcionado a assistência técnica à produção de alimentos básicos em consórcio com os sistemas agroflorestais; Implementar a política de desenvolvimento rural do Estado, através de ações de assistência técnica e extensão rural; Promover as condições de sustentabilidade alimentar, social, econômica e ambiental das comunidades rurais do Estado, através de um consolidado processo de associativismo, onde os atores possam tomar consciência do valor da produção por meio da agroindustrialização, como oportunidade viável ao desenvolvimento rural.
Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca	01/01/2003	Normatizar e estabelecer medidas que permitam o aproveitamento sustentável dos recursos pesqueiros altamente migratórios e dos que estejam subexplorados ou inexplorados.
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	09/07/1999	Formular e implantar a Política Estadual de Ciência e Tecnologia de forma a utilizar a pesquisa científica e tecnológica como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico

		e para melhoria da qualidade de vida da população amapaense.
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Não informado	Acompanhar e avaliar a política ambiental, no que se refere à preservação, conservação, recuperação e defesa do meio ambiente, passando pelo estabelecimento de normas e padrões ambientais, até à apreciação de Estudos e Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente.
Secretaria de Estado de Turismo	15/07/2004	Formular, Planejar, Executar e Coordenar a Política de Turismo do Estado, bem como criar oportunidades de investimentos setoriais e incrementar a expansão do Turismo no Amapá.
Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico	Não informado	É composto pela Secretária de Estado da Indústria Comércio e Mineração, Secretária de Estado da Agricultura, Pesca, Floresta e do Abastecimento, Secretária do Estado do Trabalho e Empreendedorismo, Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia, Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Turismo.
Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca, Floresta e Abastecimento	Não informado	É composto pelo Instituto de Desenvolvimento Rural, Instituto de Terras do Amapá, Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária e pela Agência de Pesca do Amapá.
Agência de Desenvolvimento do Estado do Amapá	Não informado	Esta submetida à Secretaria Especial de Desenvolvimento da Gestão do Governo do Amapá, na Secretaria de Planejamento
Instituto de Estudos e Pesquisa do Estado do Amapá	1997	Gerar, promover e divulgar conhecimentos científicos e tecnológicos para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento dos recursos naturais em benefício da população amapaense.
Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente	1945	Prefeito Manoel Alcício da Silva Sfair (PDT)
Prefeitura de Serra do Navio	1992	Prefeita Francimar Pereira da Silva Santos (PT)
Prefeitura de Laranjal do Jari	1987	Prefeita é Urcelia Melo Cardoso Lobo do (PP)
Não-Governamentais		
Conselho das Aldeias Wajapi	1994	Constituído por índios Wajapis que vivem em ambos os lados da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa
Assoc. dos povos Indígenas do Tumucumaque	1996	Associação que representa os grupos indígenas que habitam o Parque Indígena do Tumucumaque e a Terra Indígena Rio Paru D'Este: Aparai, Wayana, Tiriyo e Kaxuyana, entre outros.
Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque	1992	Constituída por índios que representam as diversas etnias (Galibi, PaliKur, Karipuna e Galibi-Marworno) do Vale do Uaçá.
Associação Indígena Galibi-Marworno	2002	Atua em conjunto com a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) nas questões que envolvem os interesses de todos os povos indígenas do Oiapoque bem como na defesa de seus direitos.
Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Amapá	26/10/2003	Estudo, a defesa, a representação e coordenação dos interesses profissionais, individuais e coletivos dos trabalhadores rurais do Estado, bem como promover e realizar pesquisa, Ensino, treinamento, qualificação e requalificação profissional e colaboração com o desenvolvimento institucional.
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais	1995	Consolidar um processo de interação e interlocução entre as políticas públicas e a

		sociedade civil organizada.
Amazônia Conservation Team	2002	Fortalecimento das comunidades tradicionais e conservação do meio ambiente.
Conservation International	1987	Preservar a biodiversidade global e demonstrar que as sociedades humanas podem viver em harmonia com a natureza.
Cooperação Brasil-Alemanha	1974	Atuar junto às instituições e pessoas, visando expandir sua capacidade de ação no contexto das metas de desenvolvimento acordadas entre os Governos do Brasil e da Alemanha.
Fundação Mundial para Vida Selvagem	30/08/1996	Contribuir para que a sociedade brasileira conserve a natureza, harmonizando a atividade humana com a conservação da biodiversidade e com o uso racional dos recursos naturais, para o benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações.

Fonte: Sites institucionais

O perfil detalhado dos atores institucionais está caracterizado no Apêndice C.

3.1.3 Elaboração de Instrumento de Pesquisa

Para a obtenção de dados foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada (Apêndice D), com o objetivo de permitir a obtenção de informações a respeito da interpretação que os mesmos têm do Patrimônio Natural; (e do seu papel para a gestão destas áreas protegidas).

Segundo Boni & Quaresma (2005), as entrevistas semi estruturadas combinam perguntas abertas e fechadas onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Outro ponto positivo neste tipo de instrumento de pesquisa é que as entrevistas têm um índice de respostas abrangente, ao contrário dos questionários enviados por correio que têm índice de devolução muito baixo (Selltiz, 1987).

O roteiro subdividiu-se em 3 partes: a) Caracterização e Identificação dos Sujeitos da Pesquisa, teve como objetivo, realizar o mapeamento dos atores institucionais envolvidos na gestão dos parques Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange; b) Interpretação dos atores institucionais sobre Patrimônio Natural (com base nos Parques), teve o objetivo de verificar a interpretação sobre Patrimônio Natural; c) Papel em Relação ao Parque, teve como objetivo verificar o papel de cada ator institucional, para a gestão destas áreas protegidas.

3.1.4 Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo foi realizada no período de 13 a 28 do mês de julho de 2006 e envolveu a ida da pesquisadora aos municípios de Macapá e Oiapoque

Durante a pesquisa de campo, foi realizada a observação participante e, a elaboração de um diário de campo. Para obtenção de dados foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, realizadas nos dias 13 e 14 de julho durante a reunião do Conselho Gestor do PNMT - Macapá e nos dias 18 e 19 de julho durante a reunião do Conselho do PNCO – Oiapoque.

Os atores institucionais que não estavam presentes nas reuniões foram contactados em dias subseqüentes às reuniões, para a realização das entrevistas na sede das próprias Instituições.

Durante as reuniões e gravação das entrevistas, foram registradas as observações feitas pela pesquisadora para possíveis reflexões a respeito do estudo, servindo para posterior análise e complementação de informações obtidas.

3.1.5 Sistematização de Dados

Esta etapa consistiu na transcrição das fitas contendo as entrevistas e a organização de todo o material das entrevistas para uma leitura do conjunto. Esta etapa segundo Minayo (1994), consiste em tomar contato exaustivo com o material deixando-se impregnar pelo seu conteúdo.

A transcrição das entrevistas considerou os depoimentos em sua versão literal, desta forma, sendo fiel à fala, não foram corrigidos eventuais erros de português ou de gramática. E para exemplificação optou-se pela utilização de fragmentos das falas que representassem os pontos em discussão. O perfil do entrevistado está descrito no Apêndice E.

A sistematização dos dados se fez pela "edição" das entrevistas transcritas e, após a leitura as perguntas foram organizadas por temas, de acordo com os objetivos propostos na pesquisa.

Os temas foram divididos em sub-temas e as questões pesquisadas foram agregadas da seguinte forma:

Tema A-Interpretação de Patrimônio Natural para gestão.

Sub-tema – Significado do parque

Sub-tema – Processo de Criação

Sub-tema – Função do parque

Tema B – Papel em relação ao parque.

As análises das entrevistas foram feitas por parque separadamente, pelo fato de constituírem realidades diferentes, com particularidades próprias. O PNMT está sob ação da fronteira com atividades de garimpo e o PNCO sob ação da pesca externa exploratória.

3.1.6 Análise dos Dados

Foi utilizado como ferramenta nessa etapa a Análise de Conteúdo (AC), que tem como objetivo a interpretação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (Bardin, 1994).

Segundo este autor, utilizar a análise de conteúdo faz parte do processo de busca e reconhecimento do conteúdo das mensagens presentes nas entrevistas. Desta forma, se busca interpretar as informações de pesquisa, normalmente através de textos e orações, levando-se em conta o que o sujeito da entrevista quis dizer. Neste sentido, a base metodológica de interpretação é a corrente dialética, que quer perceber a dinâmica contextual e histórica dos fatos e não apenas a sua caracterização e sistematização lógica, ou então sua "simples denúncia".

Nesse trabalho, foi utilizada a técnica de análise temática, tendo sido considerado o tema como unidade base.

4. ESTUDO DE CASO: PARNAS MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE E CABO ORANGE

A escolha dos parques nacionais de fronteira, para análise na presente pesquisa, se deve a vários fatores citados anteriormente, inclusive por estes fazerem parte de um mosaico de áreas protegidas e formarem o Corredor da Biodiversidade do Amapá (Figura 1), de extrema importância na região amazônica, o que reforça a sua importância como estudo de caso, tendo em vista o seu valor para a proteção da biodiversidade global.

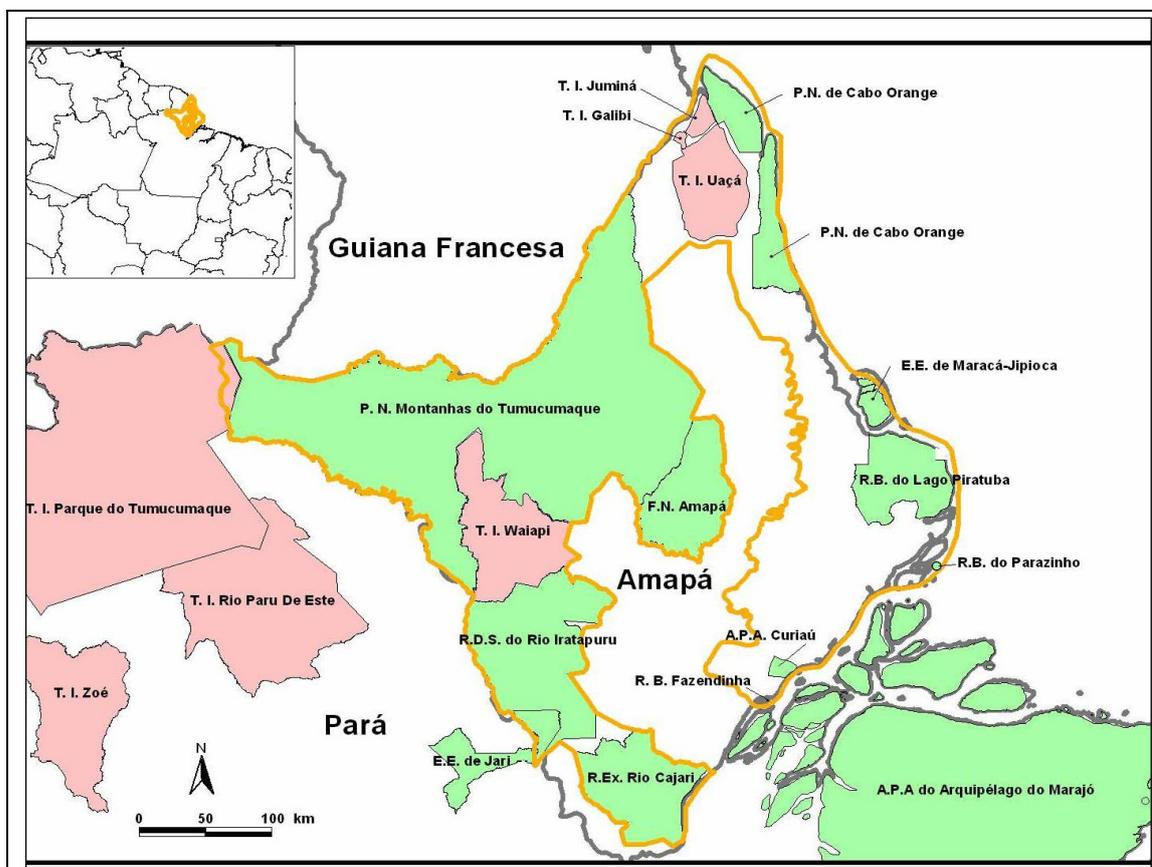


Figura 1: Localização do Corredor da Biodiversidade do Amapá³⁶

O Corredor da Biodiversidade do Amapá, que compõe o Corredor de Biodiversidade na Amazônia³⁷, é composto por um conjunto de áreas protegidas que representam 54,8% da extensão total do Estado³⁸. Este corredor envolve 11 unidades de conservação (Quadro 2), entre os quais o Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque e Cabo Orange, áreas focais do presente trabalho.

Quadro 2 - Unidades de Conservação que compõem o Corredor de Biodiversidade do Amapá

Categoria	Tipo de uso	Total	Área das UCs (ha)
Estação Ecológica	Proteção Integral	1	60.520,00

³⁶ Mapa gerado em 29/04/2005 no site www.conservacao.org/arquivos/MapaCorredor.jpg.

³⁷ A Amazônia possui quatro Corredores de Biodiversidade: Corredor do Amapá, Corredor Central, Corredor Sul e o Corredor Ecótonos Sul-Amazônicos. Estes Corredores abrigam diversas áreas protegidas e áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade.

³⁸ Dados obtido em <http://www.conservation.org.br/onde/amazonia>. (Acesso em 11/03/2006)

Parque Nacional	Proteção Integral	2	4.538.116,00
Reserva Biológica	Proteção Integral	1	788.436,00
Floresta Nacional	Uso Sustentável	1	460.494,00
Reserva Extrativista	Uso Sustentável	1	504.773,00
Reserva Particular do Patrimônio Natural	Uso Sustentável	5	Dados não disponíveis
Total		11	

Fonte, IBAMA, 2006³⁹.

4.1 ANTECEDENTES E CONTEXTO

A proposta de criação do Corredor da Biodiversidade do Amapá foi lançada durante o Congresso Mundial de Parques, realizado em Durban, na África do Sul, em 2003. A partir de parcerias institucionais entre prefeituras, ONGs (Conservação Internacional, GTZ), IBGE, Assembléia Legislativa, EMBRAPA, Ministério Público, INCRA, Universidade Federal do Amapá e Fundação Nacional do Índio, a proposta da implementação do Corredor de Biodiversidade do Amapá teve como base uma política de desenvolvimento integrado, racional e sustentável que realmente garantisse a associação entre a conservação e a viabilidade da sobrevivência das pessoas, seja das populações tradicionais ou das que vivem em torno das Unidades de Conservação (Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, 2005).

O objetivo da proposta foi promover no Amapá o desenvolvimento territorial com base conservacionista (Corredor da Biodiversidade) e não preservacionista (Corredor Ecológico)⁴⁰, a partir da consolidação de um sistema integrado das Unidades de Conservação, inclusive terras indígenas.

O objetivo dos Corredores de Biodiversidade é facilitar o planejamento regional através da conservação e do desenvolvimento, potencializando os recursos econômicos.

O objetivo dos Corredores Ecológicos é atenuar os efeitos negativos da fragmentação, pressupondo a restrição quanto ao uso econômico. Quer dizer, os

³⁹ Dados obtido em <http://www.ibama.br>. (Acesso em 12/05/2006).

⁴⁰ Existe uma diferença entre Corredor da Biodiversidade e Corredor Ecológico, especialmente porque os Corredores Ecológicos são previstos na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), enquanto o Corredor de Biodiversidade é uma proposta inovadora sobre a qual não há base legal. A abordagem para a biodiversidade é a estratégia de conservação, enquanto a abordagem para os Corredores Ecológicos é a estratégia de preservação.

corredores ecológicos consideram o pressuposto de restrição de usos econômicos, de viabilização de oportunidades de geração de emprego e renda para as populações tradicionais ou locais.

Quanto à estrutura, os Corredores Ecológicos são porções de ecossistemas nativos, enquanto a estrutura do corredor de biodiversidade opera por meio de rede de áreas protegidas.

Na questão da gestão, no Corredor de Biodiversidade a gestão é multiinstitucional, enquanto a gestão dos Corredores Ecológicos envolve órgãos ambientais como IBAMA ou Secretaria Estadual de Meio Ambiente, dependendo se o Corredor Ecológico é federal ou estadual.

Segundo Waldez (2005), a estratégia de ação com este objetivo foi dividida em três ações: a primeira se relaciona à gestão integrada de terras indígenas, Unidades de Conservação e zonas de entorno. A segunda ação é voltada para o desenvolvimento econômico em consonância com o Zoneamento Ecológico-Econômico do Amapá e com o gerenciamento costeiro. E por último em serviços ambientais, como a comercialização de recursos cênicos e o ecoturismo, já que o Amapá definiu seu eixo de turismo voltado, principalmente, para o turismo ecológico.

A proposta do corredor de biodiversidade pontua claramente a posição do Amapá como Estado em condições de pleitear a discussão sobre a agenda da certificação de captura de carbono.

O Amapá se insere no bioma da Amazônia, mas é composto pelo bioma do cerrado e também pela zona costeira marinha. O Estado do Amapá tem 97% da cobertura vegetal original, sendo 65% em Unidade de Conservação, 12% de zona de amortecimento, 13% de reservas indígenas e 0,4% de assentamentos agroextrativistas. Isso perfaz dos 14 milhões que o Estado têm de área territorial, 9 milhões 310 mil hectares, como áreas protegidas (Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, *op. cit.*).

Neste contexto, o Estado do Amapá precisa ser valorizado no sentido de de utilizar o conhecimento científico e tecnológico para aproveitamento econômico da biodiversidade, maior prioridade da região. Segundo Antonio Waldez (*op. cit.*) há necessidade de programas de capacitação em Ciência e Tecnologia para o fortalecimento da capacidade local “*existe uma rede de cooperação em âmbito local, regional, nacional e internacional como base de governança construída em compromissos formais e articulação social. Todos os passos dados até agora consideram as Prefeituras, as organizações não-governamentais atuantes nesse território, as Câmaras de Vereadores, as Assembléias Legislativas, o Governo Federal e as organizações internacionais, ou seja envolve todos os atores inseridos no processo*”.

Considerando-se que Ciência e Tecnologia (C/T&I) tem papel primordial na aceleração e aprofundamento do conhecimento do patrimônio natural na Amazônia e na concepção e implementação de um novo modo de sua utilização, capaz de beneficiar a sociedade regional e nacional, subsidiar o planejamento do uso do território e as negociações em fóruns globais referentes ao clima, à biodiversidade e a água, bem como assegurar a soberania brasileira sobre a região (Becker, 2005). Assim, a interpretação que estes atores institucionais tem deste patrimônio natural é de extrema relevância para conservação da biodiversidade local e global e para a formação da rede de cooperação em âmbito local, regional, nacional e internacional.

A importância desta área, para a gestão regional de biodiversidade tem um significado ainda maior, na atualidade, em função de um processo de cooperação entre Brasil e França, em curso, por intermédio da Diretoria de Áreas Protegidas (DAP) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que se articula com o Ministério de Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França.

O processo de cooperação Brasil-França se constrói, na atualidade, sobre o território que data da época do descobrimento do continente americano. Os Parques

Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange ocupam uma região na qual, por quase dois séculos, a Coroa Portuguesa (e, em seguida a República do Brasil), disputou com a França o domínio sobre o território até que, em 1900, esta pendência foi resolvida por uma Comissão de Arbitragem, que estabeleceu o rio Oiapoque como fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.⁴¹ Neste sentido Irving (2004) afirma que “a dimensão histórica é extremamente complexa e afeta, até os dias, atuais a dinâmica do território e a paisagem cultural de fronteira...”.

Há que se considerar, no entanto, que cidadãos brasileiros e os franceses da fronteira, embora próximos geograficamente, encontram-se distanciados por legislações nacionais e histórias diferenciadas. Assim, a linha imaginária – a linha de fronteira – adquire conformações envolvendo um processo sociocultural complexo em decorrência do que Cardoso de Oliveira denominou de "nacionalidades em conjunção".

É assim que em ambos os lados da fronteira podem-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração. Ora, isso confere à população inserida no contexto de fronteira um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sociocultural extremamente complexa.

(OLIVEIRA, 1997, p. 14)

Foi assinado em outubro de 2004 um Memorando de Entendimento pelo Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com o Ministério da Ecologia e do Desenvolvimento Sustentável da França, com o objetivo de estreitar a cooperação entre os dois países, definindo pontos de cooperação técnica para áreas protegidas na região transfronteiriça entre Amapá e Guiana e o fortalecimento de ações de cooperação regional (Irving, 2006, pg 16)

⁴¹ Dados obtido em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

Segundo a autora (pg 16) “como desdobramentos deste Memorando de Entendimento foram realizadas reuniões oficiais entre os dois países em Brasília (abril de 2005), Macapá (Novembro de 2005) e Caiena (dezembro de 2005), que geraram como resultado as bases de um Plano de Ação, em quatro temas prioritários: Articulação político-institucional, fiscalização, pesquisa e desenvolvimento local”.

Em janeiro de 2006, realizou-se, no município de Oiapoque (AP), uma reunião técnica promovida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com representantes do Parque Regional Natural da Guiana, com objetivo de apresentação e discussão de cooperação transfronteiriça envolvendo a região entre Amapá e Guiana⁴².

Para a gestão da biodiversidade regional, o processo de cooperação certamente deverá incidir prioritariamente os Parques Nacionais do Cabo Orange e Montanhas do Tumucumaque e, em território francês, o Parque Natural Regional da Guiana e, o Parque Nacional do Sul da Guiana (Figura 2)⁴³ – criado em 28 de fevereiro de 2007, contíguo ao Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque⁴⁴.

Segundo Irving (2006): *“Os parques nacionais de fronteira na Amazônia brasileira constituem em tema essencial para a reflexão acadêmica e para as políticas ambientais, de desenvolvimento e de segurança do país e podem representar espaços privilegiados para a construção de novos modelos de cooperação transfronteiriça, capazes de potencializar a discussão ética para o delineamento de mecanismos inovadores de gestão da biodiversidade, segundo a lógica de conservação da biodiversidade e inclusão social, no âmbito regional”.*

⁴² Dados obtidos em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

⁴³ Imagem obtida em <http://www.rfi.fr/actufr> (Acesso em 30/01/2007)

⁴⁴ Dados obtidos em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

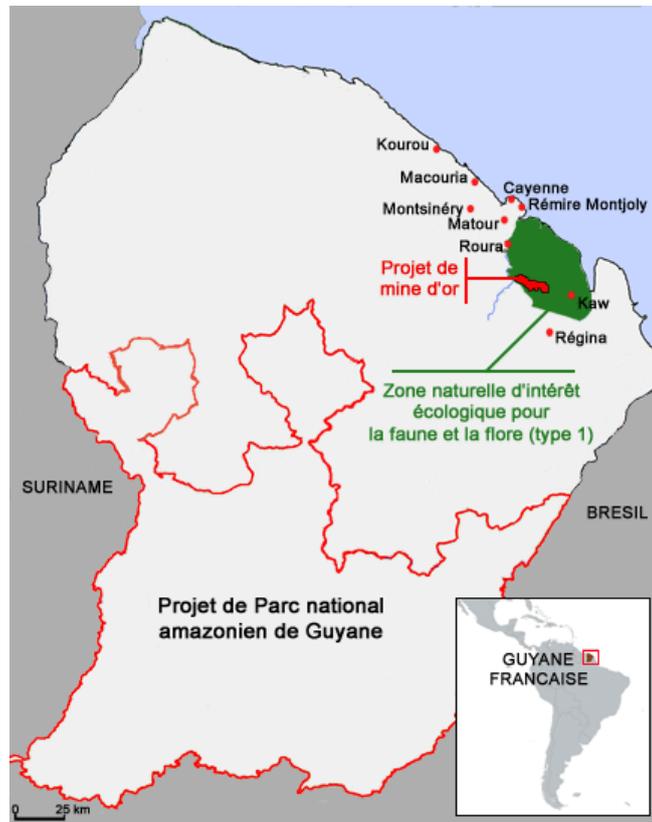
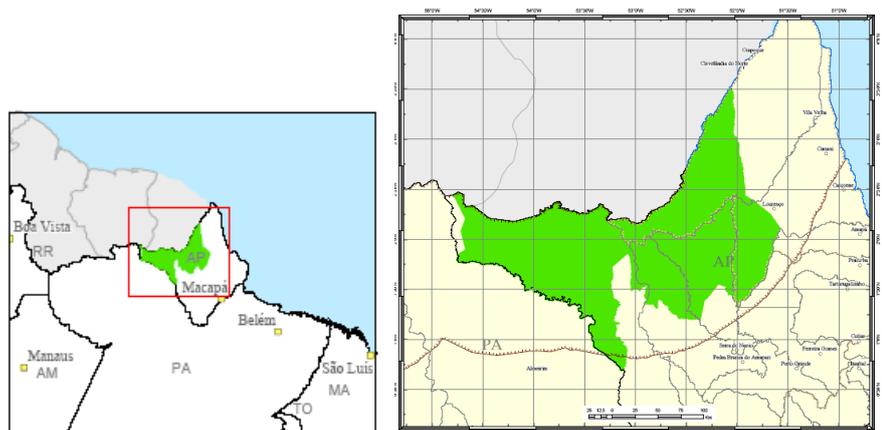


Figura 2: Parque Nacional do Sul da Guiana

4.1.1 PARNA MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE

O Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque localiza-se na região noroeste do Estado do Amapá ao longo da fronteira internacional do Brasil com a Guiana Francesa e o Suriname. Abrange os territórios dos Estados do Amapá e Pará (Figura 3). As terras componentes do parque são públicas federais, já discriminadas e arrecadadas pelo INCRA.



Fonte (IBAMA, 2006).

Figura 3 – Localização do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

No Estado do Amapá, ele abrange terras dos Municípios de Pedra Branca do Amapari, Oiapoque, Serra do Navio, Laranjal do Jarí e Calçoene, além do Município Almeirim, no Estado do Pará.⁴⁵ (Figura 4)



Fonte: Relatório Técnico do PNMT (2005)

Figura 4 – Localização dos municípios do Estado do Amapá e Pará

Os municípios que o PNMT abrangem, cederam uma área considerável para o parque, chegando a 73% da área total no caso de Serra do Navio (Quadro 3).

Quadro 3 – Área cedida ao Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

Município	Área Total (Km ²)	Área cedida	%
Laranjal do Jarí	31.170	16.520	53
Pedra Branca do Amapari	9.537	3.338	35
Serra do Navio	7.791	5.609	72
Calçoene	14.333	4.156	29
Oiapoque	22.725	8.863	39

⁴⁵

Dados obtido em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

De difícil acesso, a distância entre a localidade sede dos municípios até o limite mais próximo do parque é respectivamente de 65 km para o Município de Pedra Branca; 52 km para Serra do Navio; 182 km para Laranjal do Jarí; 45 km para Oiapoque; 85 km para Calçoene⁴⁶. Não existem acessos rodoviários e, além disso, as poucas e precárias estradas existentes não chegam até os limites da área.

O PNMT está localizado em região identificada como de importância biológica de alta a extrema, de acordo com os resultados do workshop para a "Avaliação e identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade da Amazônia Brasileira", promovido no âmbito do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PROBIO da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente.⁴⁷

O parque possui quase 100% de sua cobertura vegetal preservada, é o maior Parque Nacional do Brasil e detém, ainda, os títulos de maior Parque Nacional da América do Sul, e de maior parque nacional do mundo em área de floresta tropical.

4.1.2. HISTÓRICO DE CRIAÇÃO⁴⁸

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) foi criado através de Decreto sem número publicado no Diário Oficial no dia 22 de agosto de 2002, com 3.867.000 ha.⁴⁹ (Anexo 2)

O processo de criação do PNMT envolve uma história de conflitos regionais. Como signatário da Convenção da Biodiversidade, que prevê obrigações em relação à preservação e conservação da diversidade biológica, em 1998, o Governo brasileiro efetivou seu apoio político a essa proposta comprometendo-se a expandir, inicialmente as

⁴⁶ Estas distâncias são em linha reta.

⁴⁷ Dados obtido em <http://www.amazonia.com.br> (Acesso em 11/11/2006)

⁴⁸ Dados obtido em www.mma.gov.br (Acesso em 10/03/2006)

⁴⁹ Dados obtido em www.mma.gov.br (Acesso em 10/03/2006)

áreas de estrita proteção na Amazônia cobrindo, pelo menos, 10% (37 milhões de hectares) do bioma, neles considerados os 12 milhões já sob regime de Unidades de Conservação - UCs, embora grande parte ainda não estabelecida de fato.

A partir daí, uma série de negociações envolvendo o Ministério do Meio Ambiente - MMA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Fundo Mundial para a Natureza – WWF e outros, desencadearam a busca de financiamentos para apoiar o compromisso brasileiro, culminando com a preparação do projeto “Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)”.

Aprovado pelo Global Facility Environment - GEF em março de 2000⁵⁰, o Projeto ARPA em sua primeira fase, prevista para quatro anos, projetou a criação de 18 milhões de hectares em novas Unidades de Conservação na Amazônia Legal, sendo metade em categorias de Proteção Integral e metade de Uso Sustentável. Previu ainda, a criação de um Fundo de Financiamento para o custeio de UCs de proteção Integral e para o pagamento de serviços de vigilância em UCs de Uso Sustentável.

A proposta de criação do Parque Nacional do Tumucumaque no Estado do Amapá integrou a estratégia de implementação da primeira fase do Projeto ARPA. O maior parque em área de floresta tropical criado no Amapá, com 3,8 milhões de hectares, corresponde cerca de 26% da área total do Estado. A área do parque localiza-se na porção noroeste do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa. Os estudos científicos para avaliação do potencial de biodiversidade da área são raros ou mesmo inexistentes. A área aparece nos mapas de prioridades para conservação da biodiversidade, na Amazônia, consolidando-se como de alta prioridade no Workshop de Macapá, realizado em setembro de 1999 para tratar da primeira revisão parcial do Workshop de Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

⁵⁰

Dados disponíveis em www.amazonia.org.br (Acesso em 12/03/2006).

Além disso, existe o interesse do Governo Francês de complementar esse corredor através da recente criação de uma unidade de conservação na Guiana Francesa, o Parque Nacional do Sul da Guiana.

Entretanto, os conflitos pelo uso do território são evidentes na área do parque. De um lado, o setor mineral com indicações técnicas do grande potencial mineralógico da área, e uma relação conflituosa, aflorada com a instalação do primeiro empreendimento mineral de grande porte na Amazônia para extração da maior jazida de minério de manganês até então conhecida na região de Serra do Navio, pela Empresa Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI), nos anos 50. De outro, o interesse dos conservacionistas, que visualizam a importância do mosaico biológico do sul do Amapá, onde já existem várias áreas protegidas - federal e estadual, como a Reserva Extrativista do Rio Cajarí (501.771 ha), Estação Ecológica do Jari (227.126 ha), Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (806.184 ha) e Área Indígena Waiãpi (607.000 ha), além do Parque Indígena do Tumucumaque no Pará (2.000.000 ha).

A proposta de criação do Parque foi desenhada pelo IBAMA no início de 2002 e chegou ao conhecimento da sociedade amapaense pelos meios de comunicação. Uma consulta oficial foi feita pelo Ministério do Meio Ambiente junto a Governadora do Amapá, que se manifestou favoravelmente à proposta. No dia 09 de agosto de 2002, realizou-se a Primeira Reunião do Grupo de Trabalho do Tumucumaque, criado pela Portaria Ministerial Nº 341, de 08 de julho de 2002.

Na primeira reunião do Grupo de Trabalho, o Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) solicitou informações complementares a Secretaria de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio Ambiente, dando início a um interessante debate sobre o processo de criação do Parque. O principal ponto de questionamento é relacionado ao artigo 22 da lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. O artigo 22 menciona a obrigatoriedade da consulta pública

para criação de Unidade de Conservação. Em se tratando de matéria não regulamentada, diferentemente da audiência pública, o órgão proponente da unidade publicou edital via Internet, por um período de 15 dias, solicitando manifestações públicas com relação à proposta de criação do parque.

Desta forma o COEMA programou, juntamente com o órgão proponente do parque, três consultas públicas nos municípios abrangidos pelo projeto, notadamente Laranjal do Jari, Serra do Navio e Oiapoque.

O Grupo de Trabalho do Tumucumaque realizou mais 3 reuniões no decorrer do ano para discutir a participação da Sociedade Civil na criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Durante todas as reuniões, a percepção que se tem desse processo é que essas consultas foram “*pro forme*”, não significando possibilidades de alterar, rever ou mesmo negociar o projeto original.

Um segundo sentimento é o interesse popular de participação nas discussões sobre questões ambientais relevantes no Amapá. E esse processo é irreversível e está acontecendo não somente no Amapá, mas em toda região Amazônica.

4.12.3 ASPECTOS FÍSICOS E BIÓTICOS

As informações apresentadas a seguir foram levantadas, principalmente, nos sites do Ministério de Meio Ambiente⁵¹ e do IBAMA⁵² e encontram-se sistematizados em Irving (2006).

Os grandes diferenciais da unidade são os pontões rochosos de granito que brotam do interior da floresta e são conhecidos como inselbergs - ou "pães-de-açúcar", na linguagem mais popular.

A região do parque abriga as nascentes de todos os principais rios do Amapá, com destaque para o Oiapoque, o Jari e o Araguari. O Oiapoque faz a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa⁵³. O Rio Jari constitui a divisa entre os Estados do Pará e do Amapá. Dois divisores de águas se destacam na área do parque: a Serra do

⁵¹ Dados obtidos em <http://www.mma.gov.br> (Acesso em 12/03/2006)

⁵² Dados obtidos em <http://www.ibama.gov.br/> (Acesso em 12/03/2006)

⁵³ tendo um traçado retilíneo encaixado em extensa fratura tectônica.

Tumucumaque, localmente denominada Serra Uassipein e Serra Lombarda. Morros residuais do tipo Pão-de-açúcar (inselbergs) se destacam na paisagem da região oeste do parque. Os solos predominantes são de baixa fertilidade⁵⁴ (ver também Irving, 2004).

O PNMT encontra-se em região de clima quente e úmido, dominada por floresta tropical densa. Na porção centro-norte do Parque, a floresta é de alto porte e cobertura uniforme, com núcleos esparsos de árvores emergentes. As espécies que mais se destacam são castanheira, maçaranduba, maparajuba, cupiúba, jarana, mandioqueira, louros, acapu, acariquara, matamatás, faveiras, abioranas, tauari e tachi. Na região da Serra Lombarda, porção leste deste Parque, a floresta é exuberante e rica nas áreas de relevo residual, com porte alto e espécies emergentes. São características desta área os matamatás, breus, abioranas, cupiúbas, jaranas, acariquaras e maçarandubas. Algumas espécies constituem grupos gregários nesta região, como acapu, apazeiro, cedrorana, pracachi, piquiá, tauari e outras.

No bloco oeste da área do Parque, a floresta densa, com árvores emergentes, domina as porções mais movimentadas do relevo local (a Serra do Tumucumaque). Ela varia entre floresta de alto porte - com predominância de angelim-pedra, maçaranduba e sorva - e floresta de baixo porte - com bastante faveiras, quarubas e matamatás. Nas áreas de relevo dissecado, a floresta densa, com árvores emergentes e de alto porte, é caracterizada pela maçaranduba, maparajuba, tauari, faveira e algum angelim. Nos vales, dominam o açáí, o anani e a ucuuba. Em trechos de solo mais pobres ou rasos, ocorre uma floresta de baixo porte.

Nas proximidades do Rio Jari, ocorrem manchas de florestas do tipo aluvial, com bastante ingá e faveira ocupando os terraços, em meio às florestas dos terrenos ondulados. Também se observam afloramentos rochosos, com vegetação de arbustos e

gramíneas (carrasco). Nos morros do tipo "Pão-de-açúcar", a vegetação é esparsa e com predominância também de espécies de bromeliáceas e cactáceas.

Nos municípios Almerim (PA), Pedra Branca do Amapari (AP) e Serra do Navio (AP), encontram-se jazidas de Ouro, Manganês, Ferro, Cobre, Cromo, Estanho, Titanita e Tantaló .

O PNMT abriga espécies espetaculares de mamíferos, tais como os grandes carnívoros (a onça, *Panthera onca*, e a suçuarana, *Puma concolor*) e primatas raros (cuxiu, *Chiropotes satanas*), cujas populações estão bastante reduzidas em outras regiões. Aves, como araras (*Ara chloroptera* e *Ara macao*), marianinhas (*Pionites melanocephala*), jacus (*Penelope marail*), beija-flores multicoloridos, como a beija-flor-brilho-de-fogo (*Topaza pella*), e grandes pássaros frutívoros da copa da floresta, tais como o Anambé-militar (*Haematoderus militaris*), o pássaro-boi (*Perissocephalus tricolor*) e o Gainambé (*Procnias alba*) são abundantes nas florestas bem conservadas da região.⁵⁵

Frente à riqueza da região, o conhecimento da biodiversidade encontrada no PNMT é de extrema relevância para elaboração do Plano de Manejo do parque e, a formulação de diretrizes para políticas públicas que incidam sobre parques nacionais de fronteira na Amazônia.

4.1.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS

As informações apresentadas, a seguir, foram levantadas, principalmente, no site [www. amapá.net](http://www.amapa.net) e encontram-se sistematizados em Moraes (2000) e Irving (2006).

Sob a ótica de ocupação, o PNMT está localizado em uma região praticamente despovoada, sem estradas e isolado de qualquer grande concentração urbana, o parque está praticamente intocado, a não ser por alguns focos isolados de garimpo.

No interior dos limites do parque, o único grupo populacional existente é denominado Vila Brasil, um povoado com cerca de 200 habitantes. Neste espaço só existe o comércio, e a economia gira em torno de negócios com os índios, que ficam do outro lado da fronteira, na Guiana Francesa.⁵⁶

Frente ao cenário local, que é também a realidade da maioria da UC's de Proteção Integral no País, é importante considerar o componente social no processo de implantação das estratégias de conservação da biodiversidade. A conservação da biodiversidade requer uma análise do ponto de vista social, pois concretizar as ações de proteção da natureza representa um desafio que além de técnico é humano e político. (ALBAGLI, 2001).

Os aspectos socioeconômicos e culturais estão descritos no Apêndice F, de forma sucinta por município que o parque abrange⁵⁷.

4.1.5 ASPECTOS DA GESTAO

Em relação à gestão do PNMT, o IBAMA inaugurou um escritório em Serra do Navio (município adotado como porta de entrada do Tumucumaque) e trabalha com as comunidades locais na reorganização do Conselho Consultivo, que orientará a administração do parque. O conselho original foi estabelecido em 31 de dezembro de 2002 por Portaria/Ibama Nº 182 – N (Anexo 3). Segundo funcionários da unidade: *“foi formado a toque de caixa, ninguém sabia quem eram seus componentes e tinha como integrantes organizações que não tinham nenhuma relação com o parque”*.⁵⁸ (Horta et al, 2005).

Um novo Conselho foi estabelecido em 28 de abril de 2005 por Portaria Nº 30⁵⁹ (Anexo 2). Neste processo foram priorizados o envolvimento e a sensibilização dos

⁵⁶ Dados obtidos em <http://www.Biodiversidadebrasil.com.br> (Acesso em 13/03/2006)

⁵⁷ Dados obtidos em <http://www.amapanet> (Acesso em 13/03/2006)

⁵⁸ Entrevista realizada com a analista ambiental Flávia R.Q. Batista (em 08/08/2005)

⁵⁹ Diário Oficial da União Seção 1, No 81 de 29 de abril de 2005.

atores relacionados com a UC⁶⁰. O novo Conselho Consultivo conta 38 representantes envolvendo 15 instituições governamentais e 22 instituições não-governamentais.

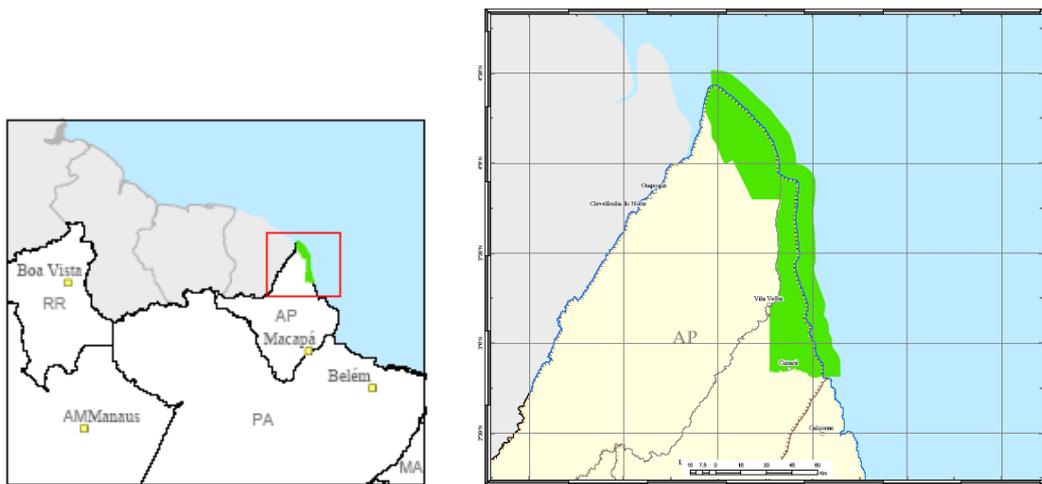
Com o novo conselho empossado, o Plano de Manejo está em fase de elaboração, com a realização de levantamentos de dados secundários (pré-diagnóstico) e diagnóstico participativo nos municípios abrangidos pela UC e sua zona de amortecimento. A abertura do parque para visitação pública está prevista a partir de 2007.⁶¹

4.2 PARNA CABO ORNAGE

O Parque Nacional do Cabo Orange localiza-se no extremo Norte do Estado do Amapá ao longo da fronteira internacional do Brasil com a Guiana Francesa. Abrange parte dos municípios de Calçoene e Oiapoque, no estado do Amapá (Figura 5). O parque protege uma grande extensão de mangue (uma faixa marítima a 10 Km de largura da costa) e ecossistemas terrestres.

⁶⁰ Informação obtida no relatório Final Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque - Termo de Referência Nº 008/2005 - Acordo de Cooperação Técnica Nº 07/2004 (IBAMA/UNIFAP)

⁶¹ Informação obtida em conversa por telefone com a analista ambiental Flávia R.Q. Batista em agosto de 2005.



Fonte (IBAMA, 2006).

Figura 5 – Localização do Parque Nacional do Cabo Orange

Atualmente o Parque Nacional do Cabo Orange encontra-se com 90% de sua área preservada. Dois fatores determinam os seus elevados estados de preservação: à distância até os principais centros populacionais do estado e a dificuldade de acesso.

O parque possui situação fundiária quase totalmente equacionada, sendo 92% de sua área regularizada. A Comunidade do Taperebá, que fica localizada no Município de Oiapoque, dentro dos limites do Parque Nacional do Cabo Orange, na margem esquerda do Rio Cassiporé, na parte central do parque, onde está instalada a sede do Ibama. A partir da Vila Taperebá, subindo o rio Cassiporé, também na margem esquerda do município de Oiapoque, encontra-se a comunidade Vila Velha do Cassiporé, já no entorno do parque. A comunidade Cunani, também está localizada dentro dos limites do parque, localiza-se no município de Calçoene, na margem esquerda do Rio Cunani, na extremidade sul do Parque.

Ao longo do rio Cassiporé, os moradores estão com suas parcelas demarcadas topograficamente, as quais encontram-se distribuídas até a vila velha, sede da comunidade vila velha do Cassiporé, chamada de agrovila no projeto de assentamento do INCRA.

Segundo Cunha (2005), os problemas fundiários na região estão relacionados à demarcação dos limites, que foram descritos no Decreto nº 84.913, de 15 de julho de 1980 que cria o PARNA do Cabo Orange, pois existe uma sobreposição com a Área Indígena Uaçá, (Projeção UTM - zona 22 – Datum SAD-69), utilizada pelo IBAMA e MMA.

Os limites norte e oeste do Parque Nacional do Cabo Orange foram baseados na primeira definição dos limites da Terra Indígena Uaçá, e posteriormente com a mudança dos limites da Área Indígena, ocorreu uma pequena sobreposição de áreas. Segundo Cunha (*op. cit.*) esta sobreposição não acarreta conflitos, sendo uma proposta do IBAMA e FUNAI, a solução negociada para resolver esta delimitação.

4.2.1. HISTÓRICO DE CRIAÇÃO

O Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) foi criado através de decreto nº 84.913, publicado no Diário Oficial no dia 15 de julho de 1980, com 619.000 ha (seiscentos e dezenove mil hectares) e uma extensa faixa litorânea que chega a 200 km e ainda ocupa mais 10 km mar adentro (Anexo 4). Antes da criação do parque já existia uma reserva indígena que o limitava, o que favoreceu a sua proteção.⁶²

Está situado num ponto estratégico da América do Sul, e tem um histórico de muitas disputas. Esteve sob domínio de espanhóis, ingleses, franceses, portugueses e holandeses e só no século XIX, numa corte internacional na Suíça, ficou estabelecido como fronteira do Brasil. O Cabo já teve outros nomes como São Vicente, Cecil, La Corda e por fim Orange.

Seu nome foi estabelecido em 1625, sendo uma homenagem a Casa Real Holandesa. A cor orange (laranja), com o passar dos anos se converteu em símbolo da Holanda. Desde 1815, quando a Holanda se transformou em Reino, o título de “Príncipe de Orange”, ficou reservado ao filho mais velho do chefe do Estado. Atualmente, este

⁶² Dados obtidos em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

título cabe ao herdeiro do trono, Sua Alteza Real, o Príncipe Wille-Alexander. Este nome perdura até os dias de hoje. (IBAMA,2005).

4.2.2 ASPECTOS FÍSICOS E BIÓTICOS

As informações apresentadas a seguir foram levantadas, nas mesmas fontes utilizadas para o PN Montanhas de Tumucumaque^{63/64}.

No Estado do Amapá, o parque abrange terras dos Municípios de Calçoene e Oiapoque. O difícil acesso é feito a partir de Macapá, pegando-se a BR-156 até o Rio Caciporé por 450km. Neste trecho o percurso é feito de barco até a Vila Tapereba, já dentro do parque.

O parque está localizado no extremo norte do litoral do Amapá. Tem como limites a Guiana Francesa, ao norte; as terras indígenas Uaçá e Juminã e, num pequeno trecho, o Projeto de Assentamento de Vila Velha, a oeste, e o Oceano Atlântico, a leste

O parque está totalmente inserido no Setor Atlântico da Planície Costeira do Estado do Amapá, no litoral norte brasileiro. Pertence à unidade de relevo Planície Fluvio-Marinha Macapá-Oiapoque, que se constitui de áreas planas, na faixa de terrenos quaternários, formados por sedimentos argilosos, siltosos e arenosos de origem mista, fluvial e marinha. O Cabo Orange é conhecido nacionalmente como ponto extremo marítimo do território Brasileiro. Por ser composta por áreas úmidas e alagadas, a unidade enquadra-se dentro do Programa Mundial de Conservação de Áreas Úmidas (Ramsar)⁶⁵.

Nos municípios de Calçoene e Oiapoque encontram-se jazidas de Ouro, Manganês, Cromo, Estanho, e Tântalo.

A vegetação predominante no Parque Nacional do Cabo Orange são os manguezais e os campos periodicamente inundáveis.

⁶³ Dados obtidos em <http://www.mma.gov.br> (Acesso em 12/03/2006)

⁶⁴ Dados obtidos em <http://www.ibama.gov.br/> (Acesso em 12/03/2006)

⁶⁵ Promulgada pelo Decreto N° 1.905 de 16 de maio de 1996, a convenção sobre Zonas Úmidas de importância internacional ficou conhecida como Convenção de Ramsar, de 02 de fevereiro de 1971 e se caracteriza principalmente por abranger áreas úmidas e alagadas. (Informação obtida a partir do Encarte 1 do Plano de Manejo do Parna do Cabo Orange (informação cedida pelo chefe do parque).

O Parque Nacional do Cabo Orange, protege uma grande extensão de manguezais (uma faixa marítima a 10 Km de largura da costa) e ecossistemas terrestres.

Os manguezais ocupam a região costeira da foz do Jarí até a foz do Araguari, saindo da foz do Amazonas, ocupando 370 quilômetros de estuário amazônico. Saindo da foz do Araguari até a foz do Cabo Orange, há mais 430 quilômetros de litoral atlântico. Desses 430 quilômetros de litoral atlântico, só 100 quilômetros não é manguezal. (Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, 2005).

As espécies mais significativas do manguezal são a siriúba (*Avicenia nitida*), o mangue-vermelho (*Rhizophora mangue*) e o mangue-amarelo (*Laguncularia sp.*). Já os campos da planície do Amapá têm a cobertura vegetal abundante de gramíneas ciperáceas. São encontrados os buritis (*Mauritha flexuosa*), mururés (*Eichornia sp.*), canaranas (*Echinoa sp.*) e o capim-arroz. A fauna apresenta-se bastante rica e diversificada, ocorrendo várias espécies de tartaruga, o peixe-boi (*Trichechus inunguis*), bem como a avifauna, que merece destaque por ser o litoral amapaense o último reduto de várias espécies outrora encontradas em todo o litoral brasileiro, entre elas o guará (*Eudocimus ruber*) e o flamingo (*Phoenicopterus ruber*).

Nos igarapés do Genipapo e Valentim, afluente do rio Cassiporé, o domínio é de floresta de várzea composta por anani (*Symphonia globulifera*), mututi (*Pterocarpus santalinoides*), taperebá (*Spondias mombin*), assacu (*Hura creptans*), açai (*Euterpe oleracea*). Nos manguezais do Cabo Cassiporé observamos nos primeiros 20 metros em direção ao interior do bosque à presença de *Rhizophora* de aproximadamente 15 metros de altura, com um estrato herbáceo composto por *Crenea marítima* e epífitas como *Orchidaceae*, *Pteridophytas* e *Piperaceae*, os outros 20 metros, formado por *Avicennia germinans* de aproximadamente 20 metros de altura.

Apresentando uma flora bastante rica e diversificada, o parque se destaca por agregar espécies pouco conhecidas e exóticas, que reforça ainda mais a necessidade de

sua preservação. O estudo da biodiversidade, assim como para o PARNA Montanhas do Tumucumaque, é de extrema relevância para elaboração do Plano de Manejo do parque e a formulação de diretrizes para políticas públicas que incidam sobre parques nacionais de fronteira na Amazônia.

4.2.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS

As informações apresentadas a seguir foram levantadas, principalmente, no site [www. amapa.net](http://www.amapa.net) e encontram-se sistematizados em Moraes (2000).

O parque pode ser alcançado pela foz do rio Oiapoque, a partir da cidade de Oiapoque, ou ao norte e a leste pelo Oceano Atlântico. Ao sul, o Parque encosta-se à reserva indígena do Uaçá, que abriga índios aculturados de três nações - Palikur, Galibi e Karipuna. O rio Cassiporé atravessa o Parque Nacional Antes de desembocar no oceano.

O PNCO é dividido pelo rio Cassiporé em dois segmentos e abriga, em suas margens, as comunidades de Vila Velha e Taperebá. Cerca de 500 pessoas vivem no interior do Parque, espalhadas pelas margens dos rios e igarapés.

A região entre o rio Oiapoque e o rio Cassiporé, ainda é muito pouco explorada e segundo os responsáveis pelo parque, é possível que pela grande diversidade destas florestas, algumas espécies ainda sejam desconhecidas e não tenham registros científicos.⁶⁶

Os habitantes da Vila Taperebá, isolados pela complicada geografia local, vivem de pequenas roças de banana e mandioca, além da pesca de tucunarés e piranhas. Os ovos de tracajá, uma tartaruga amazônica que se prolifera na região, têm um alto valor nutritivo e complementam a alimentação.

A casa de apoio do parque localiza-se na Vila Taperebá e serve também como base para pescadores e suas embarcações que vêm em grande parte do norte do Pará e também do próprio Amapá e passam a noite nas casas da vila.

⁶⁶

Dados obtidos em <http://www.amapa.net/informacoes> (Acesso em 12/03/2006)

Segundo Cunha (2006), atualmente há uma grande preocupação para que estas comunidades possam desenvolver projetos sustentáveis, em parceria com o IBAMA, apoiados por algumas ONG's, para que o parque seja preservado e não sofra com a ação destes moradores. Em algumas áreas, dezenas de búfalos são facilmente avistadas pastando na área do parque. Pequenas roças que só tendem a crescer também contribuem para esta degradação.

Nesta abordagem complexa do PNCO, o ponto de partida parece ser a interpretação da indissociabilidade sociedade-natureza, num contexto em que a proteção da biodiversidade não ocorre independentemente de uma dinâmica social e econômica de conflito, no interior do parque (Irving, 2006).

Os aspectos socioeconômicos e culturais dos Municípios que o PNCO abrangem (Calçoene e Oiapoque) estão descritos no Apêndice F, de forma sucinta por município que o parque abrange⁶⁷.

4.2.4 ASPECTOS DA GESTÃO

O Conselho Gestor do parque foi criado em 09 de março de 2006, pela Portaria N° 21⁶⁸ (Anexo 5), e atualmente passa por atividades de capacitação para poder atuar na gestão na Unidade, envolvendo 12 instituições governamentais e 17 instituições não-governamentais, totalizando 29 Instituições.

As principais ações gerenciais da equipe gestora do Parna atualmente, visam proteger e consolidar a unidade de conservação. Após o término dos estudos e elaboração do Plano de Manejo, haverá um instrumento para nortear as ações. A principal dificuldade da equipe se deve ao reduzido quadro de pessoal e a dificuldades financeiras enfrentadas pelo órgão gestor⁶⁹.

⁶⁷ Dados obtidos em <http://www.amapanet> (Acesso em 13/03/2006)

⁶⁸ Diário Oficial da União Seção 1, N°48 de 10 de março de 2006.

⁶⁹ Informação obtida no relatório Final Parque Nacional do Cabo Orange -Termo de Referência N° 001/2005.

5. INTERPRETANDO O OLHAR INSTITUCIONAL SOBRE OS PARQUES

5.1 PARQUE NACIONAL MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE

5.1.1 Interpretação de Patrimônio Natural para Gestão

5.1.1.1 Significado do parque

O significado atribuído pela maioria dos atores institucionais ao Parna Montanhas do Tumucumaque é a Preservação da Biodiversidade, que é relatado considerando a flora, fauna e seres humanos. É interessante observar que os atores institucionais muitas vezes utilizam o termo “conservação” como sinônimo de “preservação”.

*“Resgate da possibilidade de **preservação** do estado.... a questão da gestão na área de entorno.”(INCRA)*

*“Apenas **conservação**, por ser uma região intocável”(ADAP/SEAF)*

*“A Amazônia é uma jóia que agente protege. O parque se encaixa nesse contexto, **preservação** de uma área muito grande. Uma área complexa, que tem vários ecossistemas, está bastante **conservado**”.(Exército – Comando de Fronteira do Macapá)*

Segundo Knoller Adomilli (2004), Subjacente à idéia de parques, há duas perspectivas: a conservacionista e a preservacionista.. A primeira caracteriza-se por

apresentar uma ótica capitalista, no sentido de manter uma soberania sobre os recursos naturais, procurando desenvolver estratégias de utilização destes recursos e mantendo reservas dos mesmos para uso futuro; a segunda, conforme Diegues (1995), faz parte de neomitos⁷⁰ que povoam o imaginário das sociedades urbano-industriais em relação à natureza. (Diegues, 1996:59).

Desta forma, a representação que os atores institucionais sugerem sobre o patrimônio natural é de soberania e ao mesmo tempo um espaço isolado de natureza intocada, para gerações futuras.

A idéia de conservação é reafirmada no depoimento de alguns atores institucionais, pois a noção de biodiversidade é interpretada considerando não apenas a riqueza de fauna e flora, mas também a diversidade cultural, e as relações sociais nas comunidades que estão no entorno do parque.

“Nós sabemos que as unidades de conservação são uma importante ferramenta, para a conservação das paisagens naturais, tanto o meio físico tanto o biológico, e em muitos casos também históricos culturais e ate o meio social” (PNMT)

“A conservação da biodiversidade, da fauna, flora e relações sociais do entorno do parque”. (WWF- Brasil)

“Região rica em biodiversidade, maior nascedouro de todos os rios da região, fauna, flora e entorno” (SETUR)

Alguns outros significados foram atribuídos ao parque, de forma menos intensa como, por exemplo, resistência ao processo de criação do parque, privação ao direito de uso e o orgulho de ter a maior área protegida do mundo.

⁷⁰ Neomitos - a visão das camadas médias urbanas sobre as áreas naturais protegidas como um “paraíso terrestre”, um espaço isolado de natureza “intocada”, formando um conjunto de representações sobre a natureza que mistura o pensamento racional com o mítico.

A palavra resistência está associada à forma como o parque foi criado, e não unidade de conservação propriamente dita.

*“olha para nós que estamos desde o começo, era uma resistência muito grande. A população e um todo. **Não contra a criação do Parque, mas era a forma como estava sendo feito, encaminhado**” (Prefeitura de Serra do Navio).*

“Uma grande UC criada por decisão política de forma prematura” (IESA)

A idéia de privação ao uso dos recursos naturais está relacionada à impossibilidade das populações realizarem atividades tradicionalmente desenvolvidas por gerações na área do parque

*“Nós, especialmente que moramos na região dentro ou em torno do Parque é, **a gente acaba produzindo serviços ambientais para o resto da humanidade e muitas das vezes a gente fica privado de sequer a agricultura da subsistência**” (FETAGRI)*

A idéia de produzir “serviços ambientais” para o mundo e não ter a possibilidade de realizar atividades desenvolvidas por gerações na região é uma controvérsia, pois como afirma Knoller Adomilli (2004): *“Esta contradição remete à questão da defesa dos direitos humanos em relação ao uso dos espaços públicos, considerando a problemática socioambiental como um problema de exclusão social e repensando a gestão de políticas públicas de acordo com a proposta de uma etnobioidiversidade, baseada na dialogicidade e mediação/junção de saberes e perspectivas”*⁷¹.

Além da preservação da biodiversidade, está caracterizado pelos atores institucionais, o orgulho por ser a maior Unidade de Conservação do mundo.

⁷¹ Sobre o conceito de etnobioidiversidade, ver Rocha, 2000.

“Mas nós especificamente (Serra do Navio) somos considerados e nós orgulhamos muito disso, o portal de entrada do maior Parque do mundo”.(Prefeitura de Serra do Navio)

A seguir estão ilustradas algumas das palavras-chave atribuídas ao parque:

1. Biodiversidade
2. Preservação
3. Extensão

As palavras-chave atribuídas ao parque ilustram o significado de Preservação da Biodiversidade citadas como significado do parque.

*“**Conservação, diversidade, enormidade**”(UNIFAP)*

*“**Preservação, grandeza e exuberância**” (SEMA)*

*“Magnitude pela exuberância da natureza que o compõe e pelo espaço físico que ele representa, pela **dimensão geográfica**”(PNMT)*

*“**Tamanho, potencial e desafio**” (CI – Brasil)*

Neste sentido é interessante notar que os atores que estão vinculados diretamente à gestão do parque, ou seja, o chefe do PNMT e a Superintendência do Ibama –AP, ressaltam o desafio que significa a gestão de um parque desta magnitude.

*“**Desafio**, estaria mais relacionado à questão da gestão da unidade de conservação, para que ela possa cumprir seus objetivos, ou seja, **seria um desafio da equipe gestora ou então do Ibama como um todo**” (PNMT)*

*“Olha, pro IBAMA eu acho que **representa um desafio** por que se trata da maior unidade de conservação, em floresta tropical, do mundo” (IBAMA-AP)*

A extensão do parque e o valor deste patrimônio natural para a humanidade, parecem significar por um lado, orgulho, como citado pela Prefeitura de Serra do Navio, e por outro como um peso e uma responsabilidade na gestão da biodiversidade pelo IBAMA.

Em relação à importância do parque para conservação da biodiversidade, são destacados nos depoimentos da pesquisa alguns pontos interessantes.

Como o parque é composto por ecossistemas em bom estado de preservação, é reconhecida a sua grande importância para pesquisa, principalmente por este estar inserido em um mosaico de proteção, e também pela criação do Parque Amazônico da Guiana (do lado francês) em continuidade ao Tumucumaque, favorecendo a Cooperação Internacional.

“Por que se nós temos um potencial imenso na área de biodiversidade, você imagina numa região que pouco foi visitada.... e com certeza temos espécies novas, entende, espécies endêmicas, enfim, é uma riqueza que estava lá totalmente desconhecida pelo ser humano e que vai dar uma contribuição muito grande, com certeza a ciência, e a pesquisa científica de modo geral” (SEMA)

“o simples estado de preservação já justifica a existência desse Parque Nacional, porque ele pode servir de laboratório a céu aberto para pesquisas” então acho que o Tumucumaque é uma boa alternativa para essa questão e ele estando inserido num mosaico de unidade de conservação, porque existem vários outros no estado do Amapá. Agora temos a perspectiva da criação do Parque da Guiana que vai fazer limite com Tumucumaque. Então no final de contas, nós temos uma área

bastante extensa de áreas e terras protegidas e unidades de conservação” (PNMT)

“considero extremamente importante, principalmente em se tratando da localização do Parque numa região de fronteira internacional, né, e a perspectiva da criação do Parque Nacional da Guiana, né, isso consolidado nós teríamos uma área contígua entre duas unidades de conservação que sem dúvida configurarão uma das maiores áreas protegidas do mundo e portanto, de proteção da biodiversidade... aí a cooperação com a França que vem sendo desenhada, acho que ela assume um status fundamental pra esse processo” (IBAMA-AP)

“é uma área muito grande que, é, bem intacta ainda, né, então eu acho que ali ainda tem muita coisa a ser extraída, muita pesquisa a ser feita que pode trazer benefícios pra nós, como pro Estado e pra humanidade aí” (GTZ)

“o Parque do Tumucumaque vai ser eu acho que durante muitos e muitos centenas de anos um grande laboratório a ser estudado e pesquisado” (SEMA)

A questão da conservação da biodiversidade também é o fator que ameniza a resistência inicial ao processo de criação do parque, de forma arbitrária, e ressalta o sentimento de orgulho pela sua grandiosidade e diversidade biológica.

“ai tem toda viu, ai tem toda esse orgulho que a gente tem né, e também é com esse argumento que a gente mais usa para convencer aqueles que eram contra, tem uma resistência contra o Parque” (Prefeitura de Serra do Navio)

*“capacidade de armazenamento das biodiversidades muito grande. Então ele representa mesmo assim, uma verdadeira **Arca de Noé**” (Prefeitura de Laranjal do Jari)*

“o Parque do Tumucumaque ele tá numa região estratégica de transição entre ecossistemas..... então, quanto maior a área conservada, intacta, pra que esses processos e os fluxos gênicos eles interajam e evoluam é melhor” (WWF- Brasil)

Da mesma forma, na interlocução dos representantes das populações indígenas no Conselho Gestor do parque vêem uma importância grande para a preservação da biodiversidade, pois reconhecem que sem a biodiversidade protegida, a própria existência deles estará comprometida. Isto faz com que estes se reconheçam potencialmente como os maiores colaboradores na preservação.

“Que na verdade, nós como povos indígenas, né, a gente não quer acabar com o meio, né, principalmente, nosso... por que é nosso, né, o meio ambiente a gente vive daquilo, se a gente não fosse depender daquilo, a gente não seria nada, né, então, quer dizer, o que tem ali dentro do Parque, né, não deve ser acabada e nem ser destruída... O cacique tem que ter aquele conhecimento, o que aquela pessoa veio fazer, se ele veio fazer entrevista, se ele veio fazer pesquisa, se ele veio fazer outras coisas, né” (APITU)

“a partir do momento que por lei é criado um Parque, é criado uma Unidade de Conservação, é garantindo a homologação de uma reserva limitando a sua exploração, a gente tem uma garantia por um tempo maior da biodiversidade” (FUNAI)

“algumas populações indígenas que são constituídos da Tribo Wajpi que vivem no Parque, os que ainda tem algum senso de responsabilidade, responsabilidade ambiental” (Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

“Há um processo harmônico, em que eles vivem, que eu acho que precisa ser matéria de estudo, uma riqueza muito grande na área da sociologia, sei lá, antropologia, né que na questão ambiental se pudesse, quem sabe servir até de algum referencial em alguma área do conhecimento, pra gente, quem sabe ser

aproveitado, uma outra forma de desenvolvimento ou uma forma que pudesse conviver com o desenvolvimento, de uma maneira mais equilibrada” (ADAP/SEAF)

“é o próprio indígena que tá lá dentro, ele sabe que o que tem ali dentro é pra ele e não é pra ele destruir e sim pra ele preservar mais” (APITU)

Com relação à temática da presença de populações que vivem dentro e no entorno do parque como, por exemplo, populações tradicionais, assentamento agrícolas, garimpeiros e grupos indígenas brasileiros e franco-guianenses, os depoimentos indicam uma grande diversidade cultural.

“nós temos uma diversidade bastante grande de comunidades, temos assentamentos agrícolas no entorno que normalmente abrigam pessoas que não são necessariamente da região, não são amapaenses, eles podem ter vindo de outras regiões. Um exemplo muito claro são comunidades compostas basicamente de pessoas vindas do Maranhão, no eixo da perimetral norte, um exemplo é a Tucano 2, basicamente composta de Maranhenses. Tem populações indígenas, porque o Parque faz limite com duas terras indígenas, então também são nossos vizinhos. E existem também do outro lado das fronteiras populações no caso francesas, franco-guianenses, também indígenas franco-guianenses. E as pessoas da comunidade Vila Brasil, essa é a única que esta inserida no Parque” (PNMT)

Além disso, é interessante perceber a importância que os atores institucionais atribuem à presença das populações que vivem dentro e do entorno do parque, reafirmando as idéias de Tomanik & Paiola (2002) de que os participantes das populações tradicionais, via de regra, são portadores de profundos conhecimentos sobre a natureza e sua dinâmica e os utilizam como suportes para as estratégias, que adotam, de uso e de manejo dos recursos naturais. As noções de território e de espaço, construídas por eles, traduzem-se no apego ao local em que habitam” .

“temos que escutar eles, porque eles conhecem o território, eles vivem desde muitas gerações neste território, eles tem prática que sempre respeitaram o meio ambiente e é importante escutar e definir com eles como gerir esse Parque e também é necessário que se comprometam e digam que desenvolvimento que eles querem, que atividades eles querem desenvolver” (MEDS)

“toda essa gama de pessoas, de status sociais, de modo de vida, de frações culturais, ela compõe esse elemento antropico que acaba tendo interferência na própria gestão do Parque ou no Parque como todo” (PNMT)

“eu vejo, eu vejo um lado bom deles tarem ali e preservar, né, e ajudar a preservar, os órgãos competentes tentar formalizar uma parceria com eles e tentar preservar” (ACT)

“a comunidade tradicional que já vive a centenas de anos, já não é de hoje que essa comunidade vive lá, tá, ela tem uma consciência muito grande em relação a conservação, por que a dificuldade que a gente tem são com as pessoas que vem de fora (do sul) pra usufruir ou usar da matéria-prima” (SETUR)

“são populações que embora, assim, poucas do ponto de vista, em termos de números, mas mais dispersas e que são tradicionais, que convivem a muitos anos, harmoniosamente com a natureza” (ADAP/SEAF)

“eu defendo como uma das questões que devem ser olhada com muito carinho no sentido de que até hoje representa a única presença brasileira, verdadeira, com exceção dos índios, né, de dentro do Parque” (IEPA)

Desta forma, os atores institucionais demonstram uma preocupação com o futuro destas populações, pela instabilidade em que vivem, pelo fato de estarem em uma área de proteção integral, já que a existência de populações dentro de Parques Nacionais é

responsável pelo desenvolvimento de conflitos entre comunidades locais e suas administrações, cuja orientação, em geral, permanecem essencialmente preservacionistas. (Milano, 2000)

“acho que as pessoas do entorno elas tem uma boa vontade de contribuir com a preservação e cuidar do entorno até do próprio Parque. O problema é que as próprias políticas públicas que tão hoje em dia não contribuem a isso, né, as pessoas tão lá meio que abandonadas, não tem perspectivas futuras” (GTZ)

“a questão da população que vive em torno e dentro do Parque é uma situação complicada assim, por que a partir do momento que foi criado ali, né, uma área de preservação, ta aquela polêmica de tira ou não tira” (ACT)

“eu vejo que a gente tem que fazer levantamentos, não tirar quem esta dentro, já estava lá. Então o Parque foi criado, sabendo que a população estava lá. Eu não acho justo chegar agora e dizer: “você vai ter que sair” (Prefeitura de Serra de Navio)

Cabe aqui uma reflexão quanto à fragilidade da categoria “Parque”, segundo a legislação vigente e a realidade nacional. Pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) no Parágrafo 1º do Artigo 11: *“O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”*. O Parna Montanhas do Tumucumaque, assim como a maioria dos Parques Nacionais, possui população em seu interior e no discurso do atores institucionais, não se negligencia a importância das populações locais como parceiros potenciais da gestão do Parna.

“Hoje o IBAMA ele pode ter duas formas de trabalhar com essas pessoas: primeiro é a conscientização do Parque, né, tem que

educar, informar o quê que é o Parque. Segundo, ele vai ter que tomar... na verdade a administração do Parque vai ter que tomar uma linha ou de entender eles como parceiros ou entender como invasores do Parque, né” (INCRA)

“eu vejo que a comunidade de vila Brasil, pelo tamanho, pela extensão, pela grandiosidade do parque, eu acho que no futuro nós poderemos discutir uma estratégia que hoje não é amparada legalmente no sentido de que essa comunidade permaneça, e a partir de um grande trabalho de educação ambiental, de conscientização, de formação sobre os objetivos do parque e da importância, inclusive, que o parque tem pra aquela própria comunidade, eu acredito, que, eu, não é uma posição oficial, é uma posição individual, de que seria melhor a permanência, desde que estejam configurados uma série de procedimentos de controle em relação ao crescimento daquela comunidade” (IBAMA-AP)

O controle do crescimento dessas populações que vivem dentro do parque é citado por alguns atores entrevistados como estratégia necessária para a permanência destas no interior do parque estabelecendo uma parceria possível, o que representa uma mudança de foco na negociação em Políticas Públicas.

“acho que, no caso particular de Vila Brasil, limitando ao número de famílias que hoje existe em Vila Brasil, poderia deixar que continuasse, até por que é mais um ponto que nós temos pra fazer a fiscalização, mais interiorizado do Parque” (Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

“Eu acho que trabalhar, eles que estão lá dentro já, para dizer: “Não pode mais isso, você vai nos ajudar a conservar isso”. E eles com certeza vão ter outra atividade ali, vai ter que ter um ganho. E aqueles que estão no entorno, nós vamos ter que buscar alternativas, muitos deles trabalham para as sementes, para as folhas ou vai servir de guarda do Parque, vai ser guia turístico,

vai transformar a sociedade deles numa pousada de Parada para quem vai visitar” (Prefeitura de Serra do Navio)

“tentar usá-los como um instrumento de trabalho e conscientizar eles para que eles possam proteger aquela área” (ACT)

A retirada das populações não é consenso, assim algumas alternativas, em termos de políticas públicas, foram sugeridas em relação às populações que vivem dentro ou no entorno do parque.

“Não creio que devam ser retiradas, mas é necessário pensar políticas que permitam o desenvolvimento da região e absorvam essas pessoas sem descaracterizar a função essencial do Parna” (UNIFAP)

Neste contexto a pressão exercida pelas populações do entorno citada por alguns atores institucionais indica a necessidade de um enfoque estratégico da gestão para o entorno.

“nós temos essa preocupação com as áreas de entorno desses Parques, por que secularmente a gente tem observado de que a pressão que se exerce sobre as unidades de conservação está relacionada muitas vezes pela falta de políticas públicas pra as populações que vivem de entorno dessas localidades. Então, se você não tem alternativa, você acaba invadindo o Parque seja pra caçar, pra tirar madeira, pra tirar minério, pra tirar outras coisas. Então, você tem que ter programas, políticas públicas que se voltem para a melhoria da qualidade de vida das populações ribeirinhas que vivem no entorno dos Parques, projetos bem elaborados pra que essas pessoas passem a se sentir inseridas na sociedade, tirar o seu sustento e passem até a ser os principais defensores da existência de uma unidade de conservação como essa” (SEMA)

“penso que o Estado poderia intervir nesse processo como a gente tem feito através de alguns Planos Diretores nas áreas ao entorno pra que essa população de entorno dos Parques, aí eu falo dos dois, pudessem servir de guardiões da floresta, né. É eles mesmos poderiam ser aquele agente florestal, agente ambiental pra não permitir que as pessoas acabassem com a floresta, com a biodiversidade de uma forma geral” (SEDE)

Diegues (1998) afirma que o rigor do modelo de implantação de parques fez com que todas as atenções se voltassem para as áreas do entorno dos parques, no pressuposto de que elas seriam a solução para os desapropriados das áreas protegidas, por garantirem a reprodução das condições familiares e os aspectos pertinentes a elas, embora, devido às pressões do ambiente externo, sem conseguir o apoio necessário às suas necessidades.

Outra questão relatada com preocupação pelos interlocutores institucionais, são os conflitos com os garimpeiros, madeireiros e biopiratas, citados como um tema que preocupa, uma vez que, são considerados riscos evidentes de enfoque sócioambiental na produção de diversas ameaças como doenças, alcoolismo e prostituição.

“temos algumas comunidades garimpeiras, é, dispersas pelo Parque Nacional, por exemplo, na região sul, né, na região do Jarí e mesmo na região do Oiapoque” (IBAMA-AP)

“algumas populações de garimpeiros, então essa acho que é a parte mais preocupante com relação a conservação de toda essa região”(SETEC)

“com relação a comunidade garimpeira, não há nenhuma possibilidade de acordo. Essas comunidades que estão lá estão de forma ilegal, e trazem doenças através da prostituição, nós temos informações, já fizemos incursões e sem dúvida, em algum momento o IBAMA vai tá agindo legalmente com outras organizações, para que... como já fizemos isso, em várias outras unidades de conservação aqui no estado do Amapá”(IBAMA-AP)

“hoje nós temos que evidentemente nos preocupar principalmente com a invasão de garimpeiros, de pessoas que possam ir lá e causar algum tipo de degradação ambiental atrás de alguma suposta riqueza” (SEMA)

“vem uma outra questão que é inibir a biopirataria, né, então, tem o próprio contexto que já é, que diz que é uma área de grande potencial de essências florestais, de recursos madeireiro, de fauna, flora, de recursos minerais” (DNPM)

Todos os atores ressaltam as ameaças externas como questões centrais e não as ameaças causadas pelas populações que vivem dentro do parque. Esta percepção pode indicar um início de mudança de paradigma, pois como afirma Diegues (1998, pg 20): *“Um dos problemas é que as autoridades das unidades de conservação percebem as populações tradicionais como destruidoras, desprezando oportunidades reais de aproveitá-las no projeto e não concebem a natureza enquanto ambiência”.*

*“nós temos essa preocupação as áreas de entorno desses Parques, por que o que é que ocorre? Secularmente a gente tem observado de que **a pressão que se exerce sobre as unidades de conservação está relacionada muitas vezes pela falta de políticas públicas pra as populações que vivem de entorno dessas localidades**” (SEMA)*

A problemática da única população residente dentro do parque (Vila Brasil) está relacionada à dinâmica desta região, na qual os garimpeiros brasileiros em sua maioria, vivem do lado francês da fronteira, e com as constantes ações de fiscalização, se refugiam no interior do parque, gastam seu dinheiro com mulheres e álcool, movimentando a economia local. Esta é uma dinâmica sócio econômica e ambiental característica de zonas de fronteira, o que Irving (2004, pg 27) chama de *“cenário mutante de fronteira, nesse território em transe”*

“Vila Brasil é uma bomba relógio, que está pronta para estourar... as pessoas que vivem lá dentro tem sua economia diretamente relacionada com a atividade garimpeira, ou com a exploração das populações indígenas que vivem em Camopi. A partir do momento que este cenário mudar na Guiana Francesa ou mudar o cenário de garimpo na Guiana Francesa, o parque vai necessariamente sofrer com essas mudanças” (CI -Brasil)

“tem hoje uma população de garimpeiros de aproximadamente dez mil pessoas e, essa população se abastece no lado brasileiro e garimpa no lado francês. Esses são devastadores, por que eles vão é... a onde tem o ouro, metal que eles tão fazendo lá a prospecção, a retirada e eles vão jogando mercúrio no Rio, e vão... eles são completamente devastadores, irresponsáveis, completos irresponsáveis, trazendo outros problemas como doença, etc., etc., prostituição, narcotráfico, uma série de coisas que vem junto com o garimpo. Então, esses aí, essa população deveria ser removida do Parque”.(Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

Irving (op cit.) ressalta que o conflito emerge num discurso velado que transcende a perspectiva geopolítica, cria a possibilidade de um novo olhar dirigido à construção de um novo modelo de gestão da biodiversidade em parques nacionais de fronteira.

5.1.1.2 Processo de Criação

Para interpretação do “Processo de Criação”, foram consideradas duas perguntas centrais: “Como você interpreta o processo de criação do parque?” e “Na sua opinião qual a motivação para criação do parque?”

O processo de criação pós SNUC desconsiderou as bases de seu compromisso previsto no Art. 5º: O SNUC será regido por diretrizes que “assegurem a participação

efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação....”

As respostas, à primeira pergunta confirmam o desconforto dos interlocutores em relação à limitada participação social e autoritarismo do Estado na criação do parque.

“a criação de Parques, ela já vem de cima pra baixo através de Decreto.... a gente teve que aceitar” (SETUR)

“foi uma luta muito grande, por que você sabe que as pessoas muitas vezes em Brasília, dentro dos gabinetes, pensam em fazer determinadas coisas e esquecem que nós vivemos numa região, é, distante, numa região densa em termos de floresta, entende, mas muito pouco densa em termos de habitação e isso primeiro causou um mal estar muito grande” (SEMA)

*“o processo de criação foi altamente conturbado, e eu acredito que apesar da lei ambiental prescrever uma serie de procedimentos, para que seja criada uma unidade de conservação, eu penso que apesar disso existe uma boa parcela de ditadura na criação de um Parque Nacional....Então no linguajar popular, a gente esta acostumado a escutar, que o Parque foi **engolido goela a baixo**, que foi criado de cima para baixo” (PNMT)*

A posição de alguns interlocutores da pesquisa representante das populações locais com relação à criação do parque demonstra que sua rejeição resulta da forma como o processo foi conduzido.

“foi muito tumultuado, muito questionado, o método utilizado, do ponto de vista federal, não foi o mais adequado, por que todos nós esperávamos que a sociedade local, a sociedade amapaense estivesse se fazendo presente desde as origens do pensamento e, embora a gente reconheça o acerto da ação, há um questionamento forte da maneira como nas suas origens elas foram feitas, né” (IEPA)

“não que a gente fosse contrário a criação do Parque, isso em nenhum momento o Amapá, o amapaense, nem o governo, as instituições foram contra a criação do Parque do Tumucumaque, mas foram contra da forma com que foi feito a criação do Parque do Tumucumaque” (SEMA)⁷²

Outro ponto citado por alguns interlocutores da pesquisa, foi a sensação de desconsideração das peculiaridades locais e das demandas dos atores sociais, o que evidencia o “absurdo” para a realidade local como afirma a Secretaria de Meio Ambiente do Amapá:

*“...resolveu mandar fazer os estudos lá por Brasília, sem dar satisfação ninguém, **acabou fazendo um absurdo de colocar na Internet na forma de Consulta Pública**, como se nós vivêssemos na Suíça ou na Alemanha ou na França, entende, em que cada cidadão pudesse ter um computador, sabe, pra acessar e dar sua opinião” (SEMA)*

*“não houve uma discussão, né, com essas comunidades. Com certeza **elas não participaram de nenhum momento da discussão da criação**, de realmente opinar sobre os limites do Parque, sobre o tipo de Unidade de Conservação... então, é, acredito que os focos de conflito que podem existir ou que já existem eles tão muito relacionados com isso. Então, como não houve essa discussão, evidentemente que os conflitos eles viram, né” (INCRA)*

Desta forma, observa-se um consenso de todos os interlocutores, mesmo com relação às instituições governamentais, que a criação do parque é entendida como uma imposição arbitrária do Governo Federal.

⁷² Na época o entrevistado, representante da SEMA era o Secretário do Meio Ambiente do Estado e foi designado pelo governo da época para ser o responsável, o interlocutor do Estado junto ao governo federal para a criação do Parque do Tumucumaque.

“foi pouco discutido com a sociedade, né, inclusive com as esferas administrativas, o poder público, até mesmo com INCRA.... na época em que foi criado o Parque chegou lá o Decreto, pronto, né, e para autorizar por que as terras elas tinham sido arrecadadas pra, pro INCRA, pra fins de Reforma Agrária. Então, parte da área em que foi criado o Parque ela saiu, ela deixou de ser destinada pra Reforma Agrária e passou pro viés ambiental” (INCRA)

“foi um processo de cima pra baixo, onde a legislação que se aplica a criação de unidades de conservação não foi respeitada. A população do Amapá não foi ouvida. E isso gerou fortes protestos da sociedade local, dos prefeitos onde o Parque está localizado, da comunidade desses municípios e da própria comunidade de Macapá, do COEMA, por exemplo, que é o Conselho Estadual do Meio Ambiente, e outras instituições e personalidades se manifestaram contrárias a criação do Parque” (IBAMA-AP)

“Episódio em que ficou clara a falta de importância dada para a opinião da população local e a manipulação que o poder público exerce em nome a aplicação do SNUC” (IESA)

Orlandi (2003) define o discurso político como o discurso que, afetado pelo poder, refere-se às relações de forças e de sentidos que relacionam sujeitos sociais na história em função do seu poder. O discurso político fundamenta-se numa decisão sobre o futuro de uma população. Baseado neste conceito pode-se perceber a gravidade de um discurso político inadequado na geração de resistência e conflitos em relação ao parque, como é citado pela Prefeitura de Serra do Navio:

“infelizmente o cidadão que veio representar o Presidente da Republica na época, disse que ele estava ali por uma questão de

cortesia. Porque as terras eram da União e o Presidente fazia das terras o que quisesse, nós não tínhamos nada para apitar, nem poder....uma falta de respeito, na fala também do Presidente da Republica da época, uma vez eu escutei o pronunciamento dele, dizendo que estava criando o Parque e era uma área totalmente despovoada. Eu ate fiquei:” ele esta dizendo que não tem povo aqui?, não tem população?”. Não tem uma população como se fosse uma cidade dentro do Parque, mas nós temos aqui na beirada do Rio, no entorno, nós temos sim. E temos a Vila Brasil, e esta ai um local dentro do parque (Prefeitura de Serra do Navio)

Mas o processo de criação não é a única razão de resistência ao parque, segundo a Conservation International (CI-Brasil):

“existem setores da sociedade amapaense que foram e continuam sendo contrárias à criação do parque com base no argumento de que Parques Nacionais representam o “engessamento” da economia e impedem o crescimento do Estado, além de desalojar a população local”

No entanto, alguns setores (Prefeituras) foram favoráveis à criação do parque, mas esperam até hoje as medidas compensatórias que não foram asseguradas pelo Governo Federal.

*De alguma forma **as prefeituras esperavam algum tipo de compensação pela criação do parque, e essa compensação até o momento, não se concretizou”** (CI-Brasil)*

*“não foi discutido com ninguém, foi feito as quatro porradas... **as medidas compensatórias, não chegaram aos municípios”** (Prefeitura de Laranjal do Jarí)*

As restrições de uso dos recursos naturais impostas por essa categoria de Unidade de Conservação constituem também foco de conflitos que em relação à criação do parque.

*“a gente não tem o domínio das nossas terras... quando disseram que se iria construir o Parque, começaram aquelas histórias: de que não podia mais entrar, **ninguém podia mais passar de canoa para lá, não pode mais pescar, caçar, coletar frutas**” (Prefeitura de Serra do navio)*

Segundo a interpretação dos atores institucionais, o processo de criação do Parna Montanhas do Tumucumaque é entendida como uma imposição arbitrária do Governo Federal, traduzida em limitada participação social e autoritarismo do Estado, por não considerar as peculiaridades locais e as demandas dos atores sociais. A rejeição resulta da forma como o processo foi conduzido, aliado a um discurso político inadequado, o que gerou resistência e conflitos em relação ao parque.

O processo de criação não é a única razão de resistência ao parque, as restrições de uso dos recursos naturais também são foco de conflitos.

As motivações da criação do parque serão abordadas a seguir para mapear a dinâmica da criação do parque através do olhar dos atores institucionais ligados à gestão do parque.

Duas temáticas parecem ser prioritariamente reconhecidas pelos atores institucionais entrevistados em relação a motivação da criação do parque: momento político favorável e preservação da biodiversidade.

O momento político favorável se expressa como motivação central para a criação do parque, como uma “prestação de contas” ao mundo em relação a compromissos assumidos internacionalmente durante a Convenção da Diversidade Biológica. Os depoimentos a seguir ilustram claramente esta percepção dos atores institucionais:

“na época foi uma motivação muito mais política pra... do antigo governo pra ser promover no Encontro na África, né” (GTZ)

“Deve ter havido algum compromisso, acredito que foi mais uma decisão de um grupo, do que do povo brasileiro. O presidente da época se comprometeu numa reunião anterior, na África a criar a maior área preservada” (Prefeitura de Serra do Navio)

“O FHC aceitou a indicação e criou o parque, que óbvio havia uma intenção política, pois em 2002 completava 10 anos da Eco-92. O Brasil como signatário de um acordo que previa a conservação de 10% do bioma Amazônico, então houve uma conotação política, uma intenção política que se juntou a uma oportunidade” (CI-Brasil)

“a criação do Parque foi um ato Político, num momento bastante oportuno do ponto de vista político” (PNMT)

“Uma motivação política para que fosse criado ainda num determinado governo, num determinado presidente, o maior Parque do mundo” (Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

“naquele momento estava-se num momento de transição política, quer dizer, um presidente se afastando, encerrando um mandato, né, e, a criação do Parque, sem dúvida, lhe deu cacifes políticos, inclusive internacionais, né, junto a organizações internacionais, como a ONU, por exemplo” (IBAMA-AP)

“A motivação foi a busca de inserção internacional, tanto do governo federal quanto do estadual. A venda de uma imagem positiva ecologicamente para conseguir retorno político em outras áreas. O interesse ecológico, se é que existiu, veio como segundo plano....”

“...Política ambiental ... e necessidade de dar uma resposta aos questionamentos estrangeiros de que o Brasil tava deixando a Amazônia ser destruída” (FUNAI)

“foi uma motivação muito mais política, na época, do que preocupada exatamente com a questão da proteção amazônica” (IEPA)

É interessante notar um certo consenso nessa percepção, o que tende a reforçar a idéia de que a população local não consistiu a preocupação do Governo Federal no processo, uma vez que este foi condicionado por fatores externos à dinâmica socioeconômica local.

“o governo na época, fez um acordo internacional, ele tinha que cumprir esse acordo internacional, ele precisava cumprir metas estabelecidas nesse acordo pra criação de unidades de conservação de uso restrito, entende, e, ele precisava criar essas unidades pra que ele provasse à comunidade internacional de que o governo federal estava agindo daquela forma para que ele então tivesse o aceite dos países que estavam colocando dinheiro dentro do Programa ARPA e ele escolheu o Parque do Tumucumaque, essa região aqui do Amapá pra criar” (SEMA)

“ nem foi uma das propostas do Governo Federal do nosso país, mas sim de outros Países para a criação do parque, como medida de empréstimo, de dinheiro para conservar o interesse da parte de lá” (Prefeitura de Laranjal do Jari)

Algumas instituições entrevistadas atribuem ainda à criação do parque, uma propaganda ambientalista associada, ao momento político:

“um lobby do governo da época pro movimento ambientalista mundial, né, ou seja, o governo quis fazer uma propaganda de... o maior Parque de floresta tropical do mundo, né, então o

discurso era bonito pra ser dito, né, final de governo..... um Parque pro mundo, né, pros gringos verem, né, e assim, por governo posar de ambientalista” (INCRA)

“na época quando eu participei inclusive dessa discussão, foi muito mais pra ser um motivo de... não sei bem se essa seria a palavra, mas talvez especulação ou de curiosidade ambiental pra que se pudesse fazer parte de que alguém olhasse pro Estado, né, de que alguém olhasse pro Brasil, de que nessas relações diplomáticas de gestão que acontece que isso pudesse ser visto. Então, na verdade, acho que a intenção maior também foi que nessa gestão presidencial a idéia talvez fosse de dizer “olha nós temos realmente um Estado que é bem conservado, que é bem preservado e taí exemplos que estão avançando” (SEDE)

“foi interesse nacional pra se garantir uma reserva que é, dá um, de certa forma, um poder de reconhecimento internacional com relação a preservação da Amazônia. Não se preocuparam com o Estado do Amapá, mas do ponto de vista da Amazônia, do ponto de vista ambiental isso é um... foi um cacife muito grande que o governo brasileiro, é, mostrou pro mundo a necessidade de ter ou interesse de ter uma reserva, demonstração prática de se ter uma preservação ambiental numa área que inclusive considerando que ela é basicamente quase toda fronteira com Guiana” (ADAP/SEAF)

“O processo foi extremamente acelerado, decidido por razões ocorridas em instâncias de gabinetes e grandes jogos políticos” (UNIFAP)

Importante ressaltar que o momento político a qual os atores institucionais se referem é a “Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10)⁷³, realizada em Johannesburgo, na África do Sul, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002”.

Um dos documentos firmados na Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável (WSSD) foi a Convenção da Diversidade Biológica que assume o compromisso de comprometimento dos países membros até 2010, principalmente os detentores de grande parte da biodiversidade mundial, para uma redução significativa da taxa anual da perda da biodiversidade, incluindo ações para prover recursos financeiros e recursos técnicos aos países em desenvolvimento.

Desta forma, fica evidente na fala do interlocutor da FUNAI a estratégia adotada:

“na época do Fernando Henrique Cardoso tava indo para Joanesburgo, na África do Sul, e, tava no final de mandato, havia um questionamento lá com relação, é, foi uma das reuniões posteriores à Eco-92, havia a necessidade que o Brasil demonstrasse alguma decisão, é, de que tava realmente fazendo alguma coisa pelo meio ambiente” (FUNAI)

Um outro motivo para a criação do Parna Montanhas do Tumucumaque, segundo as instituições entrevistadas foi a própria necessidade da Preservação da Biodiversidade.

“a criação foi oportuna do ponto de vista da preservação da biodiversidade. Nós presenciamos altas taxas de desmatamento na Amazônia, normalmente taxas crescentes” (PNMT)

“a motivação pra criação do Parque eu acredito que foi a questão da preservação da área, né, e à o estudo, a biodiversidade, toda essa questão, então tentar formar um conceito e tentar proteger essa área” (ACT)

A questão da fronteira aparece também sutilmente no discurso dos entrevistados:

“uma área de fronteira muito grande que poderia ser preservada e principalmente pelo nascedouro de grandes rios como é a questão do Araguari, tem do Amapari, que nascem... o Oiapoque,

o Jarí, são quatro rios enormes que nascem nas terras das Montanhas do Tumucumaque. E, a quantidade e a diversidade de... acho que... eu acredito que o governo federal já teve até um estudo dessa área, né, e pela preservação mesmo, ela tava intacta na época que foi criado e ainda continua assim, principalmente a grande diversidade de terra” (SETUR)

“tem haver com o apontamento da indicação de estudos que transfere para essa região uma grande concentração de biodiversidade na Amazônia, por que é uma região fronteira, né, pela perspectiva de criação do parque Nacional da Guiana” (IBAMA-AP)

Nesse sentido Barbault (Apud Irving, 2006) sugere que o futuro Parque Nacional do Sul da Guiana (hoje Parque Amazônico da Guiana) funcione como inspiração para uma Reserva de Biosfera transfronteira, o que viabilizaria a proteção da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais num exercício de cooperação binacional.

5.1.1.3 Função

Na avaliação de percepção sobre a função do parque, três temas emergem a partir das entrevistas com os atores institucionais: Conservação da Biodiversidade, Potencial de Desenvolvimento Regional e Anteparo para Ações Antrópicas.

Conservação da Biodiversidade é reconhecida como principal função do parque, o que evidencia também a preocupação com a presença humana em seu interior e no entorno.

“Tem diversas funções, a principal é a conservação da biodiversidade” (WWF-Brasil)

“Sua função é atuar na conservação da biodiversidade e, portanto na manutenção de patrimônio genético” (UNIFAP)

“a função do parque é garantir a conservação da biodiversidade” (CI-Brasil)

“Olha, função do Parque: preservar.... um Parque ele é intocado, não pode fazer nada, nem tirar uma folha.... manutenção das riquezas existentes” (Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

“A função seria muito mais de... como ele tá como Parque, como área de preservação, ele tem que ser como diz a lei, tem que ser um santuário, tem que ser algo pra você admirar e estudar pra poder entender aquele espaço”

*“Acho que a delimitação da área como um todo é muito extenso, ela poderia ter sido um pouco menor, e, ao ser um pouco menor talvez pudéssemos conhecer melhor ainda a biodiversidade existente do que se tem hoje conhecimento e assim se poderia de fato preservar. Mas, quando você decreta uma área, uma extensa área do Parque do Tumucumaque pra área de preservação em que existem garimpos nessas áreas, existem vilas, existem pessoas inseridas, **fica complicado você dizer que aquilo ali ainda vai continuar ser área de preservação**”. (SEDE)*

“O parque tem muitas funções, uma delas é a preservação ambiental”(SEMA)

Alguns interlocutores parecem considerar conservação e preservação como sinônimos, reafirmando o que Knoller Adomilli (2004) ressalta como “idéias subjacentes de parques”.

Alguns interlocutores reconhecem como a função de base do parque, o equilíbrio entre o Potencial de Desenvolvimento Regional e Conservação da Biodiversidade. Nesse caso, o parque é reconhecido como vetor potencial para o desenvolvimento local.

“a função do Parque é de encontrar o equilíbrio entre proteção e desenvolvimento.... quando todo mundo encontra este

equilíbrio, todos aceitam o parque. É por isso que é importante discutir com a população, de proteger e de desenvolver, mas dentro do respeito ao meio ambiente” (MEDS)

“Trazer desenvolvimento para as cidades do entorno, para que as pessoas não precisem mais derrubar, desmatar, extrair, caçar” (Prefeitura de Laranjal do Jari)

“o desenvolvimento da região, agregando as relações sociais, relações políticas e relações de conservação” (WWF-Brasil)

“Ele deve ser visto como um veículo, um vetor do próprio desenvolvimento da região na medida que possa dinamizá-lo com modelos que agregue valores na economia, no desenvolvimento social do Estado. O parque não deve ser apenas aquela unidade física, territorial destinado a uma finalidade isolada” (IEPA)

“A função primeira é defender e proteger o Patrimônio Ambiental do Amapá, mas, eu vejo também que essas unidades elas podem servir pra desenvolvimento....há necessidade de debater com mais rigor as contradições e convergências entre desenvolvimento e conservação, caso contrário, no futuro nós podemos ter conflitos realmente irreparáveis, né, aqui no Amapá em função da pressão da população pelo uso de recursos naturais” (IBAMA-AP)

A função de Anteparo para Ações Antrópicas fica evidenciado na fala do interlocutor do Departamento Nacional de Pesquisas Mineralis:

“estabelecer nessa região Norte um anteparo para o processo de devastação vindas do Suriname e do Estado do Pará. Anteparo também para as ações antrópicas como exploração de madeira, de essências florestais e substancias mineral” (DNPM)

Esta função atribuída ao parque reafirma o que Conte & Leopoldo (1998) relatam sobre perdas de solo que ocorrem na natureza e que tem sido aceleradas e intensificadas

pelas atividades antrópicas, destacando-se como uma das causas principais os desmatamentos.

As funções de Pesquisa e o Turismo como vetor de desenvolvimento são também reconhecidas, mas com menor ênfase.

*“A função dele é mais científica, turismo e não exploração”
(GTZ)*

“dar oportunidade para ter bancos de estudos, áreas ricas em pesquisa, descoberta de fontes importantes de conhecimento....nós não estamos estruturado como sociedade, talvez, pra aproveitar essas regiões, essas unidades pra ter grandes áreas de estudo, e apreensão de conhecimento pra geração de riqueza” (ADAP/SEAF)

“Os parques são considerados áreas muito restritas podendo desenvolver o turismo e a realização de pesquisas científicas para descoberta de potencial como remédios para curar males da humanidade” (SEMA)

*“essas unidades elas podem servir de base pra desenvolvimento de pesquisas, certo, e essa é uma carência do Estado hoje, você ter uma capacidade técnica e científica local, instalada”
(IBAMA-AP)*

*“Sua função é implementar a base do turismo ecológico, financiar pesquisa básica (levantamento de espécies) e pesquisa aplicada (desenvolvimento sustentável) e implementar núcleos de pesquisa de ponta sobre bioprospecção e biotecnologia”
(UNIFAP)*

A partir da análise dos discursos dos atores institucionais, a conservação da biodiversidade aparece como a principal função atribuída ao Parna Montanhas do Tumucumaque, porém é interessante notar que o parque também é reconhecido como

vetor potencial para o desenvolvimento local, a partir de uma associação entre a conservação da biodiversidade, a pesquisa e o turismo.

5.1.2 Papel em relação ao Parque

O papel dos atores institucionais entrevistados é entendido de várias formas pelos interlocutores. Os atores institucionais federais, com atribuição direta na gestão como o chefe do Parque Nacional do Tumucumaque e o IBAMA-AP reconhecem seu papel de gestor e administrador do parque, com o apoio do Conselho Gestor.

“o Ibama, ele é responsável pela gestão de um Parque Nacional, como sendo uma unidade de conservação da esfera federal. O Ibama não age sozinho, existem instrumentos, como por exemplo o conselho consultivo, que visa compartilhar as decisões, mesmo que seja consultivo” (PNMT)

“a Superintendência é a gestora maior da unidade, né. Acima as Superintendência está o IBAMA Brasília. Então, o nosso papel é de coordenação, de administração, né, de identificação junto com a equipe gestora de planejamento estratégico, né, de fornecer, é, recursos materiais e humanos que possam dar capacidade técnica instalada pro gerenciamento da unidade de conservação” (IBAMA-AP)

Alguns interlocutores reconhecem seu papel na gestão participativa, através do Conselho Gestor do parque.

“na questão do Conselho Consultivo, né, que nós tamos tendo uma vaga como representante.... da gestão da unidade de entorno que a gente tem tentado, é, participar ativamente, né,

isso com a questão com... como verdadeiros parceiros do IBAMA” (INCRA)

“fazemos parte do Conselho Gestor” (SEMA)

“A UNIFAP foi inserida no conselho porque, em razão da instituição que é, se vislumbrava sua contribuição com cursos, extensão e pesquisa em áreas que envolvam o PARNA. Penso que a UNIFAP deve ser, ainda, um elo de envolvimento do PARNA com a população” (UNIFAP)

O conceito de gestão participativa, que, em síntese, significa tomar parte ou fazer parte da administração pública, de forma ampla e permanente, entrosando diferentes atores sociais por mecanismos participativos (SATHLER, 2005), através do Conselho Gestor é entendida por alguns atores institucionais de forma equivocada, ou seja, não tem conhecimento sobre o caráter consultivo do conselho.

“participamos como membros do Conselho Deliberativo, é esse o nosso papel, e lá são tomadas todas as decisões e deliberadas as decisões também” (SETUR)

Loureiro, Azaziel & Franca (2003), no tocante à discussão acerca do caráter deliberativo ou consultivo dos conselhos afirmam: “historicamente, a idéia de conselhos gestores diz respeito a um espaço de concertação e decisão democrática, criando uma necessária cultura cidadã e de responsabilidade no que é feito em termos de políticas públicas”. Desta forma, concluem que, “em tese, todo conselho gestor deveria ser deliberativo”, porém o SNUC em seu Art. 29 prevê que “cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil...”

O apoio ao parque através de várias formas, desde trabalhos com as populações do entorno, desenvolvimento de pesquisas, fiscalização, infra-estrutura ou apoio logístico é outra forma de interpretação por alguns interlocutores entrevistados em relação ao seu papel com o parque.

*“a nossa função é de sempre fomentar esses trabalhos, apoiar esses trabalhos e ao mesmo tempo não esquecer que a gente tem que apoiar também quem está... **as pessoas que estão, por exemplo, no entorno que é o nosso atual trabalho aqui**” (GTZ)*

*“O nosso papel é **fortalecer o desenvolvimento de estudos e pesquisa nessas regiões para que eles tenham o maior conhecimento de toda a biodiversidade e as riquezas que existem nessas áreas** e como nós podemos continuar preservando e também aproveitando, é, através dos estudos e pesquisas, é, produtos originários das fontes naturais dessas regiões” (SETEC)*

*“basicamente com a **parte de fiscalização** e hoje, além da fiscalização, buscamos também levar apoio médico, odontológico que eu tenho em Clevelândia, médicos, dentistas e eu levo pra lá pra fazer um atendimento, já que não tem outros, né, a gente leva pra lá pra fazer um atendimento, uma ação cívico-social com a população lá de Vila Brasil” (Exército – Comando de Fronteira do Amapá)*

*“prestar o **auxílio na fiscalização com nossos servidores e nossos índios, toda a vez que a gente recebe alguma denúncia de que há algum tipo de exploração ou madeireira ou mineral ou alguma devastação numa área, os índios, com a perambulação deles pela área, trazem informações e a gente passa isso pra FUNAI, pra SEMA e junto com a Polícia Federal, junto com o Batalhão Ambiental da SEMA é tomado providências**” (FUNAI)*

“até o momento a C.I já fez as seguintes ações para o parque: financiou sobrevôos para documentação do parque e fiscalização, ela doou equipamentos, especificamente, motores de polpa, ela doou a construção de um escritório, uma base fixa para o Ibama em Serra do Navio, é um escritório grande, composto de uma parte administrativa e uma parte residencial para o uso dos analistas ambientais, ela doou uma casa de barco, também em Serra do Navio, né? Ela apoiou uma das reuniões do Conselho Consultivo do parque e ela financiou, ela pagou 5 expedições de inventários biológicos dentro do parque para geração de informações a serem usadas no Plano de Manejo” (CI-Brasil)

As mais diversas formas de apoio institucional citado pelos interlocutores entrevistados representados por setores do Governo Federal e Estadual e Órgãos Internacionais vêm reafirmar a missão institucional de cada um.

Para alguns atores institucionais o papel com o parque, vai além do apoio e se dizem parceiros em atividades com o IBAMA.

“Então, a nossa responsabilidade ambiental ela é muito grande também, por isso nós somos muito parceiros do IBAMA, estamos juntos, trabalhamos em parceria dentro dessa unidade de conservação” (SEMA)

“Somos um dos maiores parceiros do Tumucumaque juntamente com outras instituições” (WWF-Brasil).

“desde 2005, o DNPM ele vem atuando com outros órgãos em parceria, principalmente com o IBAMA, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, né, no sentido que a gente possa, vamos dizer, compatibilizar, né, a exploração racional dos recursos minerais, né, com o equilíbrio ou a diminuição de impacto ambiental dessa exploração” (DNPM)

A parceria institucional parece ser entendida por alguns atores institucionais de forma a promover o uso dos recursos naturais de forma equilibrada, mas também a divisão de responsabilidade ambiental.

Em geral, as atividades desenvolvidas por cada instituição estão de acordo com o papel que cada instituição se atribuiu, segundo a pesquisa.

Na identificação de seu papel para a gestão, os atores institucionais que mencionam a sua participação no Conselho Gestor e/ou na elaboração do Plano de Manejo, são aqueles ligados de forma direta à Gestão do parque (PNMT e IBAMA-AP). Todas Instituições que mencionam sua participação no Conselho Gestor são de esfera Federal, Estadual ou Municipal.

O quadro abaixo foi elaborado para comparar o papel reconhecido por cada instituição participante da pesquisa e as atividades-chave desenvolvidas.

Quadro 4 – Papel reconhecido por cada instituição participante da pesquisa e as atividades-chave desenvolvidas.

Instituição	Papel Reconhecido	Atividades-chave
PNMT	Gestão e administração do parque	1. Responsáveis por todos os Programas de Gestão; 2. Responsável por fazer o parque funcionar (manutenção da biodiversidade, administração pública, Educação Ambiental, Pesquisa Científica); 3. Elaboração do Plano de Manejo.
IBAMA-AP		1. Realizar Plano de Proteção e Monitoramento; 2. Estabelecer Projeto de Cooperação Bilateral entre Brasil e França; 3. Realizar Inventários Biológicos; 4. Elaboração do Plano de Manejo.
INCRA	Gestão participativa, através do Conselho Gestor do parque.	1. Gestão do espaço agrário.
SEMA		1. Fiscalização; 2. Monitoramento; 3. Educação Ambiental.
UNIFAP		1. Participação no Conselho
GTZ	Apoio ao parque	1. Trabalhar com o pessoal do entorno; 2. Fomentar a preservação; 3. Trazer novas perspectivas de trabalho para que não haja impacto dentro do parque.
SETEC		1. Não tem nenhuma ação direta.
Exército – Comando de Fronteira do Amapá		1. Reconhecimento de fronteiras; 2. Fiscalização nos rios Oiapoque e Jarí; 3. Proteção.
FUNAI		1. Fiscalização; 2. Garantir a manutenção e a preservação do parque; 3. Informar sobre ações dentro do parque.
CI-Brasil		1. Fornecer infra-estrutura, fiscalização, realização de inventários biológicos para execução do Plano de Manejo e financiamento de expedições.
SEMA	Parceria com a	1. Fiscalização; 2. Monitoramento; 3. Educação Ambiental.
WWF-Brasil		Antes da criação: 1. Dar apoio aos estudos de levantamentos, georeferenciamentos, elaboração de mapas, proposição do tamanho da área, abrangência da rede

	administração do parque	hidrográfica. Depois da criação: 2. Trabalhar o desenvolvimento das relações do entorno para chegar a conservação da biodiversidade e participar do Conselho.
DNPM		1. Fiscalização; 2. Monitoramento; 3. Análise dos processos homologados pela instituição.

Com relação ao papel de “Apoio ao parque” as atividades desenvolvidas são em vários sentidos, desde conscientização das comunidades, fiscalização até fornecimento de infra-estrutura.

Quando indagados sobre se a instituição atua na gestão do parque? De que maneira? E qual a responsabilidade de sua instituição com relação à gestão do parque? Alguns atores institucionais reconhecem sua atuação na gestão através da participação no Conselho Gestor, de forma direta ou indireta.

“atua, enquanto representante do conselho consultivo. Não diretamente fazendo uma ação dentro do Parque” (Prefeitura de Laranjal do Jarí)

“A gente atua, de uma certa forma, como Conselheira, buscando o desdobramento nas políticas ambientais voltado ao entorno do Parque, dentro e em torno....o trabalho da FETAGRI é de elencar economicamente as famílias, buscando a integração das políticas transversais para melhorar o conjunto da família, em todos os aspectos: habitacional, cultural, econômico....hoje a FETAGRI busca o modelo de desenvolver a agricultura familiar a partir do modelo permacultura⁷⁴, observando a realidade local” (FETAGRI)

“diretamente não, agora indiretamente, quando nós estamos em reuniões de planejamento, quando nós estamos tentando dirimir algum problema ou facilitar a execução de alguma ação do

⁷⁴ É uma síntese das práticas agrícolas tradicionais, proporcionando o desenvolvimento integrado da propriedade rural de forma viável e segura para o agricultor familiar. Disponível em <http://www.agrorede.org.br> (Acesso em 26/02/2007)

Plano de Trabalho da equipe do Parque, efetivamente a gente tá trabalhando na gestão” (WWF-Brasil)

“a gente administra também o Parque né, a gente vê, para que possamos passar informações para o Ibama né, a gente sempre vê o Parque. Não deixamos o Parque de lado, a gente vê ele sempre.... a gente vê sempre, a gente entra no Parque e vê se não acontece alguma coisa dentro do Parque.” (APINA)

“agora não, porque a gestão é só aqui do Ibama. Agora no conselho sim, nós participamos do conselho. E estamos começando a discutir agora a questão do manejo, a questão do que fazer, a questão da guarda do Parque.... e a gestão vai ficar por nossa conta no conselho. Com certeza, ainda não está efetivamente, mas por exemplo: as ações já do grupo gestor, já passam por nós, as deliberações....e de certa forma nós estamos já na gestão não direta, mas indiretamente.(Prefeitura de Serra do Navio)

Alguns atores institucionais não identificam com clareza sua participação direta na Gestão do parque, apesar de participarem do Conselho Gestor.

“Não atua”.(Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

“A gente tem participado apenas dentro do Parque como Conselho Consultivo, né, como Conselheiro apenas” (INCRA)

“não sei se a gente atua na gestão do Parque, mas sim a gente apóia algumas ações do próprio pessoal do Parque quando a gente tem condições e apóia as comunidades que tão ali na... na... que fazem parte do Conselho Gestor do Parque, na realidade” (GTZ)

“Não atua” (ADAP/SEAF)

“Não atua. A gente atua em reuniões, em encontros, trocas de informações, mas, é, legalmente nós não fazemos parte da diretoria ou da fiscalização do Parque” (FUNAI)

“Não, nós atuamos indiretamente por que nós fazemos parte do Conselho Gestor do Parque” (SEMA)

Outros atores institucionais entrevistados reconhecem sua participação na gestão, mas de forma indireta.

“de maneira indireta, né, ela tá fazendo parte dessa discussão de resultados da pesquisa como instrumento do futuro Plano de Manejo do Parque” (IEPA)

*“nós na verdade fazemos parte apenas assim de coordenadores assim de intermediadores, né, a cada momento que a Instituição, o IBAMA eles convocam pra uma reunião é por que provavelmente alguma das nossa Secretarias tem se mantido ausente ou na verdade não tá correspondendo a altura, então, ao sermos alocados para essas reuniões, nós vamos ter o papel apenas de cobrar mais energicamente dos Secretários, né, dos gestores que estão submetidos a nossa Coordenação pra que **as ações caminhem, essa é a nossa responsabilidade**” (SEDE)*

“Sim, mas de maneira burocrática, mandando um representante. (UNIFAP)”

“nós não temos assim o assento no Comitê de Gestão, mas nós participamos de qualquer discussão, é, de política pra dentro do Parque de Montanhas do Tumucumaque” (DNPM)

Cabe aqui uma reflexão acerca da gestão do parque. Os atores institucionais entrevistados parecem não entender, por princípio a função do Conselho Gestor, que segundo na definição do dicionarista Aurélio⁷⁵, é uma “Corporação à qual incumbe

⁷⁵ Dicionário Aurélio eletrônico; século XXI. Rio de Janeiro, Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1999, CD-rom, versão 3.0.

opinar ou aconselhar sobre certos negócios públicos” Os conselhos são, na opinião de Gohn (2003, pg 07), “uma forma específica de participação sociopolítica”. Ainda, segundo Loureiro, Azaziel & Franca (2003): “uma espécie de espaço público jurídico-institucional por excelência de intervenção social planejada na formulação e implantação de políticas públicas”. São, no dizer de Carvalho M. & Teixeira A.(2000): “espaços de controle social, de democratização de decisões e garantia de acesso universal às políticas e serviços públicos”.

Nesta pesquisa vamos compreender os conselhos de Parques Nacionais como instâncias permanentes e sistemáticas de debate, previstos em lei e constituídos formalmente numa figura jurídica através de decreto ou portaria, com caráter consultivo, reunindo conselheiros (pessoas per se ou representando entidades privadas e órgãos públicos), com claros objetivos, atribuições, competência e organização específica, orientados e organizados por um Regimento Interno para funcionar como gestor e ente mediador e fiscalizador.

Com relação à responsabilidade atribuída às instituições com relação à gestão do parque são reconhecidas: participação no Conselho, apoio ao parque e fiscalização do parque.

É importante ressaltar que apesar de alguns interlocutores entrevistados não identificarem com clareza sua participação direta na Gestão do parque, apesar de participarem do Conselho Gestor e outros entrevistados reconhecerem sua participação na gestão, mas de forma indireta.

A participação no Conselho é vista como a maior responsabilidade das instituições sem estar associada à gestão do parque.

“nós Wajapis sempre reunimos sobre Parque, lutamos para continuar o Parque. Eu como conselheiro sempre trago informações, nas reuniões do Parque com o Ibama né, sempre

trago informações da minha comunidade, sobre o que decidimos na aldeia” (APINA)

“nós queremos participar, porque como sempre nesse país, as coisas vem de cima para baixo né. E estamos discutindo essa questão aqui no conselho porque criaram um grupo de trabalho lá em Brasília, onde nós não participávamos, os municípios. A gente conseguiu quebrar um pouco isso, já na gestão do governo Lula. Fernando Henrique tinha um grupo de trabalho, que era só pessoal lá do ministério do meio ambiente, as grandes ONGS internacionais, e nós aqui ficamos um pouco de fora. Com a criação desse conselho, a gente começou a puxar, a gente começou a interferir.” (Prefeitura de Serra do Navio)

“É ser conselheiro, participar das orientações, é propor, partilhar, é, dividir também o que a gente tem quanto política nesse sentido, quanto é, apoio, quanto, enfim, o que nós consegue fazer fora, trazer para dentro, colocar como melhoria de vida a partir, para que os outros conselheiros possam visualizar o que cada Instituição está fazendo e aonde elas podem se complementarem por que eu acho que só assim a gente vai conseguir um dia é, digamos assim, avançar” (FETAGRI)

“quem é representante do Conselho Consultivo na íntegra mesmo é a APITU, né, uma comunidade indígena, uma Associação Indígena. A ACT ela tá como um representante só, no caso, se eles não puder... se eles não puder ir à reunião, a ACT, ela pode ir pra representa-lo” (ACT)

“É participar ativamente lá dentro do Conselho, e a gente tem feito isso de todas as maneiras, de todas as formas, todas as vezes que fomos convocados tivemos lá participando, dando a nossa opinião, a visão em relação ao ecoturismo e a necessidade também da gente colocar o ecoturismo como uma forma de geração de emprego e renda pra ocupar a comunidade” (SETUR)

A responsabilidade na gestão através de apoio ao parque é visto de duas formas diferentes pelos interlocutores, a primeira colocando-se como instituição envolvida no processo de gestão do parque:

“Nós nos sentimos tão responsáveis na gestão quanto os próprios responsáveis que é o IBAMA. Ou seja, se nós nos propusemos a auxiliar o governo brasileiro a criar, se nós nos propusemos a criar a Unidade de Conservação, o Tumucumaque, se nós nos propusemos a conservar essa parcela significativa da Amazônia, se nós nos propusemos a tá fazendo um desenvolvimento a partir dessa criação, nós nos sentimos responsáveis em tá auxiliando, em tá apoiando tecnicamente no que nós temos competência pra que a gestão funcione, não só diretamente aqui na ponta, mas numa articulação política, numa articulação financeira, numa articulação técnica também” (WWF)

“fazer parte da gestão e ações dentro do Parque, omitir opiniões que possam melhorar a administração do Parque, a conservação do Parque né. Das pessoas que moram dentro e do entorno do Parque, e ai nós temos essa preocupação, de que as coisas realmente aconteçam nesse sentido” (Prefeitura de Laranjal do Jarí).

E a segunda forma, a partir da interpretação de alguns interlocutores colocando-se sem atuação sobre a gestão, atribuindo esta função estritamente ao Ibama.

“a questão da responsabilidade é muito do próprio IBAMA, do pessoal do Parque, mesmo, da diretoria. A gente, como Instituição acho que a gente pode apóia-los, né, de certa forma, é, tentar fazer com que as comunidades também tentem apóia-los nesta gestão, né” (GTZ)

“a gestão ela nesse momento ela é específica do IBAMA, da maneira como está é um locus que faz parte da Instituição mantenedora, no caso o IBAMA, né, onde o IEPA faz parte contribuindo com os seus resultados de pesquisa por que lá na frente possa pensar em Plano de Manejo que significa um instrumento de gestão, né, nós não temos na verdade uma função específica” (IEPA)

“Nenhuma. É diretamente com o IBAMA isso. O que nós temos participado é de algumas reuniões, de alguns debates no sentido de levar uma contribuição, é de participar do processo, mas como coadjuvante, né, não tem responsabilidade primeira, é tudo com o IBAMA” (ADAP/SEAF)

“nós não temos, nenhuma ingerência. Entretanto, pelo bom relacionamento que nós temos com o IBAMA, a gente sempre faz as coisas de forma conjunta, de forma compartilhada, participativa, nessas questões todas. Embora nós não tenhamos nenhuma ingerência direta, mas nós estamos sempre em parceria, realizando atividades com interesses comuns” (SEMA)

Estas abordagens de atuação ou não na gestão do parque, parecem reforçar a reflexão acerca da gestão do parque, feita anteriormente, na qual indica que alguns atores institucionais entrevistados parecem não entender, por princípio a função do Conselho Gestor.

A fiscalização do parque é uma responsabilidade reconhecida somente por instituições que tem claramente este perfil ou se auto atribuem esta função, como por exemplo o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais e a FUNAI.

“inibir atividades através da fiscalização né, que já vem sendo desenvolvidas antes da criação do Parque sob contexto mineral” (DNPM)

“Ser um agente corporativista e na relação institucional junto ao IBAMA que é o maior responsável na fiscalização e

manutenção... e fazer sempre esse trabalho de acompanhamento, fiscalização e trocas de experiências” (FUNAI)

As duas próximas perguntas **“Como é a relação de sua instituição com a administração do parque?”** e **“Como você avalia essa relação?”** foram analisadas juntamente, para facilitar a análise.

Para alguns atores institucionais esta relação está no começo, é vista como muito boa, sem maiores problemas de conflito, mas que precisa ser ampliada.

“a relação está no começo. Porque no Brasil temos um plano de cooperação em comunicação, sobre os meios de controle, comunicação, difusão e atividades da comunidade. É por meio deste plano que agora sentimos de fazer ação completa., o Parque Tumucumaque pode trazer a sua experiência para nós e podemos dar nossa experiência para o Parque Tumucumaque. Porque temos o mesmo problemas, os mesmos ambientes, somos o mesmo território” (MEDS)

“natural de começo, de uma implantação. Como todas as instituições que fazem parte, nós ainda estamos, vamos dizer, na fase do namoro né, da aproximação.... Então a relação hoje esta melhorando, e vejo que esta começando como eu falei agora, um namoro. Não sei se vai dar noivado ou casamento, mas um namoro esta começado” (Prefeitura de Serra do Navio)

“Olha, eu diria que é bastante incipiente, né, por que isso a nível de Estado ela teria... ela está mais ligada com o governo federal através do IBAMA, e, no caso do Estado a Secretaria de Meio Ambiente ela trata das unidades de responsabilidade do Estado. Então, acredito que isso ainda está sendo desenvolvido de maneira isolada e precisa ser ampliada essa discussão e essa integração.... Eu acho que essa relação ela precisa ser, é, mais motivada pra que se integre mais e que a gente veja essas unidades como uma grande unidade, não seja tratada de forma

isolada, né, só assim a gente vai poder realmente preservar os vários ecossistemas que existem no nosso território.. (SETEC)

“Passa tanto tempo para se reunir, que vão muito pouco também lá, que fica meio assim distanciada, vai, mas não é uma coisa assim coesa, junta, amiga não. É uma coisa distante assim, só de trocas de informações, tem ali conversas, documentos. Mas nada muito próximo não, até porque a estrutura de quem dirige o Parque também é deficitária, é muito difícil a situação deles também....a relação é tranqüila, normal, não tem desentendimento não. Precisou conversar para resolver, senta, conversa, resolve. Mas não tem nenhum empecilho não” (Prefeitura de Laranjal do Jarí)

“É, temos uma boa relação com o IBAMA, né. Todas as vezes que precisa ou todas as vezes que tem algum evento ou alguma atividade nós estamos interados, nós estamos participando e isso é bem costumeira, é amistosa essa relação, não tem nenhum problema de relacionamento....a relação precisa ser intensificada” (ADAP/SEAF)

“A relação com a administração é boa, mas ela poderia ser melhor. Esse episódio dos inventários biológicos, eu acredito que havia uma expectativa em relação a administração do parque na produção de resultados que seriam utilizados pro Plano de Manejo, esses resultados foram produzidos, mas eu não sei, porque não tive o retorno ainda, se esses resultados atingiram a expectativa da administração do parque ou não. Eu percebo que o escritório que agente doou, ele está subutilizado, ele poderia já estar concentrando todas atividades administrativas do parque, ta? Então eu gostaria, isso é um desejo nosso também, que o escritório que custou um valor considerável de dinheiro, fosse mais utilizado, tivesse uma, com uma presença mais ativa da administração do parque, mas eu espero que esse quadro se reverta no futuro próximo...acho que é uma relação positiva, é uma relação que pode gerar mais frutos ainda, ta” (CI-Brasil)

“Distante, mas harmoniosa, embora tenha havido alguns momentos em que a postura pessoal do administrador favoreceu situações de conflito. A relação deve ser política, discutindo e respeitando os pontos de vista. Assim, salvo os momentos citados há pouco, a relação pode ser considerada adequada” (UNIFAP)

“Recebemos informes e convites oficiais...é uma relação amistosa e protocolar” (IESA)

A relação é vista como boa e com possibilidades de arranjos futuros, promissora na relação institucional.

“Olha, desde o início, dos nossos primeiros contatos, em que nós vimos expor as possibilidades e dizer no que nós poderíamos estar apoiando o Tumucumaque, sempre foi uma relação muito harmônica, uma relação pessoal e profissional muito estreita, muito ligada e, contudo, muito boa a relação, nunca tivemos nenhuma divergência, tivemos já pontos de vista diferentes pra chegar o crescimento daquela discussão, é uma relação produtiva, duradoura, crescente e com um futuro bem promissor” (WWF-Brasil)

“É boa. É boa. Eu acho que... acho que eles são avanços que tem que reconhecer como realidades, as pessoas que estão nesse momento a frente da administração do Parque através do IBAMA são pessoas com um nível de esclarecimento muito grande, né. E, pelo pouco que eu tenho visto, as relações são as melhores possíveis, principalmente na parte entre técnicos....acho a relação promissora na medida em que Instituições de pesquisa e Instituição mantenedora, Instituição gestora do Parque buscam essa proximidade, nós só temos a ganhar” (IEPA)

“Muito boa. Muito boa. Inclusive o Crisóvão Jafiter é uma pessoal que nem é pessoa aqui do norte, ele tá pouco tempo aqui no Amapá, demonstra uma capacidade enorme, uma

sensibilidade enorme com o trabalho fiscalizador, ele sempre tá promovendo, ele como responsável maior nessa fiscalização, ele sempre tá promovendo encontros, seminários, palestras e a gente é convidado junto com a SEMA, junto com o INCRA, junto com outras instituições que trabalha com a questão terra, meio ambiente pra participar dessas experiências” (FUNAI)

A parceria é vista como uma necessidade pelas dificuldades que a administração do parque enfrenta de resolução de conflitos com as comunidades e de infra-estrutura.

Esta parceria é feita através de respeito institucional mútuo a base de troca de informações, fiscalização e resolução de questões agrárias.

“É boa. Nós estamos lutando desde de 2001, para fazer parceria com o Ibama né. Ai nós fizemos reunião, será que o Ibama não pode ajudar?. Ai viemos lutando, até conseguir parceria com o Ibama. Depois, nós descobrimos o trabalho do Ibama e ficamos sabendo do trabalho, ficamos juntos” (APINA)

“Ah! Nós fazemos uma ótima parceria entre o... o responsável por lá, né, e... a gente trabalha legal, através de informações, eles prestam informações pra nós, nós prestamos informações pra eles, e a relação são boa” (ACT)

“A relação ela é boa, por que a gente vê no Parque hoje uma forma de vida” (FETAGRI)

“È muito boa. Eu sei que a administração do Parque tem muitas dificuldades pra gerenciar os problemas que tem, são muito grandes, e muito pouca gente. Então, nós procuramos ajudar sempre que possível. Temos uma relação muito boa com o pessoal... com a administração do Parque, não temos nenhum problema, apesar de não gostar de determinadas pessoas, eu, particularmente, que trabalha na administração, por que eu acredito que ali deveria ser apenas cidadãos brasileiro(Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

“É muito boa, né, é muito boa. O IBAMA ele tem procurado constantemente em qualquer evento pra dentro da Montanha do Tumucumaque, né, convidar o DNPM, né, o DNPM tem feito parceria, tem dado informação das atividades minerais que estão inseridas dentro do Parque, o Estado paralisou algumas, né, por achar junto com o IBAMA que a atividade ela não atende, né, aquela concepção de desenvolvimento pra dentro do Parque e, o Parque é um... na verdade é uma unidade de proteção da biodiversidade, né, não tem o foco econômico estrito senso, né” (DNPM)

“Acho que é de cordialidade, parceria, né, a gente tem sempre procurado atuar evitando sobreposição de ações, né, tem procurado dar um apoio pro IBAMA dentro da área que nos compete, né, no caso a gestão agrária, e, acredito que até o momento não tem nenhum conflito...é uma relação até o presente momento, harmoniosa, né, harmoniosa e como te falei de parceiros institucionais, numa relação bastante formal.(INCRA)

“a gente participa mas a gente tem sempre que se retratar a questão do nosso Chefe do Parque que é um técnico do IBAMA, nomeado, através de Decreto e tudo mais. É boa” (SETUR)

É muito boa. A gente tem uma boa relação com a diretoria do Parque e tanto quanto com o pessoal do IBAMA local, né, que fica aqui no Estado. Então, a gente tem... sempre mantém um diálogo, procura conversar, é, apoiamos no início a questão do Conselho Gestor, né, fomos juntos nas comunidades, né, na região, então a gente sempre procurou manter uma boa relação É uma relação, como eu te falei muito boa, né... eu acho que tem uma recíproca, né, quando a gente tem... quando a gente tem atividades que podem envolver eles a gente convida, quando eles tem atividades que possam... nós podemos ser envolvidos eles também nos convidam, né, então, é uma recíproca assim muito boa.” (GTZ)

“Olha a nossa relação ela vem se constituindo de uma forma bastante amigável. e cada momento, como eu volto a frisar que precisa de alguma infra-estrutura, como da última vez que eles precisaram fazer um sobre-vôo, que precisaram do avião do governo, né, então, nós cedemos, né, não só o avião, quando teve também é... quando há necessidade que vai ter alguma atividade, alguma ação, né, e que eles vão precisar, digamos que pra área de pesquisa fazer um sobre-vôo aí nós nos colocamos a disposição pra ceder o transporte de governo, tá, pra poder verificar que... é... pra poder contribuir, colaborar com a Instituição, tá.....nós não temos a gestão, então, a minha opinião era que o Estado também deveria ter a co-gestão” (SEDE)

“Bom, a relação é boa, né, ela não... não temo, mas quando acontece qualquer coisa, né, tudo que acontece de problemas assim, o Parque, né, tem que ter o conhecimento, o que tá acontecendo, por que tá acontecendo....é junto com eles, trabalhando junto com eles, né”(APITU)

“Ah! A melhor possível. Não temos nenhum conflito, nos damos muito bem. Não só com a direção do Parque, mas com a gerência regional do IBAMA, trabalha com transparência” (SEMA)

“Olha, nós procuramos ter uma relação com todos os chefes de forma transversal. Então, não existe, por exemplo, burocracia para os chefes das unidades chegarem até o Gabinete, discutirem qualquer assunto com o Gabinete da Superintendência. Nós temos inclusive um Conselho Gestor, instaurado na Superintendência que participam todos os tomadores da... todos os tomadores de decisão, inclusive os chefes das unidades de conservação e vez por outra o tema das unidades de conservação é submetido a esse Conselho Gestor...., eu considero que é uma relação boa. Não sei a visão deles, mas da parte do Gabinete, a gente procura fazer com que essa relação seja transparente,

respeitosa, com muito dialogo, procurando realmente solucionar os problemas que surgem dentro dessas unidades” (IBAMA-AP)

A pergunta para o Chefe do parque (PNMT) foi feita em relação ao Ibama-Brasília.

“nós temos uma grande autonomia decisória aqui. Agora o contato com Brasília, evidentemente ele existe de forma bastante positiva. O Ibama evidentemente pode ter uma serie de problemas, realmente eles são inegáveis, eles existem infelizmente. Mas mesmo assim você tem que saber filtrar, você tem que saber contornar esses problemas para buscar aquilo que a instituição tem a oferecer também.

Então em Brasília nós temos, claro que sempre uma base de apoio, na qual a gente pode sempre se apoiar, e pessoas que a gente pode consultar a qualquer momento e que vão nas melhores das intenções tentar contribuir com o processo.

Basicamente muito das decisões são tomadas aqui, em nível local, através da nossa própria equipe gestora ou então nesse cenário que a gente presenciou aqui, que é uma reunião que conselho consultivo” (PNMT)

Na sétima pergunta **“Quais os principais conflitos na relação com a administração do parque”**, procurou-se avaliar os pontos frágeis da relação entre os atores institucionais e o parque.

Alguns atores não identificam conflito na relação institucional, a parceria contribui para resolver eventuais diferenças que possam surgir.

“conflitos? não... são amigos, são adultos” (MEDS)

“Nós não temos conflitos com eles por que a nossa visão de execução das etapas e do passo a passo desde a criação até a consolidação do Parque, a nossa visão é igual a deles, ou existe uma metodologia implícita do que deve ser feito, então, por exemplo, se tá na época da elaboração do Plano de Manejo, eles

acham que está e nós achamos que está também. Então, nesse sentido, a gente acaba tendo a mesma visão” (WWF-Brasil)

“A ACT não tem esse problema com eles” (ACT-Brasil)

“acho que não existe conflito, não existe conflito nenhum nessa relação, é uma relação, é, como eu posso te dizer, proveitosa, no sentido de informações, de diálogo, de tudo. O esforço é muito grande de relação do IBAMA pra que dê certo o Parque Tumucumaque”(SETUR)

“até o momento a gente não teve ainda uma relação de conflito, foi uma relação tranqüila até o momento” (GTZ)

“Nós não temos conflitos, nós temos problemas comuns que são discutidos e a gente procura resolvê-los de forma bastante... parceiros. Não temos assim nenhuma... nenhum conflito: “Ah! A Secretaria tá fazendo isso e o IBAMA aquilo, aquilo outro.” Não. Não fazemos isso aqui” (SEMA)

Os conflitos citados pelos atores institucionais são relacionados não diretamente com a administração do parque, mas com pontos de tensão que o parque sofre. Destacaram-se 5 pontos de conflitos, relacionados à Gestão do parque, Turismo, População, Estrangeiros e Biopiratas e Garimpo.

1. Gestão

“nesse momento não tem, precisamente não tem. Pode ter conflito de concepções ainda, né, mas talvez não especificamente com a administração local do Parque, mas com a administração mais geral em termos de modelos de gestão, quer dizer, a certeza de que a Instituição pode contribuir bem mais ainda, tá, a fazer com que o futuro projeto de gestão do Parque, projetos bem claros, bem inteligentes do ponto de vista de clareza”(IEPA)

“Hoje já tá bem melhor, mas quando nós assumimos a três anos atrás, né, e que nós fomos convidados, foi bem complicado até

que as coisas começaram a se sintonizar, hoje eu percebo que nós já estamos um pouco mais sintonizados, mas poderíamos estar mais, né, pelo que eu percebo é que.... é aquilo que eu te falo, como está sob a gestão federal, então, acaba que se tendo um papel maior de sobreposição, né, na questão da gestão e aí o Estado fica em segundo plano quando na verdade eu acho que deveria encaminhar paralelos um ao outro pra que as ações pudessem realmente serem efetivadas” (SEDE)

“Não vejo assim propriamente um conflito, né, é só um estágio que nós tamos e que eu acho que precisaria ser mais dinâmico ou abrir frentes de ações ou de trabalhos ou de projetos que pudessem ter uma interação mais intensa, né. Conflito, não” (ADAP/SEAF)

“Olha, não existe assim muitos conflitos. Os conflitos talvez seja ou falta de experiência de alguns técnicos que são contratados ou pessoas que tem mais experiência, mas fica pouco tempo no trabalho depois que mata a sua curiosidade, muda de Estado e não demonstra querer ter um envolvimento maior, assim como a gente também tem técnicos nossos na instituição FUNAI que depois que mata a curiosidade dos índios, tira umas fotografias e fica conhecendo um pouco da cultura, se manda, vai embora, deixa a escola, deixa a saúde à Deus dará. É, num primeiro conflito de solidão, de tédio, de angústia, ele larga tudo e deixa, talvez seja só por esse lado. Com relação a preocupação do IBAMA sempre ela troca esse técnico que sai ou que não tem essa experiência adequada, ela sempre tem procurado trocar, mas isso vai ser um problema permanente” (FUNAI)

“conflitos de natureza interna mesmo, né, quer dizer, a administração pública por ter procedimentos administrativos estabelecidos e a própria ação da biodiversidade ela não espera pelo cumprimento desses procedimentos e as vezes a unidade fica sem poder atender a uma determinada demanda em função de um processo que ainda tá tramitando pra compra de um combustível,

pra compra do gás, mas é da natureza da administração pública e infelizmente nós temos procurado dar maior celeridade pra que a ponta seja sempre atendida de forma célere, certo. Então, um outro conflito que eu considero relevante foi o processo de remoção de analistas ambientais do IBAMA, que alguns analistas dessas unidades saíram do Amapá e isso representou um prejuízo por que os novos que entraram tiveram que passar por todo um processo de formação e até se interarem totalmente da missão, conhecer a realidade, levou um tempo e acabou gerando um prejuízo pra gestão das unidades de conservação. Mas, é claro que tudo isso foi feito dentro de um processo legal, a remoção desses analistas, né, mas evidenciaria também esse aspecto como um conflito relevante” (IBAMA-AP)

“Por muitas vezes se caracterizou que os encaminhamentos estavam previamente definidos e que as reuniões eram nada mais nada menos que um palco onde se passava a impressão de democracia. Mais de uma vez esta questão foi levantada nas reuniões” (UNIFAP)

“Inicialmente houve um conflito em relação a emissão de licenças de coleta dentro do parque. Pelo tamanho do parque, precisa ter uma equipe maior, pois ela fica muito vulnerável e faz também com que a equipe tenha que se desdobrar bastante, às vezes não pode atender todas solicitações de todas as instituições interessadas em trabalhar dentro do parque”(CI-Brasil)

*“não se pode enquadrar o Tumucumaque numa mesma situação de uma unidade de conservação qualquer, interiorana no Brasil ou talvez perto dos grandes centros, que tenham recursos e onde as distancias são pequenas, existem meios de comunicação e de locomoção, e uma situação política, social e ambiental já estabilizada. O Tumucumaque ele tem suas próprias características, e é através dos trabalhos de campo, do dia a dia, que a gente acaba desenvolvendo a sensibilidade necessária para lidar com esses aspectos....E ai a gente as vezes fica entre **a cruz***

e a espada. *Nós equipes gestoras, nós temos que lidar com o problema real de campo. Que pode ter uma conjuntura bastante específica e ao mesmo tempo nós temos que convencer a administração central do Ibama que pode ter uma outra opinião”(PNMT)*

2. Turismo

“isso que eu falei né, turista. Nós não queremos que entrem na terra....porque as vezes leva doença, porque o Wanjpi foi em 1970, 50, por ai, nós morremos por muitas doenças, e os Wajpis sabem que não é o índio que leva essas doenças, já existe né. Então o Wanjpi já sabe cuidar, participa da política, essa coisa. Não quer, mas acontece isso.... isso vai depender do Ibama e do Wanjpi também. Como o turista vai entrar., então tem que ter autorização do Ibama também, e o Ibama comunica para nós e nós autorizamos também” (APINA)

3. População

“da prefeitura, eu acho que nem é da prefeitura. Acho que é das comunidades, das cidades que vivem em torno do Parque, que é uma coisa que a população pede, que é informação, porque todo mundo sabe que tem um Parque em Tumucumaque. Agora como é utilizado o Parque, ninguém sabe. Tem os frutos de pesquisas e tudo, o que a gente pode fazer, o que da pra fazer” (Prefeitura de Laranjal do Jarí)

“as causas que podem levar os conflitos, vindo a partir da administração do Parque, eu diria que seria em relação às famílias que moram dentro ou em torno do ponto de vista de qual a alternativa se leva elas? Para que elas possa de fato serem tratada como sujeito ao processo” (FETAGRI)

“O que eu vejo é que a administração que existe hoje no Parque ela é uma administração que tem aquele... aquela linha bem ambientalista, um ambientalista por ambientalista, né, não é uma linha que, é, as vezes enxerga muito mais o recurso natural e se esquece do recurso humano, né, ou seja, das pessoas que são afetadas pelo Parque. Eu acredito que dessa maneira de encarar o Parque, com certeza vão existir conflitos, né, então, talvez se a administração que tá hoje dentro do Parque ela deixasse um pouco de lado isso ou procurasse um pouco mais ser mais democrático, enxergar esse lado humano também que existe dentro do Parque, talvez eu acredito que a gente já teria uma relação um pouco melhor, menos conturbada, né” (INCRA)

““essa questão da lei né, da legalidade. O lado deles de cumprir fielmente a lei, e o lado nosso de colocar, sabemos o que é a lei, mas que determinadas leis são feitas como se o Brasil todo fosse igual. Por exemplo: “Ah o cara desrespeitou lá, sabendo que esta no entorno, esta lá a placa”. O cara não sabe ler e escrever, é analfabeto. E há conflitos de lei também, até entre os técnicos mesmo, que lidam com a lei, um interpreta de um jeito e o outro de outro e nós interpretamos da maneira que é melhorar, para o bom senso da população. Então o nosso conflito é com a questão da legalidade e da necessidade de que a gente tem, de que a lei tem que ser implantada, mas que venha devagar. Não pode ser de uma hora para outra” (Prefeitura de Serra do Navio)

“um exemplo bastante clássico, no Tumucumaque, seria a questão de como proceder com a relação (vila) Brasil. Eu tenho uma opinião pessoal, bastante pessoal, eu queria enfatizar isso, não traria benefício que a vila Brasil fosse removida ou fosse translocada para fora do Parque, por dois motivos talvez: o primeiro motivo é que uma população que é translocada de um lugar para o outro, nesse caso de dentro do Parque Nacional para fora dele, ela além dos conflitos sociais que pode estar causando, você não minimiza o impacto sobre o meio ambiente.

Porque essa população vai continuar existindo. Ela vai impactar no meio ambiente de um jeito ou de outro, seja dentro ou fora do Parque. Então eu acredito que nós temos que olhar essa questão com outros olhos. O segundo motivo é que do outro lado do rio, ou seja, na Guiana Francesa, existe uma comunidade. Uma comunidade que esta em equilíbrio social e financeiro com a comunidade do lado brasileiro, com vila Brasil. De modo que praticamente essas duas comunidades, a Coamopi na Guiana Francesa e a Vila Brasil no lado brasileiro, podem ser vistas como uma só. Uma comunidade só, cuja as pessoas tem laços um pouco mais com natureza e vivem num equilíbrio artificial até, eu diria artificial, por que o governo Francês injeta muito dinheiro para a população Francesa, através de programas de assistência social. E esse dinheiro acaba sendo utilizado para consumir dividas, matérias e alimentos no lado Brasileiro. Então criou-se esse equilíbrio artificial, mas que continua sendo estável enquanto essa situação perdurar. Eu temo por um impacto forte, inclusive sobre o meio ambiente, a partir do momento que se tenta retirar as pessoas da vila Brasil, para coloca-las fora do Parque. Eu vejo que a população de (Camopin) não teria mais onde comprar os seus alimentos, então eles teriam que mudar os seus hábitos de vida, por exemplo: nas instalação de rochas, na pratica da agricultura ou da pecuária extensiva, seja de grande ou pequena escala. E certamente eles não se restringiriam ao lado Francês para exercer as suas atividades, muito bem podem atravessar o rio e começar a pressionar, e colocar pressão sobre o próprio Parque Nacional. Então aquilo que a gente tentou evitar pode sair pela culatra, que é o dano ambiental, e pode ser muito maior, do que a gente congelasse a situação vila Brasil, do modo que seria hoje. Então esse seria um conflito, do qual a gente teria que lidar inclusive com a administração central.

Porque muitas pessoas não são familiarizadas com esses detalhes locais. E certo que a legislação ambiental nós obriga a trabalhar no sentido da remoção de vila Brasil. Só que nesse caso especifico, a legislação ambiental ela pode oferecer um grande perigo se for aplicada lá. Então necessitasse todo uma trabalho

de convencimento ou até talvez iniciar um processo de mudança de legislação, por que a lei ela tem que ser dinâmica também, ela tem que se adaptar a realidade local, a realidade de campo. Então através desse tipo de exemplos, você pode tentar causar uma mudança de pensamentos” (PNMT)

4. Estrangeiros/Biopiratas

“Com a administração do Parque... apenas com pessoas que não são brasileiras e que estão lá dentro, que são conhecidas, obviamente que eu não tenho como provar, como biopiratas. Estão dentro da administração do Parque, não são brasileiros, estão dentro do Parque, e eu não sei o que fazem lá dentro. Assim como as Organizações Não-Governamentais, que não são nacionais, que o capital não é nacional, que elas tão lá dentro. Então, essas... esse pessoal... não é nada particularmente contra o presidente, o diretor do Parque, que é um alemão naturalizado brasileiro, mas não é nada contra ele, mas, existem pessoas que tem... que são conhecidas aqui no Estado como biopiratas e que tão lá dentro, lá dentro do parque”(Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

5. Garimpo

“Bom, eu não indico conflitos, né, por que a questão do Parque ele tem uma concepção, pelo que eu já venho apontando, que é uma área de proteção da biodiversidade, né. Então, a questão mineral é uma questão que tem que ser discutida por que já existia, né, anteriormente à criação do Parque, né, então, faz com que, é, o DNPM e a gestoria lá do Parque, né, ela esteja constantemente em discussão de permitir ou não tais atividades”(DNPM)

“É existem realmente conflitos externos, né, a partir da pressão, por exemplo, exercida por garimpeiros sobre essa unidade....e nós temos que, por exemplo, procurar auxílio de outras instituições, DNPM, Exército, Polícia Federal, pra cumprir a nossa missão institucional” (IBAMA-AP)

Para a oitava e nona perguntas “**Identifique as instituições relacionadas à Gestão do parque?**” e “**Qual a responsabilidade das instituições mencionadas com relação à gestão do parque?**”, foi feito um quadro comparativo para facilitar a análise.

Ator Institucional	Instituição citada	Responsabilidade
MEDS	IBAMA	Não soube responder
APINA	FUNAI e IBAMA	Não soube responder
PNMT	IBAMA	Administração
	Parceria com ONG's	Aporte financeiro para obtenção de recursos e assistência técnica (Nenhuns desses vínculos são obrigatórios)
	Conselho Gestor (instituições a níveis municipais, estaduais, federal, organizações da sociedade civil, associações de moradores, de comunidades e cooperativas)	Instrumento de divisão de responsabilidades
Prefeitura Serra do Navio	Conselho (todos os municípios, duas entidades indígenas, Sindicatos de trabalhadores rurais, de pescadores, pesquisadores-IEPA, Universidades, Exército, Ministérios, Sociedade Civil Organizada, Prefeitura e Ibama).	Cada um com a sua informação, com seu conhecimento. Transformar a linguagem técnica para nós que não somos técnicos das instituições.
Prefeitura Laranjal do Jari	IBAMA FEEMA ONG's Conselho	Dar um resultado positivo ou negativo para a sociedade, para as comunidades de entorno do parque ou fora do entorno do parque, para o estudo, para o País.
WWF-Brasil	Diretamente o próprio IBAMA–AP (Equipe do parque, Núcleo de UC's, Gerencia Executiva do Ibama).	Gestão
	Em seguida vem IBAMA – Brasília (Ministério do Meio Ambiente e Governo brasileiro).	Administração
	Depois tem as outras instituições que trabalham apoiando (WWF, C.I e GTZ).	Apoio
	As instituições que fazem parte do Conselho (Associações, Institutos Governamentais)	Gestão
ACT	IBAMA SEMA	Não soube responder

	WWF	
Exército Comando de Fronteira do AP	A Gestão do parque – IBAMA	Fiscalização
	IEPA	Pesquisa
	IBAMA	Gestor
	SEMA	
	Batalhão Ambiental	
	Ministério Público Federal	Cumprir aquilo que determina a Constituição, todo brasileiro tem direito de ir e vir, explorar, mas que seja uma exploração racional e que tenha o foco da coletividade.
DNPM	Procuradoria Est. do Meio Ambiente	
	Exército	
	Polícia Federal através da Delegacia do Meio Ambiente e Mineração	
	Polícia Rodoviária Federal que hoje se aproximou do DNPM e de todas essas instituições que estão fiscalizando as atividades minerais, a exploração de madeira, de peixes e de produtos.	
INCRA	IEPA	Cada um tem a responsabilidade de maneira geral muito limitada, considerando que o Conselho é apenas Consultivo, ele vem para referendar.
	UNIFAP	
	SEMA	
	Batalhão Ambiental	
	Exército Brasileiro	
	Sociedade civil	
	Entidades representativas de trabalhadores.	
SETEC	IBAMA	Não soube responder
	Prefeituras que ficam no entorno: Jarí, Pedra Branca do Amaparí, Serra do Navio, Calçoene, Amapá, Oiapoque.	
	Órgãos Estaduais: Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Turismo, Instituto de Pesquisa, Instituto de Terra-RURA	
SETUR	Batalhão Ambiental.	Participar do Conselho
	Comunidades tradicionais	
	Organizações Não Governamentais	
	Associação de Mulheres.	

	<p>Associação de Agricultores.</p> <p>Associações que fazem parte e foram fundadoras da criação do Conselho.</p>	
GTZ	<p>IBAMA</p> <p>Conselho Gestor</p>	Gestão
IEPA	IBAMA	Gestão
	IEPA	Pesquisa
	Prefeituras Municipais	-
	EMBRAPA	Pesquisa
	INCRA	Políticas Territoriais
SEDE	SEMA	Educação Ambiental Monitoramento Fiscalização
	RURAP	Apoio Institucional
	SETEC	Impressão de Materiais de Divulgação
	PESCAP	Apoio Institucional
	INCRA	-
	Prefeituras Locais	Apoio Institucional
ADAP/SEAF	IBAMA	Gestão
	SEMA IEPA SETEC RURAP Secretaria de Agricultura	Construção de propostas de ações na gestão
SEMA	IBAMA	Gestor
	Conselho Gestor (comunidades, Áreas Indígenas, Órgãos Estaduais, Federais e Municipais, Prefeituras)	<p>Analisa toda e qualquer ação, atividade que vai ser desenvolvida dentro do parque</p> <p>Verificam se essas ações podem ser realizadas, de que forma vão ser realizadas. A participação de todos é muito importante dentro desse Conselho.</p>
FUNAI	<p>IBAMA</p> <p>SEMA</p> <p>ACT</p> <p>C.I</p> <p>Governo do Estado do Amapá.</p>	<p>Garantir Pesquisa e Turismo</p> <p>Projeto de Manejo Florestal.</p> <p>Manejo Ambiental</p>

IBAMA-AP	<p>Instituições Federais: DNPM, Exército, Polícia Federal, Ministério Público Federal, UNIFAP, INPA, UFPA, Emílio Goeldi.</p> <p>Estaduais: SEMA, IEPA, Secretaria de Agricultura do Estado (tem uma importância bastante grande), Secretarias Extraordinárias dos Povos Indígenas.</p> <p>Municipais: Prefeituras dos 6 municípios que o parque abrange, Secretarias municipais de Meio Ambiente destes municípios.</p> <p>ONG's: WWF, C.I, IESA.</p> <p>Povos Indígenas que estão no entorno do Tumucumaque e em Oiapoque.</p> <p>Comunidades de Agricultores Ministério de Meio Ambiente da França.</p>	<p>Conselho Consultivo (instrumento fundamental para gestão do parque)</p> <p>Algumas dessas instituições nos auxiliam diretamente nas ações de comando e controle, de fiscalização e monitoramento.</p> <p>Outras instituições nos ajudam nos inventários biológicos, são as instituições de pesquisa.</p>
IESA	IBAMA	Gestão
	Poderes Públicos Estaduais e Municipais UNIFAP	Conselho Consultivo
UNIFAP	<p>Associação de Moradores e trabalhadores dos diversos municípios que entram em contato com o parque.</p> <p>Prefeituras</p> <p>Representante do Parque da Guiana</p> <p>Órgãos Federais e Estaduais que tenham relação direta com ambiente, ciência e tecnologia, terra e educação.</p>	<p>Cada instituição destas deve trazer os interesses da parcela da sociedade que atende, bem como, no caso dos órgãos públicos, a competência que lhe é inerente e colocar à disposição da gestão do Parna.</p>

CI-Brasil	IBAMA	Gestão
-----------	-------	--------

A décima pergunta “**Qual a sua relação com essas instituições?**” teve o objetivo de verificar o nível de entrosamento entre os atores institucionais envolvidos na gestão do PNMT.

A maioria dos atores institucionais afirma ter uma relação boa e de parceria com as instituições relacionadas à Gestão do parque.

O Ministério da Ecologia e Desenvolvimento Sustentável da Guiana Francesa entende a relação com o Ibama, diplomática entre os dois países.

“Diplomática. Entre os ministros, há uma cooperação diplomática” (MEDS)

O Conselho das Aldeias Wajapi (APINA) refere-se a sua relação com a Funai, pelo fato de serem tutelados por esta instituição.

“Como nós viemos sendo tutelados pela Funai no passado, nós criamos a APINA e dependemos menos da Funai, o que é bom” (APINA)

A Funai mantém uma relação estreita com o Ibama, com a SEMA e com o Governo do Estado, muitas vezes cobrindo lacunas deixadas por estas instituições e vice-versa.

“Nós acreditamos que quando você interage e respeita o estilo de cada um, faz um trabalho se tornar coletivo” (FUNAI)

O Chefe do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque considera que essas relações com os atores institucionais que compõem o Conselho Gestor estão em ascensão.

“A cada reunião de Conselho, oficina de capacitação de Conselheiros, reunião com a comunidade, agente acaba aumentando a nossa sensibilidade com relação a essa questão de entorno e também quanto à necessidade de fazer uma gestão participativa”.

O Ibama não conhece a fundo todas as pessoas que compõem o Conselho e não está 100% familiarizado com a esfera de atuação de cada organismo, que tem uma cadeira no Conselho. Como o Conselho é dinâmico, ele pode trocar seus representantes, suas instituições a cada período de mandato. Segundo o Chefe do PNMT:

“Isso é uma forma saudável de conduzir as coisas, impõe novos desafios e um certo dinamismo positivo na questão da gestão do parque” (PNMT)

A FETAGRI tem um bom relacionamento institucional do ponto de vista Municipal, Estadual e Federal, apesar das diferenças de opiniões.

“ Agente tem construído nesse Estado uma forma de vivencia, em meio a essas instituições, mesmo com todas as turbulências políticas contraditórias e interesses diferentes, a luta pelos interesses, que às vezes diverge um pouco, mas percebemos que somos sujeitos do processo e que só vamos avançar se for junto” (FETAGRI)

A Prefeitura de Serra do Navio tem procurado se relacionar bem com as Organizações Não-Governamentais, Associações e Sindicatos e tem servido como referencia para outros municípios.

“Acho que todos prefeitos deveriam ouvir as Associações, os Sindicatos porque se estão certos, estão apoiando e se estão errados, estão procurando outros caminhos.”

A relação da Prefeitura de Laranjal do Jarí com IBAMA, a FEEMA e as ONG's, é de entendimento, pois entendem estes atores institucionais como parceiros que vêm para contribuir, para fortalecer e melhorar a qualidade de vida da população.

“tranqüila, não tem dificuldade de conversar com nenhuma dessas instituições, a gente sempre esta conversando, sempre que é procurado, nós vamos procurar, tem um bom entendimento com essas instituições” (Prefeitura de Laranjal do Jarí)

A WWF-Brasil mantém uma relação estreita com as instituições governamentais que fazem parte do Conselho. Com as demais instituições, classificam como:

“fazendo parte de um corpo que está disposto a trabalhar pelo Tumucumaque. Nós também estamos dispostos a apoiá-los de uma forma mais estreita com desenvolvimento, capacitação e gestão para que eles possam entender a nossa visão e o que o WWF faz para o Tumucumaque” (WWF-Brasil)

Para a ACT-Brasil a relação com essas instituições é a base de articulações, convites, eventos e reuniões para discutir casos relacionados às terras indígenas.

“Agente sempre ta com uma parceria com a Funai, Ibama, SEMA, para que agente possa fazer um trabalho diretamente envolvido.... por que as vezes quando a gente vai definir um trabalho dentro das áreas indígenas agente... a gente sempre tem que tá informando eles, né, tá com uma parceria... uma parceria funciona assim, né,” (ACT-Brasil)

O Exército através do Comando de Fronteira do Macapá e a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) vêm uma relação muito boa tanto com o Ibama quanto com o IEPA.

“O IBAMA muito boa. Muito boa. Com IEPA também é muito boa” (Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

“Nós nos relacionamos bem com todo o mundo. Nós trabalhamos com ONG’s, com instituições estaduais, federais, municipais, é, enfim nós não temos nenhuma dificuldade” (SEMA)

O DNPM atribui a relação próxima entre as instituições, a criação do Comitê de Gestão Institucional pelos gestores Federais, Estaduais e Municipais do Amapá em 2005. O Comitê faz parte de qualquer ação no Estado.

“é através do Comitê de Gestão Institucional, né, foi criado, através de núcleos de gestores, né, uma discussão, um foco, né, que é onde essas Instituições que nós já aventamos elas fazem parte de qualquer ação, né, dentro de, vamos dizer assim, se é o foco mineral, o DNPM conduz, se é o foco ambiental, o IBAMA conduz, se é o foco social, o Ministério Público Federal conduz.... nós nos aproximamos, né” (DNPM)

O Incra tem um bom relacionamento com as entidades públicas. Com as sociedades civis, tem uma atuação limitada, porque o Conselho Consultivo do PNMT, atinge diversos municípios, com várias instituições que a instituição não tem relacionamento.

“O INCRA com as entidades públicas tem um bom relacionamento, cordial.... na parte que representa a Sociedade Cível ele atinge... ele atinge diversos segmentos que nem todas essas Instituições elas tem algum relacionamento com o INCRA,” (INCRA)

A Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SETEC) mantém um relacionamento com o Ibama de parceria, única instituição citada, porém em atividades não relacionadas ao parque.

“Sempre que nós precisamos dessa parceria com o Ibama, temos todo apoio da instituição e vice-versa para desenvolvimento de algum estudo ou de alguma pesquisa já houve a necessidade dessa parceria, por exemplo, nós podemos citar uma unidade, é, região dos lagos acima da foz do rio Araguari, no extremo nordeste ali já fronteira com o Atlântico....mas com o Parna não tem nenhum projeto” (SETEC)

A Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico (SEDE) considera uma relação de apoio e parceria institucional de forma em que se encaixe no perfil de cada instituição e no que pode colaborar. A maioria dos trabalhos se dá realmente com o órgão federal (Ibama), os demais colaboradores contribuem com apoio institucional (CI-Brasil) e financeiro (WWF-Brasil) e o Estado faz o intermédio dessa relação e colabora financeiramente.

“Olha, a nossa relação ela é muito amigável, ela é mesmo de apoio e parceria, é uma parceria de 50 a 50 por cento, é uma parceria que se dá de forma em que se encaixa no perfil de cada instituição e no que pode colaborar”(SEDE)

A Agencia de Desenvolvimento do Estado do Amapá e a Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca, Florestas e Abastecimento (ADAP/SEAF) procuram intensificar as relações, buscando uma interação maior.

“quando tem alguma reunião do Conselho agente participa, ou de alguma discussão que perpassa o assunto dos parques. Não só relacionado ao parque, mas a outros assuntos, por conta que agente vê a interdependência que existe nas questões” (ADAP/SEAF)

O Ibam-AP considera que a relação com essas instituições é muito forte, próxima e pró-ativa, principalmente com as instituições que tem base física no Amapá. Com as instituições de fora do Estado, essa relação é boa também, mas ela ocorre a partir de

produtos específicos (inventários, relatórios, seminários de socialização de expedições científicas).

“é muito boa principalmente com aquelas instituições que tem base física no Amapá.... algumas dessas instituições nos auxiliam diretamente nas ações de comando e controle, né, de fiscalização e monitoramento, outras instituições nos ajudam nos inventários biológicos, são as instituições de pesquisa” (IBAMA-AP)

O Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA) e a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) consideram uma relação indireta, de realização de atividades comuns.

“Conhecemos alguns de seus membros por trabalhos em parceria, participação em eventos de temas afins” (IESA)

“Não possuímos relação com nenhuma delas diretamente, salvo esporadicamente quando do interesse das atividades da instituição” (UNIFAP)

A Conservation International (CI-Brasil) considera a interação boa, apesar de acreditar que poderia ser melhor. Acredita que tem um potencial de melhoria dessa relação e que precisa ser trabalhado, pois para a CI-Brasil:

“Precisa ficar claro para gente até que ponto o Ibama quer essa relação e que tipo de relação o Ibama quer” (CI-Brasil)

Na última pergunta **“Como sua instituição poderia participar mais ativamente na gestão do parque?”**, destacaram-se 4 pontos principais em relação à forma de maior atuação dos atores institucionais na gestão do PNMT.

1. Apoio

“tando aqui 24 horas todo tempo, né, dando informação participando dos eventos, reuniões” (ACT-Brasil)

“isso aí é uma discussão que vai depender de cada situação, né, através dessa Portaria, é, e Resolução do CONAMA 010 que permite algumas atividades em áreas de proteção, isso cria esse vínculo institucional muito forte entre o DNPM e o IBAMA, né, então, eu creio que pra qualquer discussão o DNPM será ouvido pra qualquer outra deliberação” (DNPM)

“Acho que buscando conhecimentos, né, e um meio de como trabalhar ali na Associação, e ter mais conhecimento” (APITU)

“Nós trabalhamos de forma correta, sempre que há interesse por parte do Governo Federal de que haja alguma interferência do Estado, alguma participação do Estado, nós participamos. Não vemos, neste momento, a necessidade de termos um diretor do Estado junto com o diretor do PNMT, trabalhando. Depois que nós tivermos um Plano de Manejo elaborado, onde nós vamos saber qual são as atividades que podem ser desenvolvidas e aonde elas poderão ser desenvolvidas, aí acho que agente deve estreitar mais essa relação, Estado, União, Município, Sociedade Civil, para que possamos realmente formar uma equipe que possa compartilhar não só as coisas boas, como as coisas ruins” (SEMA)

“Poderia ajudar em algumas áreas, desde inventários biológicos, até políticas públicas, Turismo e negócios ambientais. Para que haja qualquer tipo de colaboração nesse sentido, tem que ficar muito claro por parte do Ibama se e como ele quer, gostaria de ter este tipo de parceria” (CI-Brasil)

“Acredito que com a segunda fase do projeto de Ecoturismo (PROECOTUR), que vai ser assinado a partir de agosto, encerra a primeira fase, nós vamos agora começar a segunda fase do projeto e vai entrar a questão de infra-estrutura, então, nós

vamos precisar de verba e essa verba tem pra ser usada, principalmente na questão da conservação de pássaros, você precisa de mirantes, você precisa de melhor infra-estrutura até para o turista se deslocar, a questão do porto fluvial acessível ao turista de meia idade que não tenha aquela questão de descer em barrancos, subir ladeiras enormes, sabe, principalmente na assinatura da segunda fase do PROECOTUR vai ser importante pra gente por que a gente vai ter verba pra infra-estrutura pro parque” (SETUR)

Um maior apoio, para algumas instituições, depende da solicitação do Ibama.

“Nós vemos que nós temos condições de tá participando mais, só que nós preferimos, é, a despeito do que a gente se propõe a fazer a gente prefere ser provocado e, nesse sentido, quando a gente recebe alguma demanda, logicamente nós vamos avaliar se nós temos condições de executar, se a gente tem competência para executar aquela demanda e, fazendo ou estando enquadrado nisso, a gente entra realmente com todas as nossas forças pra tá apoiando aquilo” (WWF-Brasil)

“Ela poderia participar a partir do momento em que ela fosse convidada” (SEDE)

2. Envolvimento da População

“olha, acho que a gente tem participado o que pode né, meu secretario de meio ambiente e turismo participa, eu participo, o que não é fácil né, sair do município para ficar numa reunião o dia todo. É complicado, porque você tem que ficar ausente....De fato, ainda não estão implantadas nenhuma atividade do Parque.... agora, começando a fazer oficina, como vai ser o manejo do Parque, onde nós vamos, quais são os profissionais que nós vamos atingir primeiro, vamos chamar os professores, desse entorno, todo mundo, vamos chamar os políticos,

vereadores, os sindicatos, as entidades, os religiosos, os jovens, mulheres, vamos fazer esse tipo de oficina e trabalho. Que na verdade, nós temos que primeiro preparar esse pessoal, nós não vamos ajudar a gerenciar uma coisa sem esse pessoal ter esse conhecimento. Acho que nesse momento, a ajuda que a gente pode estar dando, participando da gestão e ajudando a fazer esse trabalho, para ter uma gestão melhor no futuro”(prefeitura de serra do Navio)

“Bom, se nós tivéssemos uma infra-estrutura e o nosso município tivesse uma infra-estrutura, e essas instituições eu financiam o Parque, tivessem um programa com as prefeituras, porque as prefeituras que ficam entorno do Parque, elas não tem condições, não tem estrutura para trabalhar dentro da comunidade, da cidade, imagina trabalhar com o Parque. Se essas instituições tivessem um programa, se tivesse com a prefeitura um programa para trabalhar e financiar, para as pessoas que moram ali no município, aí sim teríamos uma política publica dentro da prefeitura, em contra partida da prefeitura para administração do Parque” (Prefeitura de Laranjal do Jari)

“Como nós somos uma rede, o que nós vamos estar fortalecendo cada vez mais é os nossos sindicatos em cada município, em especial no entorno do Parque. Ou seja, de Laranjal ao Oiapoque” (FETAGRI)

“promovendo discussões constantes sobre o tema e envolvendo a sociedade de forma a apresentar propostas mais consistentes e com respaldo social” (UNIFAP)

3. Fiscalização

“nós do Wanjpi, o Ibama pode fazer mais fiscalização, junto com o Wanjpi. E levar mais pessoas para conhecer o Parque, dizer onde não pode entrar, isso pode fazer” (APINA)

“Mais ativamente na gestão do Parque....acho que nós poderíamos fazer mais patrulhas de fiscalização, nós poderíamos aumentar o efetivo nosso lá em Vila Brasil, pra ter mais do que um Pelotão. Seria interessante criar mais um Pelotão de fronteira, particularmente, no ri Jarí. O rio Jarí é uma área que é muito difícil, então, seria interessante que mais a montante do rio tivesse um pelotão de fronteira pra que junto Vila Brasil e mais um pelotão de fronteira que existe e se nós tivéssemos condição... com pista de pouso, de fazer evacuações, fiscalizações, tudo partindo desse dois pontos de apoio. Isso aí é um sonho, né, mais a conclusão da BR 210, seria aquele projeto inicial da perimetral norte. Se a perimetral norte chegasse até aí, então aí ia ficar muito mais fácil pra gente. Então, eu acho que, essas seriam as duas inclusões e aumento da nossa fiscalização, uma forma de ajudar na gestão do Parque” (Exército – Comando de Fronteira do Macapá)

Algumas instituições não vêm como atuar mais na gestão do parque da forma como a administração atua no momento.

“Dentro do que se propõe a administração do parque, dentro das liberdades que ela tem dado, que é pequena na gestão do parque, pros parceiros ou mesmo pros membros do Conselho Consultivo, agente tem participado de maneira ativa. Não enxergamos hoje como participar de maneira mais efetiva dentro do modelo que foi construído de gestão do parque” (INCRA)

“Isso é meio complicado porque agente já participa muito ativo dentro do próprio ARPA, do Conselho lá do ARPA. Essa participação da instituição é mais uma negociação a nível mesmo de Brasília com os diretores da GTZ” (GTZ)

“Na medida que agente começasse a perceber e tomar mais conhecimento do que ta em termos de perspectiva em função das propostas que tem nessa área de conhecimento. A princípio, não vemos grande envolvimento da Secretaria de Agricultura e da ADAP por conta desse estágio que estão as ações do parque, nenhum programa relacionado a área que nós somos top” (ADAP/SEAF)

“A missão da instituição como organismo de pesquisa, já é uma missão grande demais. Na medida em que o IEPA for reconhecido cada vez mais como locus principal de encaminhamento tanto da sua pesquisa interna como da ligação com outras instituições de fora do Estado, isso vai fazer um bem muito grande. A nossa expectativa é que pudesse criar um certo mecanismo de que outras instituições de pesquisa de outros Estados não passassem a ser parceiros, houvesse uma Coordenação Geral onde a instituição estadual deveria exercer o papel” (IEPA)

“Fazendo parte... que o IBAMA fizesse uma portaria conjunta a onde técnicos de diversas instituições, é, pudessem participar de reuniões permanentes, fosse uma vez por mês ou a cada dois meses a onde levassem em consideração experiências de técnicos de outras instituições....não existe legalmente um comprometimento através de uma portaria ou alguma coisa assim que fale “a responsabilidade é sua, a reunião é tal dia, esteja presente, a pauta da discussão da reunião vai ser essa, essa e essa, alguma idéia que você tiver pra levar com relação a alguns assuntos que tá na pauta, teje preparado e tal” (FUNAI)

Esta pergunta foi feita ao Chefe do PNMT em relação a como o Ibama-Brasília poderia participar na gestão do parque.

“não, eu acho que essa questão passa mais pela questão de fluxo de informações, é necessário que nós tenhamos uma canal aberto de comunicação com o Ibama

Sede....eu acredito que essa coisa até esta funcionando bem, a gente pode até ter uma certa dificuldade para conversar com o coordenador da BIOAMAZONIA ou o coordenador dos ecossistemas,etc.. Mas com os técnicos a gente tem um canal bastante ágil de comunicação. E quando a questão é puramente institucional, a gente recorre aqui a nossa superintendência, para que seja aberto um canal direto de comunicação. Então eu acho que dessa forma a coisa até funciona, pode até parecer complexa ou burocrática, mas pode até ser uma via segura de condução da coisa” (PNMT)

5.2 PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

5.2.1 Interpretação de Patrimônio Natural para Gestão

5.2.1.1 Significado

O principal significado do Parna do Cabo Orange reconhecido pelos atores institucionais se refere a sua importância à preservação de fauna e flora.

“Tem um papel importante na preservação ambiental, na fauna e na flora” (APIO)

“Preservação do meio ambiente como (ecossistemas, flora, fauna e pesca)” (Polícia Federal)

“preservação da cobertura vegetal, recursos hídricos, flora, fauna. Patrimônio que não é só do Amapá, é do Brasil” (IEPA)

“Forma consistente de preservação, importância muito significativa por ser um grande berçário, criadouro de espécies oceânicas” (SEMA)

Aqui, como para o Parna Montanhas do Tumucumaque o termo preservação foi usado como sinônimo de conservação, pois além da fauna e da flora alguns interlocutores citam as populações humanas.

“como um bom vizinho. Por que, por que é uma área de preservação, né, preservação natural e, certamente, as pessoas

que moram ali dentro, são pessoas antigas, né, que já estavam lá antes de criarem o Parque e, após a criação do Parque e junto com os trabalhos da equipe do IBAMA, a gente observa que não tem essas invasões, tem as invasões esporádicas, uma vez ou outra ali, mas, não é todo o tempo, é..., colocar em risco as populações indígenas, entendeu?” (FUNAI)

“Espaço de preservação ambiental, das pessoas, dos índios. Meio ambiente cuidado” (RURAP)

É importante ressaltar que os representantes das instituições citadas acima não são os mesmo interlocutores entrevistados para o Parna Montanhas do Tumucumaque, mesmo assim a utilização do termo preservação continua sendo usada como sinônimo de conservação. Este tipo de visão ao encontro do que afirma Diegues (1996):

Por um lado, o conceito de Parque Nacional associa-se ao conservacionismo em seu aspecto instrumental, no que se refere às práticas de manejo de ecossistemas e de gestão de recursos naturais; por outro, o preservacionismo está mais associado ao campo subjetivo e ideológico, que faz parte da cultura urbano-industrial, permeando o conjunto do corpo técnico-científico que elabora e executa a política de gestão ambiental (Diegues, 1996:13-14).

Alguns outros aspectos são também considerados na interpretação de significado do Parna do Cabo Orange.

“Desafio para transformar o parque em uma entidade com uma boa imagem perante a sociedade” (PNCO)

“Parceria no sentido do cuidado da área de entorno, onde tem assentados” (INCRA)

“orgulho por ser bastante cobiçada por estudiosos de flora e fauna de todo o mundo. De extrema importância para o desenvolvimento daquela região” (SETEC)

“Desenvolvimento econômico por estar na parte litorânea” (SEDE)

A idéia de Desafio está associada à transformação da imagem do parque, devido ao fato de que apesar de 26 anos criado nunca foi implantado e ter tido uma história de abusos de autoridade contra alguns moradores⁷⁶.

Nas associações de palavras atribuídas ao parque, duas palavras-chave são mencionadas: Preservação da Biodiversidade e Turismo.

Preservação da Biodiversidade é a palavra-chave atribuída pelos atores institucionais ao Parna do Cabo Orange, mas a temática da pesca vem frequentemente associada nos discursos, diferentemente do Parna Montanhas do tumucumaque, por estarem sob lógicas diferentes, com particularidades próprias. O PNMT está sob ação da fronteira com atividades de garimpo e o PNCO sob ação da pesca externa exploratória.

“Preservação e Biodiversidade” (INCRA)

“é uma área sob a questão da biodiversidade riquíssima” (DNPM)

“Preservação, fauna e dentro da fauna a pesca” (Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“É a própria preservação, né. É uma grande fonte de riqueza no setor pesqueiro” (SEAP)

Com relação ao Turismo alguns depoimentos ilustram o reconhecimento de sua potencialidade.

⁷⁶ Informação relatada por analistas do Ibama em conversa informal.

“pra se fazer um turismo, pra se entrar dentro de uma área de preservação tem que se ter todo um cuidado” (FUNAI)

“potencial turístico, né, riquíssimo” (DNPM)

“aspecto turístico de lá e, no caso da Secretaria, um projeto que a gente possa fazer viável pro Parque” (SETUR)

O turismo parece emergir como potencialidade futura, como afirma Irving (2006): *“numa nova perspectiva de integração regional com base na valorização de patrimônio natural e cultural, e como mecanismo possível de construção de cidadania global”*.

Quando avaliada a valoração (importância do parque) para a gestão da biodiversidade alguns pontos importantes foram destacadas, como a alta diversidade ainda desconhecida, a existência de espécies em processo de extinção, a presença das espécies endêmicas e o parque como símbolo da relação natureza e cultura da população amazônica.

“É um foco de resguardo da biodiversidade” (DNPM)

“A grande quantidade de plantas e animais que se tem e que não conhecemos. Podemos ter espécies que pensa-se que está extinta e que ainda pode existir lá ou espécies que podem estar entrando em extinção e que lá podem ser conservadas. É uma riqueza muito grande” (SETUR)

“Como em toda Amazônia, nós não conhecemos praticamente nada do potencial da biodiversidade, dos recursos hídricos e minerais nessa área, os parques são muito importantes” (SETEC)

“É manter as espécies existentes, pois lá tem espécies de animais e vegetais que já são consideradas em extinção em outros locais” (SEDE)

“A importância para proteção da biodiversidade e para comunidades tradicionais que estão no entorno é muito grande, porque a relação natureza e cultura são muito fortes na Amazônia” (IBAMA-AP)

Outro tema citado pelos interlocutores entrevistados foi a relevância do setor costeiro na região amazônica.

“Em função do mosaico que ele é, tem alta diversidade e essa conexão entre o setor costeiro e o setor continental (que só existe no PNCO) é muito importante”.(IEPA)

“Ele é fundamental porque a diversidade lá é muito grande, tem vários tipos de pescado (cada período do ano se pesca um tipo de peixe diferente) e tem camarão” (SEAP)

“É importante por ser um parque litorâneo, possui poucas espécies vegetais, mas conformações pioneiras pelos mangues. Outra característica importante é o ponto de vista da conservação da biodiversidade, pois existem espécies endêmicas, espécies que só se reproduzem ali” (SEMA)

O parque Nacional do Cabo Orange está totalmente inserido no setor atlântico da planície costeira do estado do Amapá, no litoral norte Brasileiro.⁷⁷ Segundo Scanner et al. (1971), a planície costeira está inserida na bacia sedimentar da foz do rio Amazonas, representada pela plataforma do Amapá.

O fato do parque abranger a maior extensão de manguezais da Costa Brasileira, em bom estado de preservação e ter uma grande importância para pesca é também mencionado por vários interlocutores entrevistados..

⁷⁷ Informação obtida no relatório Final Parque Nacional do Cabo Orange -Termo de Referência N° 001/2005.

“Os últimos resquícios de mangues totalmente íntegros estão nessa região. O parque permite recuperar os mangues que estão sofrendo ação humana e erosão natural e desenvolver pesquisas em uma área que quase não tem informações” (PNCO)

“Considerando ser um local próximo da Bacia Amazônica dentro de uma floresta equatorial e defronte com o Oceano Atlântico, em uma área onde existe muito mangue (complexo biológico muito sensível), é muito importante para biodiversidade” (Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

A questão da preservação para gerações futuras é um outro ponto associado à importância do parque.

“garantir o futuro das espécies para os nossos filhos e netos, para que eles possam usufruir dessas belezas naturais”(FUNAI)

“É muito expressiva, muito rica por ter uma ligação com o oceano. O parque vai dar oportunidade para gerações futuras de ter um banco fantástico de material genético para estudos. O parque pode ser uma área de estudo de biodiversidade, de genética e quem sabe render algum fruto para o Amapá ou compensação para população a curto prazo” (ADAP/SEAF)

A idéia de “preservação para gerações futuras” nos remete novamente a Knoller Adomilli (2004), ao caracterizar a “ótica capitalista, no sentido de manter uma soberania sobre os recursos naturais, procurando desenvolver estratégias de utilização destes recursos e mantendo reservas dos mesmos para uso futuro”.

Com relação às populações que habitam no interior do parque, estas são reconhecidas como de origens distintas. Algumas são identificadas e sua condição tradicional é reafirmada, desde assentamento de agricultores, grupos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

“Existem dois assentamentos, existe as áreas indígenas que ficam no entorno do parque e deve-se levar em consideração essas pessoas do entorno e de dentro do parque. Vila Velha está ali há anos, deveria levar em consideração algum trabalho, alguma política de assistência, já que estão em uma área limitada. Antes eles trabalhavam para tirar seu sustento, faziam suas roças, suas criações e hoje já não podem” (RURAP)

“Cunani é uma população tradicional, são quilombolas, entendeu, se a gente for vê tem muito tempo e é difícil. É o tipo da situação que você não tem como tirar....” (IEPA)

“Vila Velha, Tapereba, que são as comunidades mais fora das aldeias indígenas” (DNPM)

“são comunidades mais tradicionais que ali estão presentes até hoje” (SETEC)

“A comunidade tradicional que já vive a centenas de anos de forma sustentável nessa área, tem uma consciência muito grande em relação a conservação” (SETUR)

“São populações com números reduzidos, tradicionais que convivem harmoniosamente com a natureza, sem depredar. Alguns ribeirinhos que vivem há mais de 30 anos sem nenhum indício de depredação, de danoso para natureza” (ADAP/SEAF)

Em relação às populações indígenas que estão no entorno do parque, não são reconhecidos pelos interlocutores da pesquisa como problemas em relação a sobreposição de áreas.

“Quanto ao entorno, as comunidades indígenas não tem problemas, pois tem pouco acesso, devido a campos alagados de difícil acesso. As populações indígenas não dão problemas para o parque” (FUNAI)

No entanto, são mencionados conflitos e tensões em relação à pesca, criação de búfalos e exploração de recursos naturais renováveis na área do parque.

“lá um problema sério é pesca.... acho que isso aí tem que ser resolvido por que senão fica assim meio contraditório, né, você querer preservar, você ter toda uma história, ter um Plano de Manejo, tem toda uma ação pra desenvolver aquela área e de repente tem uma atividade que é contramão disso tudo” (IEPA)

“por ser uma região de pesca, são pessoas que moram há séculos e precisam de tratamento especial. É complicado dizer para uma população secular: “Olha, daqui você não pode extrair nada, você não pode fazer nada”. Tem que olhar o lado social” (SEMA)

“Essa população aí é a que mais sofre com conflitos, pois sempre há fiscalização do Ibama, da SEMA. Eles vivem na incerteza de como vai ser o amanhã, não tem uma perspectiva de vida, pois não podem viver do extrativismo, não podem fazer queimadas, não podem derrubar, não podem caçar. O que dá sustentação? O pescado, vivem basicamente da pesca, o que causa todo o transtorno”(SEAP)

“existem os especuladores que, por exemplo, tão criando gado lá, né, e a gente sabe que se a pessoa minar lá de búfalo, a gente vai ter prejuízo, né, já foi comprovado isso” (INCRA)

“É complicado, né, você lidar com esse povo pra preservar sem danificar a estrutura física do Parque, ou seja, a pesca, da madeira, né, o geral do Parque” (Polícia Federal)

“Existe um transtorno em relação ao parque, pois às vezes eles querem fazer algo e são proibido por ser área de conservação”(FUNAI)

Devido aos conflitos na área e a falta de políticas públicas claras e integradas na região, parece haver um sentimento de desconfiança e incerteza das populações locais, também pelo olhar dos atores institucionais.

“A população do entorno ela sempre entra em qualquer negociação, é, com o pé atrás. Ela nunca teve uma visão clara do por que o Parque está ali e, a própria presença do IBAMA ainda é incipientes, pequena, e as propostas que já foram feitas não foram cumpridas, mesmos os projetos e estudos que foram elaborados, não foram dados nenhuma continuidade” (PNCO)

“A preocupação daqueles que moram dentro e fora é pra onde vão levar? O que vão fazer dessas pessoas? Dessas famílias? Haja visto que terem uma vida toda dentro daquela área” (Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

A questão fundiária é outro ponto que tende a causar insegurança nessas populações, segundo os interlocutores institucionais.

“Populações de dentro eu diria que precisa se resolver a questão fundiária para que se tenha realmente uma resposta... não se adianta se ter iludido por que eles não vão ter que sair, por que hoje a legislação diz que eles vão ter que ser retirado, que no caso é somente uma comunidade” (PNCO)

“acho complicado pela questão fundiária. Como ele foi criado, a forma como ele foi criado causou alguns problemas que até hoje, é, já deveriam ter sido resolvidas, né, que é a questão fundiária, dizer quem tá dentro, quem tem título, se indeniza e tira, né” (IEPA)

“nós estamoss, em fase de regularização fundiária, de duas fazendas dentro do Parque, que já estavam lá, é, antes de da criação daquele parque. Um processo já foi finalizado, está submetido à Brasília e o outro, infelizmente o proprietário que

reivindica como titular legal daquela área não conseguiu, é, comprovar a documentação, mas esse processo está em tramitação no IBAMA” (IBAMA-AP)

A questão fundiária é vista com preocupação especialmente pelo IBAMA-AP, pelo fato de existir uma comunidade remanescente de quilombola pleiteando a dissociação das terras do Parna do Cabo Orange, o que causa preocupação quanto a redução da Unidade de Conservação e as possíveis conseqüências políticas.

“uma comunidade remanescente de quilombo, tem uma discussão com o IBAMA, é, para que uma pequena porção da região sul do parque nacional, é, seja desencorporada do patrimônio do parque nacional e passe a incorporar o patrimônio dessa comunidade quilombola, nós concordamos com esse pleito. É claro que isso carece de uma série de procedimentos e redução de unidades de conservação nós sabemos que depende de lei específica, portanto, a ser aprovada pelo Congresso Nacional. Então, vai ser uma discussão complexa, por que nós tememos que algum movimento oportunista possa surgir é em função desse desmembramento, dessa pequena área, é, de repente é uma temeridade que nós temos, algum movimento político no sentido de reduzir muito mais a área do parque ou então pedir até a extinção daquela unidade” (IBAMA-AP)

A questão de sobreposição de Unidades de Conservação com terras quilombolas é previsto no Decreto Nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). No Eixo Temático “Capacidade Institucional”, onde são previstas ações relacionadas ao desenvolvimento e ao fortalecimento da capacidade institucional para gestão do SNUC e para conservação e uso sustentável da biodiversidade nas terras indígenas e nas terras quilombolas. O Plano prevê como estratégia para solucionar os conflitos decorrentes desta sobreposição a participação efetiva dos representantes das comunidades quilombolas nas reuniões dos conselhos e a definição

de critérios, em conjunto com os órgãos competentes e segmentos sociais envolvidos, para identificação das áreas de sobreposição das unidades de conservação com terras quilombolas, propondo soluções para conflitos decorrentes desta sobreposição.

A partir deste contexto, algumas reflexões sobre estas populações são realizadas pelos atores institucionais entrevistados, pensando as possibilidades futuras para as populações tradicionais.

“é uma função também do Estado, do IBAMA e da direção do Parque de... de adequar, então, propiciar atividades econômicas que favoreçam ao Parque, que favoreçam a permanência desse pessoal lá, que não prejudique o Parque, uma vez estando assim, eles serão os principais vigias nos Parques, os índios, a população que tá ali e, a população do entorno da mesma forma, ela vai saber que qualquer coisa que eles façam aí naquele rio que tá na frente da casa dela, vai lá pra dentro do Parque e pode causar um grande prejuízo, né”

“não se deve raciocinar com o Parque como sendo uma área completamente estéril economicamente. Deve se verificar dentro do Parque atividades econômicas que não influencie no Parque, devidamente controladas, que possam dar um respaldo a essa população, pra que essa população trabalhe em prol do Parque”
(Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“é uma área cultural, são quilombolas, entendeu, ela pode servir também como um bom trabalho já que o Parque ele pode trabalhar essa questão do ecoturismo, diferente de outras Unidades que são restritas a questão de uso” (IEPA)

“Então, hoje quando se pensa em abrir ao turismo e outras atividades que possam ajudar essas comunidades, tem um enorme potencial, são pessoas que conhecem a área, mais do que ninguém, que serão futuros guias, futuros, é... futuros guardas florestais ou o que a gente precisa realmente, dali que você tira conhecimento e pessoas capacitadas pra atuar na área” (PNCO)

Neste contexto, a participação efetiva das comunidades locais como parceiras da preservação do parque é mencionada como solução para a preservação da diversidade biológica e cultural.

“a gente tem que não tratar esse pessoal como um estranho ou como alguém que vai prejudicar o Parque, não, eu acho que eles são ferramentas importantes, talvez mais importantes pra que o Parque se preserve” (Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“agora que a gente parte pra consolidação e eles estão participando um pouco mais, mas a gente espera que essa participação seja mais ativa no futuro” (PNCO)

5.2.1.2 Processo de Criação

Os depoimentos sobre o processo de criação do parque reafirmam que o processo ocorreu de forma autoritária e sem consulta pública.

“O processo de criação foi de cima pra baixo.... a dificuldade maior da criação foi um processo que não foi realmente de diálogo com a comunidade e isso aí realmente criou obstáculos futuros, né, com a sociedade e as comunidades dos dois municípios, né, de Calçoene e Oiapoque” (PNCO)

“Veio de cima para baixo. As comunidades não foram consultadas e isso causa problemas até hoje.... Os moradores querem fazer alguma coisa e são impedidos pelo Ibama. Criou-se um transtorno em comunidades que existem a mais de 80 anos com toda uma situação cultural, tradicional, de costumes” (FUNAI)

“Como todas as áreas de proteção aqui na Amazônia, principalmente no Estado do Amapá, foram impostas” (DNPM)

“no projeto RADAM, folha NB22, esse Parque já era proposto, não só ele como o próprio Tumucumaque, na década de... acho que de 70 se eu não estou enganado. E foi uma coisa como era feito antigamente, né, de cima pra baixo, foi Brasília que chegou e determinou, tanto é que algumas... algumas... como é que se diz?... algumas localidades, né, vilas, estão dentro da Unidade, não tiveram essa preocupação em fazer um estudo antes, não teve essa preocupação com as questões é... acho que questão até fundiária, né” (IEPA)

“o processo de criação do Parque, é, dentro do que a gente já vivenciou aqui, ele não foi feito, é, com o acompanhamento entre pescadores.... como foi criado agora o Parque do Tumucumaque, só chegaram e disseram olha aqui vai ser preservado, é uma área de preservação e pronto. Não teve aquele estudo com quem realmente precisa, né, da questão de sobrevivência da área, quem tá lá dentro.... nós temos assim dificuldade muito grande, por que, é, a nossa frota pesqueira aqui ela é basicamente de barcos pequenos, de quatro a cinco toneladas, e esses barcos precisam pescar em alto mar e tá na beira ao mesmo tempo, por que eles não suportam muita maresia, muita pancada, né” (SEAP)

A limitada divulgação da proposta do parque na época, para a população local, parece ter configurado a construção de um neomito⁷⁸.

“Ouvia falar quando eu estudava.... pensei que fosse assim uma, digamos assim um, uma área onde não existia ninguém, existia só aquela área, né, de... preservada, onde ali onde só vivia animais, né, e algumas espécies vegetais, né.... quando eu vim trabalhar vi que tinha pessoas morando, né, e vivendo onde tirava ali seus

⁷⁸ a visão das camadas médias urbanas sobre as áreas naturais protegidas como um “paraíso terrestre”, um espaço isolado de natureza “intocada”, formando um conjunto de representações sobre a natureza que mistura o pensamento racional com o mítico (Diegues, 1996:59).

alimentos pra saciar a sua alimentação e também, é, o sustento da sua família, né.(RURAP)

Por ser uma época em que a questão ambiental não era tão presente na mídia, os atores institucionais atribuem quatro motivações para a criação do Paro do Cabo Orange, primeiro a uma visão geoestratégica tendo como foco a questão da fronteira, na garantia de soberania nacional em território amazonico:

*“apesar de representar assim um... ser um pouco negativo o fato dele ter sido criado e **demorar pra ele funcionar efetivamente**, eu vejo também por um outro lado, eu acho positivo em ter sido criado a tanto tempo atrás, que era uma mentalidade antiga, onde não se cultuava tanto a preservação.... naquela época já se viu a necessidade de preservar essa área.... vejo o Parque Nacional do Cabo Orange como, dentre os Parques, um dos mais importantes por causa disso, por que muito antes de toda essa pressão, da mídia e tal já se decidiu que aqui teria que ter um Parque. Então, eu acho positivo o fato do Parque ter sido criado a muito tempo, né..... um exemplo de Parque, principalmente na área de fronteira da Amazônia” (Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)*

“a questão de preservar o território nacional, né. Que aqui fica bem ao extremo, né. Faz fronteira aqui com as Guiana. Então, eu acredito que foi mais de, de uma, de uma guarda assim, preservar o espaço, o espaço brasileiro, né” (RURAP)

“a questão da fronteira, eu creio que foi isso. Na época que foi criado o Parque eles se preocuparam até com a ocupação irregular, né, de outro país, pela proximidade geográfica e tal” (INCRA)

“por estar numa área de fronteira e num extremo isolado do Brasil.” (SETEC)

“uma área de fronteira muito grande que poderia ser preservada e principalmente pelo nascedouro de grandes rios como é a questão do Araguari, tem do Amapari, que nascem... o Oiapoque, o Jarí, são quatro rios enormes que nascem nas terras das Montanhas do Tumucumaque” (SETUR)

“o regime militar, um regime de exceção, um regime autoritário, foi quando nós tivemos vários instrumentos jurídicos de proteção do patrimônio ambiental brasileiro, né. Tivemos aí o Código Florestal, várias legislações importantes nesse período, e a criação do Parque, ela ocorreu ainda durante o processo da ditadura militar, num período de transição.... devemos observar aquele velho conflito existente sobre a Amazônia de que se tratava de um grande vazão demográfico, né, e que os militares precisavam tomar medidas pra proteger e assegurar a soberania nacional” (IBAMA-AP)

*“muito mais assim por ser área litorânea, fronteira litorânea e de fronteira também com a Guiana Francesa, tá, eu vejo que ele se criou até mesmo pra ter um embate assim, tipo assim de frear as ações antrópicas que estavam acontecendo na área..... elas (**ações antrópicas – grifo nosso**) estão acontecendo de todos os lados, assentamentos, até mesmo pelas tradições indígenas, né, e pelos fluxos marítimos que vem pelo litoral” (SEDE)*

“tiveram uma visão, né, de futuro, não foi dado importância, na época, mas ao longo dos tempos, se preocupou muito acho que com a parte da fronteira, né, de preservar a parte norte do país na fronteira.... hoje a preocupação dos ambientalistas tá mais concentrada lá.... sinto que é um patrimônio nosso” (INCRA)

O segundo motivo atribuído pelos atores institucionais entrevistados para a criação do parque, é relacionado a uma visão de reserva de futuro em relação à preservação da biodiversidade amazônica:

“a preocupação de garantir um espaço de preservação aí, pra futuro.” (ADAP)

“o que levou foi a maneira, né, de preservar o meio ambiente. Na verdade ele... O parque na verdade, se a gente não preservar ele o quanto antes futuramente não vai existir essa beleza que tem. No caso, é nascente de reprodução de várias espécies de animais tanto aquáticas, mamíferos, dentre outros, né” (APIO)

“Conferência de Estocolmo, né, em 1972, entende, o mundo começou a despertar pra importância de nós termos áreas preservadas, principalmente nas regiões tropicais, né. A Europa tinha sido devastada por duas guerras, o crescimento econômico e o desenvolvimento foi feito a custo muito alto para o meio ambiente, tanto nos países do Leste Europeu como nos países da Europa Ocidental, então isso foi muito traumático para eles lá, então todo o mundo começou a despertar para as dificuldades que nós enfrentaríamos caso nós não preservássemos áreas grandes e importantes localizadas em vários locais do mundo nós teríamos sérias dificuldades. Eu acho que naquele momento o Brasil começou a despertar pra isso e começou a criar os Parques” (SEMA)

“pelo berço de fauna e flora.... em meio de todo o potencial sedimentos que vem do rio Amazonas e é jogado na calha do rio Amazonas aqui na nossa foz é de que todos esses milhões de toneladas de sedimento aí são drenado ao canal norte e se concentram nessa região de Calçoene ate o extremo do Oiapoque, que vai também junto, é, a área do Cabo Orange. Então se torna uma região rica sob o ponto de vista de biodiversidade, fauna, flora exuberante que você nem imagina (DNPM)

“devido a proteção da biodiversidade por que aquela região é riquíssima, né, não só no continente como também em toda a

faixa ali oceânica, da zona costeira, os recursos pesqueiros ali por exemplo, são enormes” (IBAMA-AP)

“pra conservar melhor o meio ambiente.... um empenho da sociedade pra preservar as espécies, pra preservar a fauna, a flora”(AGM)

“a preservação da ecologia, do parque... conservar essa flora e a fauna, ecologia e pesca” (Polícia Federal)

Na visão de alguns interlocutores, as ações depredatórias que começavam a acontecer na região são mencionadas como terceiro motivo para a criação do parque:

“pra mitigar as ações antrópicas, né, pra que não prejudicassem e levassem a continuidade da fragmentação da paisagem, né, e também manter a biodiversidade existente na área” (SEDE)

“para evitar a pesca predatória, de barcos que vem de fora” (SEAP)

O fato de o parque ser constituído por uma extensa faixa de manguezais e este representar a possibilidade de desenvolvimento para região é citado como o quarto motivo para criação para alguns atores institucionais:

“os manguezais que são um dos maiores e mais bonitos, né, e as áreas de campo que são ainda bem preservadas” (IEPA)

“A proteção dos manguezais, dos campos inundados, principalmente os manguezais.... maior área contínua, contígua de manguezais do país.... tem uma importância ecológica e econômica enorme na utilização dos recursos, não só pesqueiros como mesmo aí da fauna em geral, né, aí da própria habitat do mangue que é vegetação, desses ecossistemas tanto os campos inundados e como os mangues” (PNCO)

5.2.1.3 Função

A necessidade de preservação do meio ambiente, dos recursos naturais renováveis para o futuro, foi um dos principais temas associados à função reconhecida do parque.

“É, preservar a fonte mesmo, a fonte de vida. A função do Parque é garantir a fonte de vida da sobrevivência humana” (APINA)

“É manter, né, aquela área toda como uma reserva, um patrimônio da humanidade, pros nossos ta-ta-ra-tá, ta-ta-ra-tás netos” (SETUR)

“a função do Parque, acho que é a de preservar o meio ambiente” (APIO)

“É a preservação da natureza, exclusivamente” (Polícia Federal)

“a função principal é a preservação do meio ambiente, né... aqui no nosso Estado, existe uma grande quantidade de rios, lagos, igarapés” (RURAP)

“A função dele é permanecer resguardando todo um... podemos dizer assim, todo um segmento que existe dentro deste Parque. Os animais, entendeu, a própria mata, né, e as espécies” (Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

Segundo a interpretação dos atores institucionais o parque cumpre seu primeiro objetivo previsto pelo SNUC, que é a preservação de ecossistemas naturais. Mas é interessante notar, que os atores institucionais, vêem a necessidade de um olhar da gestão direcionado às populações locais, pois a Preservação Cultural é também reconhecida como função do parque.

“A função dele é manter tudo que está lá, né, e desenvolver as comunidades tradicionais na parte do entorno” (INCRA)

“é a preservação da flora e da fauna..... Mas, outra coisa muito importante é a questão histórica, cultural que é os sítios arqueológicos. Uma área muito rica, onde se tem excelentes áreas de sítios arqueológicos, ele acaba é incluindo várias coisas, não só a diversidade biológica, mas a diversidade cultural” (IEPA)

“pra preservar mais esse celeiro de sedimentos que são jogados no rio Amazonas e transforma a costa do Amapá numa região mais piscosa do Brasil e, também pra preservar todo um contexto cultural existente, principalmente indígena naquela área que é um sistema frágil” (DNPM)

O parque é também vinculado à função de núcleo de desenvolvimento de pesquisas.

“ eu vejo também que essas unidades elas podem servir de base pra desenvolvimento de pesquisa” (IBAMA-AP)

“eu acho que é dar oportunidade pra ter bancos de estudos, né, áreas ricas em pesquisa, quem sabe descoberta de fontes importantes de conhecimento pra todos nós, apreensão de conhecimento pra geração de riqueza, né.

A preocupação com a preservação do meio ambiente, visando o futuro, apontado nos depoimentos dos atores institucionais e seguido pela preocupação com as populações locais, parece ter uma visão conservacionista, ou seja, é importante conservar considerando os aspectos sócioambientais.

5.2.2 Papel em relação ao Parque

Da mesma forma que para o PNMT, neste Tema foram realizadas 11 perguntas. A primeira **“Qual o papel de sua instituição com relação ao parque?”** Destacaram-se três atribuições citadas para o PNMT.

1. Atuação na Gestão

“o IBAMA ele tem um papel essencial, é claro, nessa gestão e o Parque Nacional do Cabo Orange” (PNCO)

“a Superintendência é a gestora maior da unidade, né. Acima da Superintendência está o IBAMA Brasília. Então, o nosso papel é de coordenação, de administração, né, de identificação junto com a equipe gestora de planejamento estratégico, né, de fornecer, é, recursos materiais e humanos que possam dar capacidade técnica instalada pro gerenciamento da unidade de conservação” (IBAMA-AP)

*“a gente participa das discussões, né, no caso das ações que estão sendo executadas como esta reunião que está acontecendo agora **(Reunião do Conselho Gestor, grifo nosso)**, né”(APIO)*

“a gente tá trabalhando no Plano de Manejo, a questão da pesquisa, do levantamento. Mas, eu acho que no momento que a gente montar o Plano de Manejo, né, participar efetivamente do Conselho, a gente pode sugerir alternativas, né” (IEPA)

“fazemos parte do Conselho Gestor” (SEMA)

2. Apoio ao parque

Da mesma forma do que no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, o apoio é entendido de várias formas: fiscalização, capacitação das populações do entorno e desenvolvimento de pesquisas, infra-estrutura ou apoio logístico.

“inseridos nesse processo de controle, de fiscalização, pelo fato de que também é de fundamental importância pra nós, pro nosso povo” (AGM)

“ajudar na conservação do Parque. Por que já que nós somos vizinhos ao Parque a gente não permite também que determinada atitude... quando a gente tá fazendo algum trabalho de fiscalização a gente também ajuda a conscientizar que ali é uma área de conservação, de preservação, as pessoas não invadirem, não... acho que isso é o nosso papel também” (FUNAI)

“Segurança, mesmo do Parque, basicamente somos nós que fazemos, né, através de monitoramento, policiamento e in locu mesmo, combatendo diretamente o mesmo tráfico de animais, de flora, fauna e a pesca. É o combate propriamente dito” (Polícia Federal)

“são dois papéis, né, um é de conhecer todo o território nosso de atuação e a segundo é de ter um controle sobre uma relação entre duas nações, uma vez que nós somos responsáveis pela fronteira aqui nessa área.... pra que não se fira a soberania, pra que se tenha um certo controle da fronteira” (Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque).

“monitorar as atividades dentro do Parque, né, e tentar compatibilizar a exploração e equilíbrio dos recursos ambiental”
(DNPM)

“o RURAP hoje ele pode fazer esse papel, né, tem pessoas que são capacitadas pra fazer algum treinamento, dá curso, né, nessa área aí de preservação, enfim, fazer um treinamento, capacitar o agricultor” (RURAP)

“Na realidade, é, como tem algumas pequenas comunidades ligada ao Parque, todos os nossos trabalhos tá se voltado também pra vê como é que a gente levanta alguma luz do ponto de vista de dizer que eles também tem alternativas, é, e temos que buscar alternativas junto com eles” (ADAP/SEAF)

“o IEPA não é só um Instituto de Pesquisa, ele tem algumas outras áreas como o Centro de Plantas Mediciniais e Produtos Naturais, né, que trabalha com espécies oleaginosas e tudo mais e a gente ainda tem uma Incubadora de Empresas que poder ser uma forma de... de repente de levar uma tecnologia pra essas comunidades, pra extração de andiroba, qualidade de mel”
(IEPA)

“O nosso papel é fortalecer o desenvolvimento de estudos e pesquisa nessas regiões para que eles tenham o maior conhecimento de toda a biodiversidade e as riquezas que existem nessas áreas e como nós podemos continuar preservando e também aproveitando, é, através dos estudos e pesquisas, é, produtos originários das fontes naturais dessas regiões”
(SETEC)

“somos os intermediadores aqui que a cada necessidade do Parque, né, que quer sejam na questão de infra-estrutura, de apoio institucional, de voltada pra educação ambiental, voltada pra questão de pesquisas.” (SEDE)

3. Parcerias em atividades

O nosso papel da Prefeitura em relação ao Parque é cooperar, é está ombreado a este trabalho que é de grande envergadura para o nosso país. Então, a Prefeitura ela está unida de mãos dadas fazendo uma parceria para que seja consolidada todos aquilo que é necessário ao bem-estar da nossa nação e do nosso povo brasileiro” (Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

“É um parceiro por que nós temos projeto de assentamento. Com o projeto de assentamento a gente tenta viabilizar alguns benefícios no Parque, pra área de entorno e, com isso, chega ao Parque, né, as comunidades do Parque” (INCRA)

“Então, a nossa responsabilidade ela é muito grande também, por isso nós somos muito parceiros do IBAMA, estamos juntos, trabalhamos em parceria dentro dessa unidade de conservação” (SEMA)

É interessante notar que a Secretaria de Turismo, mesmo participando com um assento no Conselho Gestor do parque, não se atribui nenhum papel, diferentemente em relação ao PNMT.

Da mesma forma que foi feito para o PNMT, na segunda pergunta **“Quais as atividades-chave de sua instituição com relação ao parque?”**, foi elaborado um quadro comparativo para analisar o papel atribuído por cada instituição e as atividades-chave desenvolvida.

As atividades desenvolvidas por cada instituição estão de acordo com o papel que cada instituição se atribuiu.

No papel “Atuação na Gestão”, os atores institucionais que citam como atividades-chave a participação no Conselho Gestor e/ou na elaboração do Plano de Manejo, são os

atores ligados de forma direta à Gestão do parque. A Associação dos Povos Indígenas de Oiapoque (APIO) é a única instituição da Sociedade Civil que menciona sua participação no Conselho Gestor.

Instituição	Papel	Atividades-chave
APIO	Atuação na Gestão	1. Participação das reuniões do Conselho Consultivo; 2. Participação das oficinas.
PNCO	Atuação na Gestão	1. Elaboração do Plano de Manejo; 2. Monitoramento da regularização fundiária.
IBAMA-AP	Atuação na Gestão	1. Realizar Plano de Proteção e Monitoramento; 2. Estabelecer Projeto de Cooperação Bilateral entre Brasil e França; 3. Realizar Inventários Biológicos; 4. Elaboração do Plano de Manejo.

As atividades-chave desenvolvidas pelas instituições em relação ao papel atribuído “Apoio ao parque” corroboram a idéia de apoio de várias formas, como por exemplo, a fiscalização, capacitação das populações do entorno, desenvolvimento de pesquisas, infra-estrutura ou apoio logístico.

Instituição	Papel	Atividades-chave
AGM	Apoio ao parque	1. Envolvimento com todo o trabalho; 2. Participar nas atividades como guia.
FUNAI	Apoio ao parque	1. Participação e parceria através de troca de informações junto à equipe do Ibama
Polícia Federal	Apoio ao parque	1. Combater a pesca predatória dentro do parque; 2. Combater a extração de madeira dentro do parque.
RURAP	Apoio ao parque	1. Trabalhar a extensão rural, acompanhando o processo de produção dos alimentos, desde o cultivo, ao manuseio do solo corretamente.
Exército Comando de Fronteira do Oiapoque	Apoio ao parque	1. Participação no Conselho, nas decisões do PNCO; 2. Apoio a operações de patrulhamento e de reconhecimento de áreas do parque; 3. Logística e segurança (mediante convênios e solicitações do Ibama); 4. Reconhecimento da região

IEPA	Apoio ao parque	1. Pesquisa (levantamentos); 2. Auxílio nas questões de melhoria da qualidade de vida das comunidades
DNPM	Apoio ao parque	1. Monitoramento das atividades.
SETEC	Apoio ao parque	Não tem nenhuma ação direta
SEDE	Apoio ao parque	1. Realizar pesquisa científica; 2. Estudos em Ciência e Tecnologia; 3. Trabalhar o turismo
ADAP/SEAF	Apoio ao parque	Não temos nenhuma ação específica.

No papel “Parcerias em atividades” as atividades-chave se confundem com o papel “Atuação na Gestão” e “Apoio ao parque”.

Instituição	Papel	Atividades-chave
Prefeitura de Oiapoque (SEMMA)	Parcerias em atividades	1. Ajudar na fiscalização; 2. Orientar as pessoas em relação ao parque.
INCRA	Parcerias em atividades	1. Participação das reuniões
SEMA	Parcerias em atividades	1. Fiscalização; 2. Monitoramento; 3. Educação Ambiental

O INCRA trabalha junto com os gestores do parque de acordo com a filosofia institucional, para uma melhor de vida dos assentados.

A terceira pergunta foi relacionada a Gestão do parque **“Sua instituição atua na gestão do parque? De que maneira?”**

A participação na gestão é entendida por alguns atores institucionais através de sua participação no Conselho.

“Ela atua sim. Na participação, no caso, das discussões das reuniões, ela tem uma participação assim... muito é... nem uma reunião ela ainda não faltou ainda né. Ela tá sempre aqui.”(APIO)

“ nós participamos com uma cadeira dentro do Conselho, né, a gente presta opiniões e dá informações, apoio, até mesmo apoio

físico, né, com aparelho, com, é, no caso, helicópteros, embarcações, motores de polpa, veículos, essas coisas todas, e, principalmente material humano” (Polícia Federal de Oiapoque)

“então é mais como Conselheiro. Essa é a nossa participação” (RURAP)

“nós estamos ligados, em todas as reuniões nós fazemos parte, em palestras, em conferências. Então, tudo que acontece no Parque, reunião, desde que somos solicitados e estamos ali também correspondendo na medida do possível” (Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

“Só como Conselheiro” (INCRA)

“É, por enquanto a gente tá na parte de pesquisa e tem os representantes do IEPA dentro do Conselho” (IEPA)

“ela só participa como Conselheiro observando as atividades, é... decidindo de comum acordo nos Conselhos, montando o Estatuto, montando o Regimento, né, o regimento do Parque, né. Então, é dessa forma que nós atuamos na gestão, né, nós participamos da votação do Orçamento do Parque, né, então, nós temos uma participação indireta nas atividades” (Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

A maioria dos atores diz não atuar na gestão, mas quando comparamos com a responsabilidade em relação à gestão, a maioria entende que a gestão é de atribuição do Ibama.

“Não. Não atuamos” (SETEC)

“na realidade nós não atuamos” (ADAP/SEAF)

“Não. Não. No momento não atuamos” (SEAP)

“Não, nós atuamos indiretamente por que nós fazemos parte do Conselho Gestor do Parque”(SEMA)

“Não. No momento não atua não” (FUNAI)

Na quarta pergunta **“Qual a responsabilidade de sua instituição com relação à gestão do parque?”** Verificou-se 2 responsabilidades reconhecidas.

É interessante notar que os atores institucionais relacionados ao PNMT citam a participação no Conselho como a primeira responsabilidade e o Apoio ao parque aparecem como segunda responsabilidade. Em relação ao PNCO, o Apoio ao parque é a responsabilidade que a maioria se atribui.

Talvez o pouco reconhecimento de atuar na gestão do parque esteja relacionado ao fato do parque ser da Esfera Federal e a maioria das instituições entenderem isso como “Responsabilidade na Gestão. Outra possibilidade para este pouco reconhecimento no processo de gestão é o fato do Conselho Gestor do parque ser recente (09 de março de 2006)”.

1. Apoio ao parque
2. Participação no Conselho

O apoio ao parque pelas instituições que representam comunidades (indígenas e assentamentos) de dentro ou do entorno é vista como uma sintonia de interesses e troca de conhecimentos específicos.

“É contribuir na execução de todo o trabalho aqui que é possível, de toda a contribuição, se um dia é, eles precisarem, o IBAMA precisar do nosso apoio, quer seja material ou equipamento ou então material humano mesmo, então nós vamos estarmos lá pra contribuir com eles, pra ajudar, pra participar lá dentro, pois é onde nós conhecemos, onde a gente... a gente mora na aldeia, a gente sabe todo, é, assim, andar no mato, ir atrás de buscar algum material que for preciso, andar no barco de noite, então, a gente tem todo esse conhecimento, então, é essa a importância da participação, do envolvimento da Instituição com o Parque” (AGM)

“cada macaco no seu galho, mas não custa nada também a gente dá a nossa participação, na medida que a equipe nos solicitar, nos pedir um apoio e assim como a FUNAI também junto as comunidades vizinhas que dê um apoio deles, mas eu penso assim basta a gente tá bem sintonizado, as duas Instituições, né” (FUNAI)

“A gente mantém o compromisso com eles. É muitas coisas que a gente tá tentando melhorar dentro da área de assentamento, a gente conversa muito com o gestor do Parque. Então, por isso que eu digo, a gente tem um compromisso com eles, né, pra melhorar o trabalho das instituições dentro do Parque” (INCRA)

As instituições Municipais e Estaduais apóiam com conhecimentos específicos de cada área.

“É também trabalhar junto com eles, também, orientando, dividindo, criando as idéias e fazendo um trabalho em conjunto” (Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

“a responsabilidade nossa como Estado, né, é junto com o IBAMA, é, solucionar questões.... é em parceria com eles, ajudar na questão dos locais onde teria visitaçã, onde poderia ter visitaçã, áreas interessantes pra visitaçã, e a questão do auxílio das comunidades do entorno, diminuindo essa pressão dentro da Unidade” (IEPA)

“A nossa responsabilidade é muito mais na questão da continuidade das ações, né, que estão sendo efetuadas e da seriedade de se continuar a... que se finalize os trabalhos de pesquisa e que isso possa ser um diagnóstico e um resultado pra comunidade” (SEDE)

“A nossa responsabilidade é de apoiar todas as ações e atividades que visam o maior conhecimento dessas unidades”(SETEC)

“a gente sempre faz as coisas de forma conjunta, de forma compartilhada, participativa, nessas questões todas” (SEMA)

A participação no Conselho não parece ser muito efetiva, talvez pelo motivo já citado do Conselho ser recente.

“Nós temos uma cadeira cativa lá, né, no Conselho e nós participamos dessas reuniões e damos também nossos conselhos” (Polícia Federal de Oiapoque)

“A nossa responsabilidade aqui, é, que tem, tem reuniões do Conselho, é, assim marcada periodicamente assim, né, tem reuniões e a gente participar e levar também a nossa, é, opinar pra alguma situação, né, e colocar, expor nosso pensamento com relação ao Parque e também com relação as pessoas que moram lá dentro, né, ter sempre esse cuidado” (RURAP)

“ A responsabilidade prevista em Diário Oficial da União é de participar como membro do Conselho do Parque, né” (Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“nós temos participado é de algumas reuniões, de alguns debates no sentido de levar uma contribuição, é de participar do processo” (ADAP/SEAF)

É interessante notar que as instituições relacionadas a atividade de fiscalização (Exército, Polícia Federal, DNPM) não citam esta responsabilidade em relação ao PNCO.

Assim como para o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as duas próximas perguntas **“Como é a relação de sua instituição com a administração do**

parque?” e **“Como você avalia essa relação”?** foram analisadas juntamente, para facilitar a análise.

A relação é de parceria com todos os atores institucionais. Especificamente com as Associações indígenas e a Funai, pela proximidade entre as Reservas Indígenas e o parque.

“É, muito boa. Muito boa por que, é, assim que foi implantado no município a instituição IBAMA, então buscaram logo as organizações indígenas por que o Parque ele é, ele é ligado, ele é ligado às terras indígenas. Então, nós temos uma relação assim de participação, é, muito restrito neste sentido. Então, a nossa, o nosso relacionamento é muito boa. Quando eles precisam de uma informação, eles vêm com a FUNAI, vem com as organizações e, a mesma coisa, quando nós também precisamos de alguma informação, dentro da área indígena aí sempre tem essa relação muito assim, legal mesmo” (AGM)

“É, a avaliação é que a gente tá sempre em sintonia, né. Em sintonia, um procurando é, apoio do outro, às vezes tem certa dificuldade, é, no caso, como a área indígena faz uma divisa, né, no entorno aí com o Parque, às vezes, a gente tem algum problema, no caso do Lago Maruani,, então lá foi bastante invadido, aí as vezes a equipe do IBAMA vem até a gente, pra gente vê alguma maneira da gente coibir essas invasões, e, também assim, a FUNAI, nós vamos até eles pra ver como é que a gente... até mesmo apoio institucional por parte de equipamentos, eles cedem pra gente e nós cedemos pra eles, é um ajudando o outro” (FUNAI)

“Tem um... no caso assim, sempre um diálogo entre a gente, no caso a gente sempre é, tá participando, troca de informações, alguma dúvida ou eu ou o Presidente, o Cléber tá sempre mantendo contato com eles, né, informações mais detalhadas” (AGM)

As parcerias de troca de conhecimentos, experiências e apoio mútuo.

“É excelente e bem próxima, bem próxima, bem próxima mesmo. O presidente do Parque, é o seu Marcos, é uma pessoa muito boa, tem lutado bastante por esse Parque, ele é uma pessoa que luta bastante por ele e nós mantemos um relacionamento muito bom com ele, de excelente... acima de excelente se tiver” (Policia Federal de Oiapoque)

“A relação nossa aqui é... até agora tem sido boa, uma relação boa mesmo, né, não tem... a gente tem assim uma amizade, uma união com o pessoal que trabalha aí no Parque, que gerencia o Parque, né. Então, até agora a gente tem uma relação muito boa” (RURAP)

“Muito boa. Muito boa. Muito boa. Por que a gente aprende com eles e a gente vai tomando mais conhecimento por que a gente sabe muito bem que cada dia que passa você aprende coisas mais” (Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

“ é muito boa, muito boa, a... até pelas dificuldades estruturais que nós temos aqui na nossa região, no nosso município, o... IBAMA acabou é... tendo um relacionamento muito próximo com o Exército, uma vez que também pelo grande tempo, é, sem presença do IBAMA aqui contínua no Parque, quando o IBAMA começou a chegar mais vezes, pra começar a efetivar o Parque de maneira mais intensa, houve alguns choques, então, isso causou um certo problema com relação a segurança dos funcionários do IBAMA e isso fez com que eles viessem... alguns deles moram aqui dentro da área do quartel, então, é um relacionamento muito bom em todos os sentidos....o que eu quero dizer que o principal dessa relação, uma vez que eu já tive oportunidade de servir em outras regiões da Amazônia, com outros Parques e atuar junto com o IBAMA em outros locais, ela aqui tem um diferencial, ela se baseia, principalmente, na

confiança, então, aqui não há dúvidas da... não... qualquer problemas em termos de confiança entre a gerência do IBAMA e a gerência do Comando do exército aqui na área, né, coisa que em alguns locais, tendo em vista algumas pressões econômicas fica um pouco mais difícil” (Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“Cabo Orange, em todas as vezes que eles nos procuraram, né, que nós coibirmos, né, é, atividades que por influência direta ou indireta pudesse, é, causar danos, né, social e ambiental na área do Parque do Cabo Orange, eles nos solicitaram e nós fizemos as devidas paralisações, né, que aquilo que a lei nos permite. É uma relação muito boa” (DNPM)

“É a mesma coisa do Tumucumque, somos também parceiros, a gente se ajuda mutuamente, isso é tranquilo” (SEMA)

“Olha, nós procuramos ter uma relação com todos os chefes de forma transversal. Então, não existe, por exemplo, burocracia para os chefes das unidades chegarem até o Gabinete, discutirem qualquer assunto com o Gabinete da Superintendência. Nós temos inclusive um Conselho Gestor, instaurado na Superintendência que participam todos os tomadores da... todos os tomadores de decisão, inclusive os chefes das unidades de conservação e vez por outra o tema das unidades de conservação é submetido a esse Conselho Gestor..., eu considero que é uma relação boa. Não sei a visão deles, mas da parte do Gabinete, a gente procura fazer com que essa relação seja transparente, respeitosa, com muito diálogo, procurando realmente solucionar os problemas que surgem dentro dessas unidades” (IBAMA-AP)

Algumas parcerias estão voltadas para elaboração do Plano de Manejo.

“Boa, a gente tem... o Marcos tem trabalhado em conjunto com a gente, tem dado o apoio, né, se não fosse, digamos assim, os recursos, né, que tão sendo liberados através da WWF, né, que

foi uma das Instituições que começou a ajudar a iniciar o Plano de Manejo e o Projeto ARPA, né, eu acho que é... foi um bom início, né, eu acho que tem algumas coisas a serem feitas, eu acho que isso aí, eu acho que a própria discussão ao longo de todo o Plano de Manejo, a gente vai participar em outras etapas, né... eu acho que é uma parceria que tá funcionando por que a gente tá conseguindo trabalhar com todas essas Instituições envolvidas, né. Então, eu acho que isso aí, só isso pra um Estado eu acho que é muito positivo, é muito bom. E, em especial o IBAMA, por que ele tá a frente, digamos assim, ele que tá na coordenação central é dele, então eu acho que isso é muito bom” (IEPA)

“com relação ao Cabo Orange, é, nós estamos fazendo um trabalho de pesquisa que inclusive já se tem um diagnóstico que é uma agência que tá submetida também a nossa coordenação que é a PESCAP que é a Agência de Pesca do Amapá, justamente pra verificar esses navios cargueiros que vem e que muitas das vezes ficam na área litorânea pra pegar o pescado que as vezes tá fora de época, né, e aí fazemos também contratamos pesquisadores pra desempenhar algumas funções de entender toda essa relação, né, e o que for necessário com relação a infraestrutura, com relação ao transporte, combustível havendo essa solicitação e tendo a disponibilidade, nós nos colocamos a disposição” (SEDE)

Assim como acontece com o PNMT, algumas instituições citam a necessidade de uma aproximação maior entre as instituições.

“Assim como para o PNMT, eu diria que é bastante incipiente, né, por que isso a nível de Estado ela teria... ela está mais ligada com o governo federal através do IBAMA, e, no caso do Estado a Secretaria de Meio Ambiente ela trata das unidades de responsabilidade do Estado. Então, acredito que isso ainda está sendo desenvolvido de maneira isolada e precisa ser ampliada essa discussão e essa integração.... acho que essa relação ela

precisa ser, é, mais motivada pra que se integre mais e que a gente veja essas unidades como uma grande unidade, não seja tratada de forma isolada, né, só assim a gente vai poder realmente preservar os vários ecossistemas que existem no nosso território” (SETEC)

“Nenhum contato. Só quando existe alguma reunião viabilizada pelos próprios pescadores, onde agente tenta amenizar algum conflito, dar alguma solução para algum tipo de problema, mas fora essas reuniões, agente não tem nenhum tipo de entendimento” (SEAP)

“Positiva e democrática. Com o Cabo Orange, cai na mesma situação do PNMT, só que ainda não se tem essa formação toda que já foi feita no Tumucumaque. Eu não sei por que primeiro se partiu do Tumucumaque antes do PNCO, provavelmente seja pela quantidade de área bem maior. Mas, o Cabo Orange ele é importantíssimo também da mesma forma que o Parque de Tumucumaque, se foi criado teve um motivo pra ter sido criado” (SETUR)

“Assim como no PNMT, temos uma boa relação com o IBAMA, né. Todas as vezes que precisa ou todas as vezes que tem algum evento ou alguma atividade nós estamos interagidos, nós estamos participando e isso é bem costumeira, é amistosa essa relação, não tem nenhum problema de relacionamento. O que nós temos é esse distanciamento mais, quer dizer, não existe... por que não existe programas mais, mais voltados pra essa... nessas áreas que nós falamos, do ponto de vista do incremento das comunidades ou de alternativas pras comunidades tradicionais, e nem tão pouco algum estudo, alguma área que possa ser, é, mais intensificado, que dê mais consistência, que a Secretaria de Agricultura tenha uma ação mais efetiva. Então, é mais, é, limitada a nossa ação por conta disso, dessa realidade aí...a relação precisa ser intensificada, por conta da importância que tem os dois Parques, não só do ponto de vista da perspectiva ou

do potencial que se há e nós entendemos que é grande, como também da dimensão da área que é também expressiva, né, a perspectiva que se tem é que se intensifique essas.... essas.... que se busque essas alternativas de estudo, de aproveitamento ou de campo de conhecimento que a Secretaria de Agricultura tanto como a ADAP também possa ser também atores importantes nesse processo, dessa construção, desse aproveitamento dessas áreas para os diversos fins aí. “(ADAP/SEAF)

Na sétima pergunta **“Quais os principais conflitos na relação com a administração do parque”**, procurou-se avaliar os pontos frágeis da relação entre os atores institucionais e o parque.

Alguns atores não identificam conflito na relação institucional.

“Nenhuma. Nunca ouve. Não tem” (AGM)

“Até o momento não teve nenhum tipo de conflitos, né, na verdade, até o presente momento não ouvi falar ainda, né” (APIO)

“Não temos conflitos com ele” (Polícia Federal de Oiapoque)

“Até agora nós não tivemos conflitos” (RURAP)

Assim como para o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, os conflitos citados pelos atores institucionais são relacionados não diretamente com a administração do parque, mas com pontos de tensão que o parque sofre. Destacaram-se 4 pontos de conflitos, relacionados à Gestão do parque, População, Pesca/Garimpo/Exploração dos Recursos e Questão Fundiária

1. Gestão

“Conflitos a gente não tem, a gente tem algumas dificuldades estruturais, na própria estrutura do Estado, que em algumas operações, alguns apoios que nós poderíamos eventualmente dar,

eles acabam não ocorrendo, tendo em vista a necessidade de uma solicitação com uma grande antecedência, guardar a aprovação, etc. Então, se for feito um convênio mais amplo, em termos da atuação operacional do Exército, em apoio ao IBAMA, isso aí resolveria esses pequenos problemas. Mas, conflitos não ocorrem, tudo é resolvido no bom tempo” (Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“Conflitos? Olha o... nosso, nosso com o Parque não temos conflitos, né, o Parque tem alguns problemas que é principalmente a questão da pesca, mas que não é conflito com a gente, né, é um outro tipo de conflito. A gente não tem por que a gente tá planejando... tudo que a gente planejou, dos que tentou executar, a gente conseguiu executar...É óbvio que a gente tem alguns problemas, mas é de infra-estrutura. Mas, eu tenho uma visão em relação a isso que é a questão que, pra fazer pesquisa no Estado do Amapá, ela é muito complicada, ela é muito cara, a logística é muito difícil, a gente tem passado por dificuldades, não é só com o IBAMA, com nós mesmos. Então, esse conflitos, se tem, né, se ele existe é mais em função da questão da estrutura” (IEPA)

“É da mesma forma, entendeu, é da mesma forma que no PNMT. Hoje, é, com relação a administração que hoje é o Doutor Edvan Barros, nós nos damos bem com ele, mas, em outras gestões foi bem complicado por que as coisas aconteciam atropelando, né, muitas das vezes as ações do Estado. Por que o que acontece num determinado espaço por certo vai refletir nas áreas de entorno e nas áreas próximas” (SEDE)

“Não vejo assim propriamente um conflito, né, é só um estágio que nós tamos e que eu acho que precisaria ser mais dinâmico ou abrir frentes de ações ou de trabalhos ou de projetos que pudessem ter uma interação mais intensa, né. Conflito, não” (ADAP/SEAF)

2. População

“Só a preocupação com as pessoas que moram dentro do Parque e a de a redor do Parque. Há uma preocupação do governo como também... e das pessoas de um modo em geral” (Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

3. Pesca/Garimpo/Exploração dos Recursos

“Principal é o conflito de pesca, depois viria o garimpo no entorno e por último, é a utilização indevida dos recursos do Parque de fauna, parte de caça, que é pequeno mais é preocupante, é, por que os mecanismos de controle são frágeis nessa área” (PNCO)

“É existem realmente conflitos externos, né, a partir da pressão, por exemplo, exercida por pescadores sobre essa unidade....e nós temos que, por exemplo, procurar auxílio de outras instituições, Exército, Polícia Federal, pra cumprir a nossa missão institucional” (IBAMA-AP)

“O principal é..., por exemplo, agora a pouco eu recebi um telefonema do município de Oiapoque pra gente intervir, né, junto ou a IBAMA ou a administração do Parque, né, que a gente não tem o contato e a gente fica numa situação muito difícil, por que a Secretaria ela não pode... ao mesmo tempo que nós recebemos o interesse do pescador, nós temos que receber o interesse do órgão que é onde tá a lei e você dizer que tem uma lei, tem que ser obedecida e a gente não pode tomar partido e ser radical na decisão, a gente tem que sempre fazer a paz entre um e outro” (SEAP)

“Não que exista conflitos, também, é nessa linha de discussão, do Tumucumaque né, saber dos interesses da concepção do Parque de Cabo Orange com as atividades minerais que lá por ventura venham a existir” (DNPM)

“Cabo Orange você imagina as dificuldades que tem de acesso lá, é região de mangue, é região que não dá pra você chegar de carro, não dá pra você ir a pé, entende, é complicado. Então, eu acho que o nosso grande desafio, não só da Secretaria de Meio Ambiente, como do Batalhão Ambiental, dos órgãos públicos que afeta isso é nós termos condições de fazermos uma fiscalização que seja mais eficiente” (SEMA)

4. Questão Fundiária

“Olha, nós temos, eu não diria um conflito, tem uma situação que a gente tem até que rever junto a Brasília, né, que agora é a Instituição maior, com relação a demarcação do Parque e da terra indígena Uaçá né. A equipe do Parque, né, fala que em determinada área dentro da terra indígena pertence ao Parque do Cabo Orange, né, e a gente acha que não. Na nossa visão, no nosso documento, não, o Lago Maruani ele tá dentro da terra indígena, entendeu. Mas, essa é uma discussão que a gente tem que ver junto ao setor lá em cima que delimitaram isso aí e a gente tem que ver qual é o documento que está certo, né. Se é o decreto do IBAMA, se é o da FUNAI” (FUNAI)

“eles tentam, é, pedir apoio pra gente, aqui da Instituição, com relação a projetos que eles têm de manejo das pessoas que tão lá com áreas da União por o INCRA ser o gestor das áreas da União, aí eles tentam a forma da gente manejar as pessoas pras nossas áreas. Então, por isso que eu digo, a gente tem um compromisso com um único objetivo, né, de garantir o funcionamento do Parque, de vê o Parque funcionando muitíssimo bem” (INCRA)

Assim como para o PNMT, na oitava e nona perguntas **“Identifique as instituições relacionadas à Gestão do parque?”** e **“Qual a responsabilidade das**

instituições mencionadas com relação à gestão do parque?”, foi feito um quadro comparativo para facilitar a análise.

Ator Institucional	Instituição citada	Responsabilidade
AGM	IBAMA	Gestão
	Instituições Parceiras (Organizações Indígenas, Prefeituras, Exército, Polícia Federal).	Buscar idéias Entendimento visando a preservação.
FUNAI	Instituições do Conselho no Município de Oiapoque (FUANAI, Prefeituras, Organizações Indígenas – APIO e AGM)	Com a participação dessas instituições, está se criando meios de como melhorar a vida de quem mora dentro do parque , de quem mora no entorno, para não ter conflito.
APIO	Associação Comercial de Oiapoque Colônia de Pescadores Z-9 de Calçoene Colônia de Pescadores Z-3 de Oiapoque Associação de Mulheres do Município de Oiapoque FUNAI Associação Pegadas de Oiapoque Associação dos Feirantes Autônomos da Vila Taperebá e de Carnot UNIFAP IESA IEPA SEMA	Através do Conselho elas estão participando das ações e tomam decisões
Polícia Federal de Oiapoque	IBAMA Exército Associação dos Taxistas de Oiapoque Associação dos Agricultores do Caciporé Polícia Ambiental FUNAI INCRA Associação de pescadores Z-3 e Z-9.	Lutar para preservar o parque. Ajudar na administração do parque com reuniões, com conselhos.
RURAP	INCRA FUNAI APIO AGM Prefeituras SEMA ONG Pegadas do Oiapoque.	-----

PNCO	IEPA UNIFAP Museu Goeldi	Pesquisa
	Polícia Federal Exército Batalhão Ambiental Grupo Militar do Estado	Proteção
	IBAMA	Gestão Educação Ambiental
Prefeitura de Oiapoque SEMMA	Associações Sindicatos Pescadores Agricultores Associação de Idosos	Conhecer mais este processo e este projeto desta criação do parque.
Exército Comando de Fronteira do Oiapoque	IBAMA Exército FUNA Do Governo Estadual: Polícia e a Secretária do Estado do Amapá. Do Governo Municipal: Prefeitura. Associações que existem na área: Povos indígenas e os representantes de todas as comunidades que vivem dentro do parque.	Passar os reais interesses, os reais problemas que determinadas decisões dentro do parque causariam para a área de atuação ou para aqueles que estão sendo representados por essas instituições. A intenção é medir, servir como termômetro do que aquelas decisões, aquelas atuações estão refletindo dentro das diversas instituições e diversas comunidades. Grande parte dessas instituições participa do Conselho que tem poder de voto nas decisões de orçamento e regimento.
INCRA	ONG's SEMA INCRA Polícia Federal SEICOM (Secretaria de Indústria e Comércio)	A responsabilidade é como uma jóia rara que agente tem e todos lutando para preservação dessa jóia e para manutenção dela.
IEPA	As instituições que estão no Plano de Manejo: IBAMA, WWF, IESA	Administração
	UNIFAP, Museu Goeldi, IBAMA (SEMAV – aves)	Pesquisa
	NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazonicos) da UFPA.	Turismo

	<p>Conselho que deve ter representantes de algumas outras instituições que estão ali no entorno.</p> <p>Batalhão Ambiental.</p>	<p>Plano de Manejo</p> <p>Conselho</p>
DNPM	IBAMA	Gestor
	<p>SEMA</p> <p>Batalhão Ambiental que é uma unidade segmentada da Polícia Militar do Estado</p> <p>Ministério Público Federal</p> <p>Procuradoria Est.do Meio Ambiente</p> <p>Exército</p> <p>Polícia Federal através da Delegacia do Meio Ambiente e Mineração</p> <p>Polícia Rodoviária Federal que hoje se aproximou do DNPM e de todas essas instituições que estão fiscalizando as atividades minerais, a exploração de madeira, de peixes e de produtos.</p>	Cumprir a Constituição
SETEC	IBAMA	Não soube responder
SETUR	IBAMA	
	SEMA	Proteção da área Levantamento da pesquisa Fiscalização
	Batalhão Ambiental	
SEDE	Instituto de Pesquisa (IEPA)	Pesquisa da fauna e da flora Levantamento socioeconômico Tudo que ta relacionado ao Meio-Ambiente
	SEMA	Educação Ambiental Monitoramento Fiscalização
	RURAP	Apoio Institucional
	SETEC	Impressão de Materiais de Divulgação
	PESCAP	Apoio Institucional
	INCRA	-
ADAP/SEAF	Prefeituras Locais	Apoio Institucional
	IBAMA, SEMA, IEPA, SETEC, RURAP, Secretaria de Agricultura.	Gestão Construção de propostas, de ações de ajudar na gestão do parque.
	IBAMA	Preservação A questão de prevenção de fogo.

SEAP	SEMA	A SEMA trabalha com o Ibama junto a essa parte de fiscalização.
SEMA	IBAMA	Gestor
	Conselho Gestor (comunidades, Áreas Indígenas, Órgãos Estaduais, Federais e Municipais, Prefeituras)	Analisa toda e qualquer ação, atividade que vai ser desenvolvida dentro do parque Verificam se essas ações podem ser realizadas, de que forma vão ser realizadas. A participação de todos é muito importante dentro desse Conselho.
IBAMA	<p>Instituições Federais: DNPM, Exército, Polícia Federal, Ministério Público Federal, UNIFAP, INPA, UFPA, Emílio Goeldi.</p> <p>Estaduais: SEMA, IEPA, Secretaria de Agricultura do Estado (tem uma importância bastante grande), Secretarias Extraordinárias dos Povos Indígenas.</p> <p>Municipais: Prefeituras dos 6 municípios que o parque abrange, Secretarias municipais de Meio Ambiente destes municípios.</p> <p>ONG's: WWF, C.I, IESA.</p> <p>Povos Indígenas que estão no entorno do Tumucumaque e em Oiapoque.</p> <p>Comunidades de Agricultores Ministério de Meio Ambiente da França.</p>	<p>Conselho Consultivo (instrumento fundamental para gestão do parque)</p> <p>Algumas dessas instituições nos auxiliam diretamente nas ações de comando e controle, de fiscalização e monitoramento.</p> <p>Outras instituições nos ajudam nos inventários biológicos, são as instituições de pesquisa</p>

A décima pergunta “Qual a sua relação com essas instituições?” teve o objetivo de verificar o nível de entrosamento entre os atores institucionais envolvidos na gestão do PNMT.

A maioria dos atores institucionais afirma ter uma relação boa e de parceria com as instituições relacionadas à Gestão do parque.

A Associação Indígena Galibi-Marworno (AGM) mantém uma relação quase inexistente com as instituições citadas, por não ser uma Associação conhecida. Quase não há divulgação da Associação Indígena e as outras instituições pouco conhecem a AGM.

“Quase não existe.... eles quase não tem assim, não sabe com é AGM, como ela é... onde ela existe, endereço, enfim.... a gente prefere ficar caladinho, prefere ficar envergonhado, prefere ficar acanhado, (risos) com a nossa Associação”

A FUNAI, o INCRA, o Exército e a Polícia Federal, instituições relacionadas a fiscalização e defesa, mantém uma relação boa com as instituições citadas, com maior ou menor grau de relação.

“É uma relação boa. Não tem nenhum problema com essas instituições” (FUNAI)

“Muito boa” (INCRA)

“Com a maioria delas, nós mantemos um excelente relacionamento, principalmente com o exército, polícia, associações” (Polícia Federal)

É uma relação boa. Temos informações sobre os gerentes, os presidentes de todas essas Associações, instituições locais. Nós temos o dever de ter esse conhecimento para realizar a defesa interna. Com algumas instituições nós temos um maior contato, com outras um menor contato”(Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

A Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) mantém contatos esporádicos, antes das reuniões do Conselho com as instituições citadas. Com o Ibama,

pelo fato da APIO ter sido eleita Secretaria Executiva do Conselho Gestor do parque recentemente, a APIO se reúne, independentemente das reuniões do Conselho, para resolver as questões administrativas.

*“É, a gente no caso de vez em quando a gente mantém contato, no caso, antes das reuniões. Surge idéias e a gente fica trocando, no caso, como agora a gente foi eleito a pouco tempo, né, a Secretaria Executiva, né, no caso, o Presidente, o Vice-Presidente, a gente tá assim num processo de se organizar ainda melhor, no caso, a Secretaria do IBAMA tá funcionando lá na APIO por que eu fui eleito Secretário Executivo e a gente tinha assim, no caso de se reunir, no caso assim, independentemente dessas reuniões, a gente se reunir de vez em quando assim, né, e tá discutindo, né, vê quais são os processos que serão tomados”
(APIO)*

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), o Instituto de Estudos e Pesquisa do Estado do Amapá (IEPA), a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), a Cooperação Brasil-Alemanha (GTZ) e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) mantem relação de parceria, de trocas de informação com a maioria das instituições citadas.

“com a questão da Colônia de Pescadores, viabilizamos a questão de projeto para a pesca (apetrechos, barco, motores). Com a Funai, agente presta assistência técnica dentro da Área Indígena. Com a APIO, também somos parceiros de assistência técnica, com a prefeitura também. Por exemplo, agente tem combustível, mas não tem o transporte, mas às vezes a Funai tem o transporte e pode ceder, pode acompanhar agente trabalha em parceria...Agente mora aqui no extremo Norte e se agente não se unir, então agente não faz nada, se agente não tiver essa união”.

“Trabalhamos sempre todos em parceria com essas Associações. Sempre que temos reuniões, convocamos através da Secretaria

de Meio Ambiente”(Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

“É muito boa. Por exemplo, o Museu Goeldi, a gente tem uma parceria que vem a um bom tempo. A UNIFAP a gente tem uma relação antiga, eu digo assim, ela... a gente coloca Institucional, mas a gente acaba tendo uma relação bem mais próxima do pesquisador do que da Instituição. Por que a Instituição, principalmente aqui no Estado a gente tem uma mudança muito rápida de chefe, de comando. Então, essas relações ficam mais fortes ao longo da relação entre pesquisador e pesquisador, entendeu. A WWF sempre tá aqui com a gente, a Conservação Internacional também sempre conversando com os dirigentes, pelo menos é o que a gente vê. Então, essas relações, pelo menos por onde eu as vejo tão funcionando, elas tão se conversando e eu acredito que esteja funcionando bem, entendeu, até pro, até pelo produto disso” (IEPA)

“A relação tem sido positiva e tranqüila, uma relação boa. Agente tem uma ligação muito grande até por questões das informações necessárias para atuação da Secretaria. Questões de estudos de impacto do meio ambiente, agente precisa do Ibama, da SEMA, do IEPA” (SETUR)

“Agente tem uma boa relação por nós estarmos dentro de um projeto em parceria do Estado do Amapá. Com as Associações da região, agente tem uma relação um pouco mais de apoio. Junto ao Ibama é tranqüila a relação. Acho que no Estado, agente é parceiro” (GTZ)

“A relação é boa, agente sempre senta para ver algum tipo de situação. Às vezes o Ibama faz uma apreensão de rede e pede para agente apresentar uma instituição que trabalhe dentro da legalidade, para doar a rede apreendida. Sempre que agente precisa um do outro, tem um entendimento, já chegamos a usar a estrutura um do outro, não tem nenhum tipo de conflito” (SEAP)

O chefe do PNCO a Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca, Floresta e Abastecimento e a Agencia de Desenvolvimento do Estado do Amapá consideram uma relação de construção de respeito e o fato do parque ser isolado também limita a presença dessas instituições nas reuniões do Conselho Gestor.

“é uma construção lenta, gradual, cheia de idas e vindas, porque o excesso de trabalho dificulta muito. Em cada atividade, acaba-se não fazendo o trabalho como você queria e a relação com as instituições acaba sendo fragilizada. Passam-se meses sem fazer um contato ou só por e-mail. O fato do. É uma relação em construção, na medida que agente tenha melhores estrutura de trabalho e ofereça melhores condições para essas pessoas participarem, elas vão atuar mais propositivas, de forma mais firme” (PNCO)

“Agente ta procurando intensificar as nossas relações, buscando essa interação maior. Quando tem alguma reunião do Conselho agente participa, ou de alguma discussão que perpassa o assunto dos parques. Não só relacionado ao parque, mas a outros assuntos, por conta que agente vê a interdependência que existe nas questões” (ADAP/SEAF)

Na última pergunta **“Como sua instituição poderia participar mais ativamente na gestão do parque?”**, alguns atores entendem que precisam estar mais atuantes na gestão do parque.

“Precisa envolver mais, ter um empenho maior, hoje a nossa participação ainda não agrada, não ta muito consistente. Agente precisa buscar, junto com o Ibama ter esse empenho. A nossa participação é só nas reuniões do Conselho e precisa ter uma constancia maior, para poder ter um resultado melhor. Em setembro (2006), nós vamos ter uma Assembléia Geral dos Povos Indígenas que acontece de 2 em 2 anos, é uma grande reunião aberta onde é convidado várias instituições, representantes de

todo Estado e onde nós vamos divulgar esse trabalho e, a partir daí traçar alguma meta onde a nossa instituição possa estar mais envolvida, possa ser mais útil, contribuir” (AGM)

“Agente não ta muito presente devido nosso efetivo aqui dentro da Funai ser muito reduzido aqui em Oiapoque, fica até um pouco difícil pra nós. Muita das vezes agente não ta presente nessas reuniões do Conselho, nessas discussões relacionadas ao PNCO. Mas sempre quando é preciso dentro das possibilidades, agente ta junto com a equipe para discutir alguma coisa. Mas nós temos essa falha, várias atividades e pouco pessoal e esse tipo de coisa às vezes faz com que agente não esteja presente junto a equipe do Cabo Orange” (FUNAI)

“É, assim, se integrar, né, nas discussões, sempre procurar, né, se ter mais... se obter mais informações, né, do que tá sendo... dos acontecimentos” (APIO)

“acho que participando mais dessas reuniões que tem, né. Participando, levando mais... contribuindo também com opiniões, essas coisas” (RURAP)

“No Cabo Orange, é a gente participar do Conselho, do Conselho Gestor, do Conselho Deliberativo” (SETUR)

Destacaram-se 3 pontos principais em relação à forma de maior atuação dos atores institucionais na gestão do PNCO.

1. Melhor Infra-estrutura

“Com um melhor aparelhamento, né, era o quê, mais equipamento mesmo, helicóptero, com mais voadeiras, transportes de rio, motor de polpa que a gente não tem, veículos apropriados pra gente andar nessa região que também a gente não tem, né, nesse sentido assim” (Polícia Federal)

“nós tomamos então, uma decisão de colocar os representantes nessa Comissão aqui de Oiapoque, já uma decisão que facilita a nós participarmos mais, temos sempre aqui próximos, né, diferente do que se fosse pessoas de Macapá. É, como eu disse, existindo um convênio entre o Exército e o IBAMA, no sentido de auxiliar na parte de segurança e logística, dentro do Parque, isso aí ia facilitar para que nós estivéssemos sempre podendo atuar e auxiliando, né. Nessa região, algumas regiões do Parque elas não são fáceis de a gente realizar atividades militares do Exército, que seria uma forma de eu poder apoiar sem ter esse convênio, então, eu faria operações lá e já estaria de uma forma indireta apoiando o IBAMA, uma vez que muitas áreas do Parque são alagadas e essas áreas não favorecem aos principais objetivos que nós temos que fazer, né. Então, eu acredito que esse convênio sendo feito do IBAMA com Exército no sentido de realizar patrulhamento, apoio logístico às equipes do Parque Nacional do Cabo Orange sejam um fator que iria alavancar a presença do Exército, a participação do Exército no Parque”(Exército – Comando de Fronteira do Oiapoque)

“Acho que mais assim se houvesse alguma forma de recurso, né, pra ajudar, acho que seria isso” (INCRA)

2. Envolvimento da População

“acho que a nossa Instituição, eu acho que principalmente com essa questão das comunidades do entorno. Por que antes desse projeto do Plano de Manejo, nós tivemos um trabalho anterior a esse que foi o entorno... além da parte que a gente faz que é a parte mais de pesquisa, né, ou pelo menos é onde eu tô olhando a participação do IEPA nesse trabalho” (IEPA)

“Poderíamos participar conscientizando os pescadores, fazendo reuniões ampliadas com os próprios pescadores que usam aquela área de conflito, para orientar aonde é o limite dele, aonde ele

pode ir, até onde ele pode ficar próximo da beira. Às vezes ele não tem vontade de tá dentro da área, mas infelizmente quando ele percebe, está dentro e quer sair, mas é pego. A situação lá é muito séria, agente infelizmente não tem mais poderes pra agir dentro da região, mesmo porque nossa estrutura não dá condições. A única maneira seria a parceria para viabilizar algum trabalho” (SEAP)

“podemos participar mais e mais na medida de que o Parque venha a cada dia, cada hora, esclarecer melhor esta criação, esse projeto, pra gente... pra ficar ciente dessa criação” (Prefeitura de Oiapoque - Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

3. Definição de diretrizes

“acho que na medida que a gente também, é, começasse a perceber e tomar mais conhecimento do que tá em termos de perspectiva em função das propostas que tem aí, é, nessa área de conhecimento, né. Eu não vejo assim, a princípio, assim grandes, grandes, é, envolvimento da Secretaria de Agricultura e nem da ADAP por conta desse estágio que tá as ações no Parque. Tá muito nessa linha ainda de... eu não vejo nenhum programa assim mais relacionado a área que nós somos top, né” (ADAP/SEAP)

“Depois que nós tivermos um Plano de Manejo elaborado, onde nós vamos saber qual são as atividades que podem ser desenvolvidas e aonde elas poderão ser desenvolvidas, aí acho que agente deve estreitar mais essa relação, Estado, União, Município, Sociedade Civil, para que possamos realmente formar uma equipe que possa compartilhar não só as coisas boas, como as coisas ruins” (SEMA)

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDISON, E. E. A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade. Dissertação de Mestrado. Engenharia de Produção Universidade Federal de Santa Catarina – SC, 2003.
- ADOMILLI, G. K. Interações e Representações em Relação à Apropriação Social dos Recursos Naturais: O Caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe Rs. Tese de Doutorado. Indiana University - UC, 2004.
- ALENCAR, E. Análise do significado: roteiro de aula. [S.l.: s.n.], 2002. 20 f. Mimeo.
- ALIROL, Philippe. Como Iniciar um Processo de Integração. In: VARGAS, Heliana C., RIBEIRO, Helena (orgs.). Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana. Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP. São Paulo-SP. p. 21-42. 2001
- AZEVEDO, J. Turismo, cultura e patrimônio. In:CORIOLANO, N.M.T. (org.). Turismo com ética. v.1. Fortaleza: UECE, 1998.
- BARBOSA, F.A.R.; SCARANO, F.R.; SABARÁ, M.G.; ESTEVES, F.A. Brazilian LTER: ecosystem and biodiversity information in support of decision-making. Environmental Monitoring and Assessment, v. 90, p.121-133, 2004.
- BARDIN, I. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições Setenta, 1994. 226 p.
- BARRETO FILHO, H. T. Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.
- BARRETO, M. Turismo e legado cultural. 2 ed. Campinas: Papirus, 2001.
- BECKER, B. K. C/T & I para Conhecimento e Uso do Patrimônio Natural da Amazônia. In: *Seminários Temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciências, Tecnologia e Inovação*. Parcerias Estratégicas, nº 20, Parte 2 – Áreas de Interesse Nacional – CGEE, Brasília, 2005.

BONI, V. & QUARESMA, S. J.. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol.2 No 1 (3), janeiro-julho, 2005.

BRASIL, 2000. SISTEMA NACIONAL de UNIDADES de CONSERVAÇÃO da NATUREZA – (SNUC): lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA, 2000.

BRITO, Maria Cecília Wey de. Unidades de Conservação: Intenções e resultados. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP. São Paulo. 1995.

BRUYNE, P.; HERMAN, J. & SCHOUTHEETE, M. de. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1977.

CAMARGO, A. B. A. desenvolvimento sustentável: um estilo de governar. In Propostas para uma gestão pública municipal efetiva. Organizadoras Sylvia Constant Vergaram & Vera Lúcia de Almeida Corrêa – 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CARVALHO, M. do C. A. A.; TEIXEIRA, A. C. C. Conselhos gestores de políticas públicas. CARVALHO, Maria do Carmo A. A.; TEIXEIRA, Ana Claudia C. (orgs.). São Paulo: Polis, 2000. (Publicações Polis, 37).

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.

COELHO, P.M.P. Fronteiras na Amazônia: Um espaço integrado. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.

Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (Audiência Pública da Câmara dos Deputados do Estado do Amapá - Nº: 778/05 - data: 8/6/2005).

COMMONS, J. R. Institutional Economics. Madison: University of Wisconsin Press, 1934. In: WILLIAMSON, O. E. Mercados y hierarquias: su análisis y sus implicaciones anti-trust. Fondo de Cultura. 1991 a

- CONCEIÇÃO, O. A. C. O Conceito de Instituição nas Modernas Abordagens Institucionalistas. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 6(2): 119-146, jul./dez. 2002
- COSTA, F. L da & CUNHA, A. P. G. Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos. *In Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. Organizadoras Sylvia Constant Vergara, Vera Lúcia de Almeida Corrêa – 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CUNHA, M.; BURMANN, P.; PIRES, R. & JAGER, A. Relatório Final - Termo de Referência Nº 001/ 2005 - Parque Nacional do Cabo Orange. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). 28 p. 2005.
- DUCKE, A. & BLACK, G.A.. Phytogeographical notes on the Brazilian Amazon. An. Acad. Brasil. Ciênc., 25(1): 1-46, 1953.
- GAUDIANO, E.G. Education for the environmental citizenship. *Interciencia*, v. 28, p. 611- 615, 2003.
- GOHN, M. da G. Conselhos gestores e participação sóciopolítica. - 2ª ed - São Paulo: Cortez, 2003. - Coleção questões da nossa época; v. 84
- GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 107 p. 1997.
- HALL, P.A. & TAYLOR, R. Political Sciences and the three new institutionalisms. *Political Studies*, v. 44, 1996.
- HORTA, C.; MELO, G. M. de ; ALEGRIA, M. F.; BUSTAMANTE, A. G.; RENTE, A. & IRVING, M. A. as unidades de conservação da região norte: um estudo sobre governança como base para políticas públicas em parques nacionais. I Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social – I SAPIS. UFRJ - Rio de Janeiro, 2005.
- IRVING, M. A. Áreas Protegidas e Turismo Sustentável em áreas protegidas de fronteira na Amazônia: Entre o surrealismo e a invenção. *Revista de Desenvolvimento Econômico* (submetido). 2006
- _____, COZZOLINO, F.; FRAGELLI, C. & SANCHO, A. Gestão de Parques Nacionais no Brasil: Pensando a construção de governança democrática em políticas públicas. *Revista de Desenvolvimento Econômico* (submetido). 2006a.

_____, Proteção da biodiversidade na fronteira da Amazônia brasileira: a gestão para além do olhar ecológico nos Parques Nacionais de Tumucumaque e Cabo Orange. CADMA, 2006b.

_____. Parque Nacional Montanhas de Tumucumaque (AP-Brasil): “Ultraperiferia” ou “Laboratório” para a cooperação em gestão da biodiversidade nos espaços amazônicos de fronteira? Revista de Desenvolviemnto Econômico – Ano VI – n° 10, pg 26 – 37, 2004.

IRVING, M. A. Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento, in *Espaço e Geografia*, ano 2, n. 1, 1999.

IUCN *Parques Y progreso*. Washington, 1993.

IUCN. Acuerdo de Durban. V Congreso Mundial de Parques de la UICN Durban..república de Sudáfrica, 2003.

LIMA, ROBERTO TEIXEIRA de. Percepção ambiental e participação pública na gestão dos recursos hídricos: perfil dos moradores da cidade de São Carlos, SP (bacia hidrográfica do rio do Monjolinho). Escola de Engenharia de São Carlos (Tese de Mestrado). 2003.

LOUREIRO, C. F. B; AZAZIEL, M. F. & NAHYDA (Orgs). Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. Rio de Janeiro: IBAMA-NEA-RJ / IBASE. 2003, p. 29.

MA-IBDF/FBCN. Plano do sistema de unidades de conservação do Brasil. Ministério da Agricultura (MA), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Brasília, e Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), Rio de Janeiro. 1979

MA-IBDF/FBCN. Plano do sistema de unidades de conservação do Brasil. II Etapa. Ministério da Agricultura (MA), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

(IBDF), Brasília, e Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), Rio de Janeiro. 1982.

MARIN, A.A.; OLIVEIRA, H.T.; COMAR, V. Environmental education in a context of the complexity of theoretical perception. *Interciencia*, v. 28, p. 616-619, 2003.

MEDEIROS, R; IRVING, M. A. & GARAY, I. A. A proteção da natureza no Brasil. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Ano IV, nº 09, 83-93, 2004.

MINAYO, M. C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ABRASCO. 1998.

MORAIS, P. D; MORAIS, J. D. O Amapá em Perspectiva: uma abordagem histórico-geográfica. Macapá, Editora Valcan. 2000. 200p

NELSON, R. Recent evolutionary theorizing about economic change. *Journal of Economic Literature*, 33, mar, p. 48-90. 1995.

NOSSA COMUNIDADE GLOBAL. O relatório da Comissão sobre Governança Global. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1996.

OKAMOTO, J. Percepção ambiental e comportamento: Visão holística da percepção ambiental na arquitetura e comunicação. São Paulo: IPSIS gráfica. 1996.

OLIVEIRA, R. C. de. Identidade, etnicidade e nacionalidade no Mercosul. *Política Comparada – Revista de Políticas Comparadas*, Brasília, v. 1, nº 2, 1997, p. 9-20.

OLIVEIRA, I. A. Gestão de conflitos em parques: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro - Praia da Pinheira - SC. Tese Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2005.

PÁDUA, M.T.J. Os Parques Nacionais e Reservas Biológicas do Brasil. Brasília, DF: IBDF, 1983.

PIRES, J.M. Tipos de vegetação da Amazônia. *Brasil Florestal*, 5(17): 48-58. 1974.

PORTO, J. L. R. Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas. 1ª ed. Macapá, 2005.

PRANCE, G.T. Phytogeographic support for the theory of Pleistocene forest refuges in the Amazon basin, based on evidence from distribution patterns in Caryocaraceae, Chrysobalanaceae, Dichapetalaceae, and Lecythidiceae. *Acta Amazonica*, 3(3): 5-28. 1973.

PRANCE, G.T. The phytogeographic subdivisions of Amazonia and their influence on the selection of biological reserves. Em *Extinction is forever* (eds. G.T. Prance & T.S. Elias), pp.195-212. New York Botanical Garden, New York. 1977.

QUINTÃO, Â. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. *Brasil Florestal*, Brasília: IBDF, ano XII, n. 54, p. 13-

ROCHA, A. L. C. da. Nas trilhas de uma bioetnodiversidade: a questão do olhar do outro e seus desdobramentos na construção dialógica das ciências ambientais. Instituto Anthropos, Porto Alegre, 2000.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P. e PINSKY J. (orgs.) *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; AZEVEDO, Sérgio de; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Democracia e Gestão local: A experiência dos conselhos municipais no Brasil. In: *Governança democrática e poder local*. Rio de Janeiro, Editora Revan. 2004.

SELLTIZ, C. *et al.*. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU. 1987.

SOARES, A. P. A. Travessia: Análise de uma situação de passagem entre Oiapoque e Guiana Francesa. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

STEIMAN, REBECA. A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Dissertação de Mestrado, PPGG/UFRJ, 2002.

TRIVINOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TUAN, Y. Topofilia. São Paulo. DIFEL. 289p. 1980.

WALDEZ, A. G. da S. In: *Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (Audiência Pública da Câmara dos Deputados do Estado do Amapá - N°: 778/05 - data: 8/6/2005)*.

WETTERBERG, G.B., PRANCE, G.T. & LOVEJOY, T.E. Conservation progress in Amazonia: a structural review. *Parks*, 6(2): 5-10. 1981.

WETTERBERG, G.B., PÁDUA, M.T.J., CASTRO, C.S.DE & VASCONCELLOS, J.M.C.de. Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia. Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF) PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, Série Técnica, (8): 1-63. 1976.

WWF/CENTRAL INDEPENDENT TELEVISION. The Decade of Destruction.